

política industrial

acompanhamento e análise

| AGOSTO 2003 |

20

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Governo Federal

**Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão**

Ministro – Guido Mantega
Secretário-Executivo – Nelson Machado

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Glauco Antonio Truzzi Arbix

Diretor de Administração e Finanças

Celso dos Santos Fonseca

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Maurício Otávio Mendonça Jorge

Diretor de Estudos Macroeconômicos

Ricardo Varsano

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Luiz Henrique Proença Soares

Diretor de Estudos Setoriais

Mário Sérgio Salerno

Diretora de Estudos Sociais

Anna Maria T. Medeiros Peliano

Assessor-Chefe de Comunicação

Murilo Lôbo

Boletim de Política Industrial

Diretoria de Estudos Setoriais

O **Boletim de Política Industrial** é uma publicação de responsabilidade do Grupo de Acompanhamento de Política Industrial (Gapi) da Diretoria de Estudos Setoriais (Diset) do Ipea, atualmente coordenado por Luiz Dias Bahia.

Colaboradores

André Gustavo Lacerda Skiendziel
Carlos Alvares da Silva Campos Neto
João Alberto De Negri
Luciana Acioly da Silva
Luiz Dias Bahia
Márcia de Barros Santos
Sérvulo Vicente Moreira

Estagiários

Eduardo Carvalho Nepomuceno Alencar
Igor Vinicius de Souza Geracy
Olivier Letouzé Moreira
Raquel Ribeiro de Oliveira

As opiniões emitidas, nesta publicação, são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou o do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

1 CONJUNTURA DA INDÚSTRIA	5
2 MEDIDAS DE POLÍTICA	6
3 FATOS RELEVANTES.....	8
4 TÓPICOS ESPECIAIS	30
5 ANEXO ESTATÍSTICO.....	41

1 CONJUNTURA DA INDÚSTRIA

A atividade industrial brasileira ficou praticamente estagnada no primeiro semestre do ano de 2003, se comparada ao mesmo período do ano anterior. O indicador de produção física industrial do IBGE acumulado nos meses de janeiro a junho mostra que a produção física da indústria geral cresceu apenas 0,1% em relação a 2002. É importante ressaltar que durante o primeiro semestre de 2002 a indústria tinha apresentado um decréscimo na atividade industrial de 0,1% em relação ao ano imediatamente anterior, ou seja, os indicadores demonstram que a atividade industrial continua relativamente estagnada nos dois últimos anos.

Considerando as classes da indústria, a extrativa mineral cresceu 2,04% no primeiro semestre de 2003 enquanto a indústria de transformação decresceu 0,17%. Os gêneros da indústria de transformação que apresentaram taxas de crescimento positivo na indústria nacional foram: mecânica (10,13%), couro e peles (6,56%), metalúrgica (6,30%), borracha (4,94%), madeira (3,98%), papel e papelão (3,66%). Nos demais segmentos da indústria as taxas de crescimento da produção física industrial foram negativas, com especial destaque ao setor de vestuário e calçados (-14,8%) e farmacêutico (-16,3%). Quando se observa esse mesmo indicador de atividade por categorias de uso da indústria, comprova-se que a expansão ocorreu apenas no setor de bens intermediários (1,4%). Nos demais segmentos as taxas são negativas: bens de consumo duráveis (-4,5%), semidurável (-3,4) e bens de capital (-2,1%). No caso de bens de capital, excluindo-se os equipamentos de transporte industrial, a queda na atividade industrial foi de 3,3%. Os indicadores de mercado de trabalho mostram que entre janeiro e junho do ano de 2003 o emprego industrial acumulou queda de 1,3% em comparação a igual período do ano anterior.

Entre os indicadores citados, o mais preocupante é observar que a atividade da indústria brasileira encontra-se estagnada nos dois últimos anos. O desempenho negativo da produção de bens de capital destinados para fins industriais demonstra que o investimento na indústria ainda continua baixo. Deve-se ressaltar que no ano passado a atividade industrial no segmento de bens de capital já havia apresentado desempenho negativo. O baixo nível de atividade na produção de bens de capital pode comprometer o desempenho industrial no curto prazo.

Do ponto de vista doméstico, os sinais indicam que há possibilidade de o setor industrial formar expectativas positivas. Com a melhoria nos indicadores macroeconômicos e com o controle da taxa de inflação foi possível para o Comitê de Política Monetária (Copom) reduzir as taxas de juros em 4,5 pontos percentuais. A expectativa é de redução das taxas de juros até o fim do ano. Além da redução das taxas de juros, o acesso ao crédito foi ampliado com a redução dos compulsórios bancários de 60% para 45% no início do mês de agosto. O afrouxamento na política monetária poderá aquecer o mercado doméstico e permitirá, já no início do segundo semestre, que a indústria obtenha indicadores mais positivos do que os verificados no primeiro semestre deste ano. O sucesso do governo na execução das reformas previdenciária e a expectativa de êxito na reforma fiscal e trabalhista sinalizarão ao setor produtivo industrial que novas bases para o crescimento serão realizadas e maiores graus de liberdade para redução das taxas de juros estarão à disposição do governo. Também no

médio prazo a perspectiva de que políticas industriais e de comércio exterior serão levadas a cabo dão sinais positivos de retomada do crescimento da atividade industrial.

Do lado externo o desempenho industrial continua sendo afetado negativamente pelo baixo dinamismo da economia internacional. Há expectativas, entretanto, de que as taxas de crescimento da economia mundial apresentem melhoras no segundo semestre. Para a economia dos Estados Unidos, a previsão do Federal Reserve Bank (FED) é de crescimento este ano entre 2,5% e 2,7%. A economia européia continua estagnada e a expectativa de crescimento da economia japonesa é pouco superior a 1%. Apesar de a renda mundial não crescer em ritmo acelerado, as exportações brasileiras ainda contam com um câmbio favorável. Com o nível da taxa de câmbio acima dos três reais por dólar, os ganhos de rentabilidade do setores exportadores não estão sendo afetados de forma significativa e o aumento das exportações tem tido desdobramentos positivos no nível de atividade da indústria doméstica. O desempenho das exportações tem sido especialmente positivo, e o valor das exportações para o período janeiro/julho registrou aumento de 25,9% em relação ao mesmo período de 2002. Ainda nesse período as importações reduziram-se em -2,4%.

1.1 Balança comercial

A balança comercial brasileira acumulou nos primeiros sete meses de 2003 um resultado positivo US\$ 12,45 bilhões. Nesse período as exportações atingiram US\$ 39,1 bilhões, crescendo 25,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. As importações foram de US\$ 26,6 bilhões, com uma redução de 2,4% em relação aos primeiros sete meses do ano anterior. Esses resultados mostram que, diferentemente do ano passado, quando o resultado positivo da balança comercial foi atribuído mais à queda das importações do que ao desempenho das exportações brasileiras, este ano o saldo da balança comercial pode ser atribuído ao bom desempenho das exportações. O setor de melhor desempenho comercial do Brasil no período de janeiro a julho foi o setor de produtos básicos, que apresentaram crescimento de 36,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. O segmento de semimanufaturados cresceu 37,1% e o de manufaturados cresceu 20,5%.

2 MEDIDAS DE POLÍTICA

2.1 Financiamento e incentivos

Cartão de Crédito para as empresas de pequeno porte. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal (CEF) assinaram em julho de 2003 um acordo de cooperação para ampliar o acesso das micro, pequenas e médias empresas ao crédito mais barato para aquisição de máquinas e equipamentos. A partir desse acordo a CEF passará a emitir, já em setembro, o cartão de crédito do BNDES, dando ao empresário de pequeno porte o acesso a um crédito rotativo com limite de R\$ 50 mil.

2.2 Meio Ambiente

Política nacional de exploração madeireira. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto nº 4.722 de 5 de junho de 2003, que regulamenta o artigo 14 do Código Florestal. O decreto estabelece que a exploração de mogno, suspensa desde outubro de 2001, só poderá ser realizada por meio de Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) e ainda proíbe por cinco anos o corte de mogno em áreas de desmatamento. O presidente também assinou um termo de doação de mogno apreendido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e sustentou que todo carregamento ilegal da espécie será destinado a organizações sociais e ambientais das áreas afetadas pela exploração predatória da madeira.

Em 2001 e 2002, foram apreendidos pelo Ibama mais de 40 mil m³ de mogno no Pará, dos quais cerca de 14,5 mil m³ já foram liberados pela justiça e serão doados a uma entidade beneficente do estado. Parte dos recursos gerados pela venda da madeira irá para um fundo de financiamento de projetos sociais e de manejo sustentável que beneficiem as comunidades afetadas pela atividade ilegal, incluindo a população indígena. O restante dos recursos será destinado ao aprimoramento da capacidade de monitoramento e fiscalização do Ibama.

Outra medida anunciada pelo presidente foi a liberação de R\$ 7 milhões para o programa Amazônia Sustentável. A verba será investida em obras de pequeno e grande porte, como a construção de galpões de armazenamento de produção e do entreposto pesqueiro de Belém (PA). Lula também assinou decretos de criação de duas reservas ambientais, no Ceará e em Minas Gerais, além da ampliação da reserva ecológica de Taim, no Rio Grande do Sul, e anunciou a realização da 1ª Conferência Nacional do Meio Ambiente. O evento terá a participação do governo, de organizações não-governamentais, da comunidade acadêmica e da sociedade civil, a fim de formular políticas públicas ambientais para os próximos três anos.

Desastre ambiental em Cataguazes. O presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) baixou a portaria nº 16 de 3 de abril de 2003, proibindo a pesca no rio Pomba a partir dos municípios de Cataguazes e Leopoldina (MG) e do rio Paraíba do Sul (RJ). Os dois rios, responsáveis pelo abastecimento de água de diversas municípios no Estado do Rio de Janeiro, foram atingidos pelo vazamento de mais de um bilhão de litros de rejeitos químicos provocado pela **Florestal Cataguazes Ltda**. Os pescadores afetados pela poluição dos rios receberão um salário mínimo por mês durante o período em que a atividade de pesca estiver suspensa, conforme estabelece a resolução nº316 de 11 de abril de 2003.

Na mesma portaria, ordena-se o monitoramento, nos próximos 90 anos, dos danos ambientais causados na região. De acordo com o governo federal, ainda não é possível avaliar a dimensão do desastre ecológico porque os testes químicos não foram concluídos. Entre as medidas já iniciadas para conter o desastre, está a abertura de comportas para aumentar a vazão dos rios e tentar diluir o volume de rejeitos químicos liberados. Também está em análise a construção de uma nova barragem para conter o vazamento de outras substâncias químicas.

O Ibama não desconsidera a possibilidade de novos vazamentos químicos na Cataguazes. Caso ocorram chuvas torrenciais, a segunda contenção da indústria poderá

implicar o despejo de mais 700 milhões de litros de produtos químicos no Rio Pomba. A empresa já foi multada em R\$ 50 milhões pela Polícia Florestal do Rio e poderá receber outra multa do Ibama por ter contaminado o rio Paraíba do Sul, que é de jurisdição federal.

3 FATOS RELEVANTES

3.1 Ciência e tecnologia

Expansão do “sem fio” pela Texas Instruments. A Internet móvel sem fio é e será o carro-chefe da expansão da Texas Instruments (medida por *chips* para processamento digital de sinais em tempo real) na América Latina e no Brasil. A proliferação do uso de celulares, além de *cybercafés*, *LAN houses* e pontos de acesso sem fio em aeroportos e restaurantes em que os garçons são equipados com computadores de mão, serão as locomotivas para manter o ritmo de vendas. Enquanto essa demanda cresceu mundialmente cerca de 2,2% em 2002, na América Latina cresceu cerca de 18%.

Papel do Brasil no destino dos transgênicos. Uma vez que a Europa exige hoje que o farelo de soja não seja de soja transgênica, e que o maior exportador para aquele continente é o Brasil (9,4 milhões de toneladas em 2002), uma mudança na legislação brasileira pode alterar as exigências européias, segundo Jon Ratclif, da Food and Agriculture Consultancy Services, no Reino Unido. As outras regiões do mundo que fabricam soja não-transgênicas cobram ágios muito elevados pelo produto. No Brasil esse ágio ainda é reduzido, e aumentaria se a legislação legalizasse o produto modificado.

Crise financeira no Inpi. O Inpi (Instituto Nacional de Propriedade Industrial) passa por sérias dificuldades financeiras. Seu orçamento para esse ano foi cortado em 30%, sem considerar o saldo negativo do ano passado, que deveria ser pago em 2003. Existem cerca de 300 mil pedidos sem avaliação, enquanto a dívida do órgão com a Embratel ultrapassa R\$ 800 mil. O sistema informatizado de busca de patentes ficou, em maio, uma semana fora do ar. Além disso, os escritórios regionais estão há mais de quatro semanas fora do ar, com apenas a unidade do Rio de Janeiro funcionando.

Laboratórios da Itautec no Nordeste. Em decorrência dos incentivos da Lei de Informática para investimento fora do Sudeste e do Sul, a Itautec já investiu cerca de R\$ 2,5 milhões no Nordeste. Em maio foram inaugurados dois novos laboratórios no Recife (PE). Um desses laboratórios desenvolverá *softwares* de processamento de imagens, biometria, compressão de imagens e dados, entre outros, direcionados para automação bancária, terminais de auto-atendimento, Internet e comércio eletrônico. Outro laboratório estará voltado para a certificação de servidores (máquina responsável por oferecer serviços a uma rede de computadores).

Celular projetado apenas por pesquisadores brasileiros. A empresa Motorola lançou em julho o primeiro celular desenvolvido exclusivamente por pesquisadores brasileiros. O aparelho tem visor colorido, com tecnologia TDMA (Time Division Multiple Access) usado por operadoras como a TIM, BCP e Vivo, cerca de 50% do mercado. O novo aparelho será produzido na fábrica de Jaguariúna, interior de São Paulo.

Laboratórios da Embrapa no exterior. A Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) deve instalar um novo laboratório no exterior (Colômbia), além dos que já existem nos EUA e na França. Ao contrário destes últimos, que têm por objetivo captar novidades na área de pesquisa do órgão, o novo laboratório tem como meta exportar conhecimentos gerados no Brasil. A Embrapa tem recebido demanda de vários países (da África, da América Latina, da Ásia e do Oriente Médio) interessados no seu conhecimento aplicado à agropecuária.

Investimento em P&D pela Cemig. A Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) está direcionando R\$ 25 milhões para pesquisa e desenvolvimento (P&D) nas áreas de otimização de desempenho, aumento de segurança do sistema Cemig, controle ambiental e alternativas energéticas. A empresa já concluiu 20 projetos, desenvolve 50 e desenvolverá mais 10 nos próximos anos. Há projetos sobre proteção e exploração de propriedade intelectual, proteção e ampliação de mercado, incentivo à industrialização de produtos de maior valor agregado e capacitação e aproveitamento de novas fontes alternativas de energia.

3.2 Comércio exterior

Conselho empresarial Brasil-Rússia. Quanto ao comércio internacional, a Rússia, atualmente em processo de adesão à Organização Mundial de comércio (OMC), desperta o interesse de empresários brasileiros que se reuniram no conselho empresarial Brasil-Rússia, na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) para avaliar o potencial de negócios entre os países. No encontro, a apresentação oficial de pesquisa realizada pela Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) sobre investimentos, mostra que o comércio Brasil-Rússia em 2002 atingiu US\$ 1,68 bilhão, sendo US\$ 1,25 bilhão em exportações brasileiras e apenas US\$ 427 milhões em importações.

Cooperação Brasil, África do Sul e Índia. O anúncio feito pelos chanceleres do Brasil, da África do Sul e da Índia, sobre a intenção de fortalecer a cooperação entre eles com a criação de um fórum de diálogo, é uma iniciativa nova na política externa, talvez a primeira que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva possa reivindicar como originalmente sua. Ela pode resultar em grandes vantagens para os países envolvidos se for administrada com prudência e bom senso. Mas também pode ser inócua ou até prejudicial a eles se cair na tentação da retórica e se render a ambições excessivas do ponto de vista político. Em princípio, de acordo com as declarações do ministro Celso Amorim após o encontro com os seus colegas, o indiano Yashwant Sinhá e o sul-africano Nkosazana Dlamini-Zuma, os objetivos parecem ser os melhores e mais viáveis possíveis, ou seja: envolver as três nações em conversas a fim de diminuir barreiras comerciais entre si e promover o desenvolvimento social em cada uma delas. São países de grande importância geopolítica, liderança regional inquestionável e condições econômicas semelhantes, mas com enormes áreas de possível complementaridade. Se souber explorar bem essas potencialidades, o IBSA (nome oficial do grupo, resultado da união das iniciais em inglês dos nomes das três repúblicas), poderá de fato desempenhar papel relevante para a vida de seus povos. Visto que Brasil e África do Sul fazem parte, como mais importante membro, de dois projetos de integração com vizinhos (Mercosul e União Aduaneira da África Austral, respectivamente), as

chances de ampliação do espectro desse clube são imediatas. Se ele incluir, como já se antecipa, a China e a Rússia, outras duas potências de médio porte, as perspectivas crescem ainda mais. A cooperação e o comércio bilateral entre Brasil e China e Brasil e Rússia têm demonstrado nos últimos quatro anos como pode frutificar a colaboração mútua entre sociedades emergentes desse relevo. Amplificada, a cooperação entre essas cinco lideranças nacionais tem inquestionável capacidade de gerar riqueza.

Comissão Bilateral de Cooperação de Alto Nível entre Brasil e Líbano. Ainda objetivando o crescimento do comércio externo, Brasil e Líbano decidiram criar uma Comissão Bilateral de Cooperação de Alto Nível para promover o intercâmbio comercial, o maior fluxo de capitais, bem como o aumento e a diversificação do comércio entre os dois países. A comissão terá a participação de ministros e empresários. É necessário o esforço conjunto dos dois governos para intensificar as relações e torná-las mais concretas. É importante também que o empresariado libanês e brasileiro se envolva mais com iniciativas que possam contribuir para esse objetivo, conforme destacou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao receber em Brasília o presidente do Conselho de Ministros do Líbano, Rafik Hariri.

Brasil como um dos principais fornecedores mundiais de couro. No que concerne às exportações, o Brasil deverá se consolidar este ano como um dos principais fornecedores mundiais de couro e de máquinas e complementos para a indústria coureiro-calçadista, segundo expectativa do setor. As exportações estão em alta nos últimos anos e a atual conjuntura internacional favorece o país, principalmente com o risco Brasil em baixa, a valorização do euro frente ao dólar – que freia os investimentos na Europa – e o fim da guerra do Iraque. Esse cenário animou os expositores da 27ª edição da Feira Internacional de Máquinas e Equipamentos para Couro e Calçados (Fimec), que foi realizada de 24 a 27 de abril passado, em Novo Hamburgo. Cerca de 50 mil compradores participaram do evento, que reuniu cerca de mil expositores e gerou aproximadamente US\$ 600 milhões em negócios.

Micro e pequenas empresas em São Paulo. Comprovou-se que micro e pequenas empresas de São Paulo ainda estão à margem do intenso comércio mundial. Pesquisa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) mostra que, em um universo de 849 companhias, 64% nunca fizeram nenhum tipo de negócio no exterior. O cenário se completa com o dado de que, entre as empresas exportadoras, 66% fazem negócios eventualmente. O estudo realizado servirá como guia para novas ações.

Expansão da Samsung Eletrônica. Como empresa estrangeira, destaca-se a proposta da Samsung Eletrônica em expandir suas atividades no Brasil, onde faturou US\$ 500 milhões em 2002, com o lançamento de novos produtos, inclusive televisores. Para identificar oportunidades de mercado e de investimentos em produção local, contratou o ex-secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Benjamin Sicsú, como vice-presidente de novos negócios para a América Latina. A Samsung iniciou sua atividade no Brasil, em 1996, de forma mais abrangente do que a atual: vendia equipamentos de áudio-visual, vídeo e microondas. Ao longo do tempo concentrou-se nos segmentos monitores e discos rígidos. Agora, ancorada em uma receita que cresceu 43% somente em 2002, vai expandir novamente seu foco e pretende agregar novas linhas de produção à sua fábrica em Manaus, onde trabalham 1,3 mil pessoas.

Linhas de crédito de curto prazo para exportação. O total de linhas de crédito de curto prazo à exportação (até um ano) e de câmbio à vista contratados no Banco do Brasil, que representa quase 30% do mercado, cresceu 46% no primeiro trimestre deste ano em comparação com o mesmo período de 2002, passando de US\$ 2,871 bilhões para US\$ 4,054 bilhões. No período o crescimento das exportações foi de 20%. Com a secura de linhas à exportação no segundo semestre do ano passado, havia uma demanda reprimida do exportador por crédito, que foi atendida em grande parte pelo Banco do Brasil. O banco aumentou sua participação no mercado – passou de 20% em 2001 e 23% em 2002. A safra agrícola recorde deste início de ano, com o preço dos *commodities* em alta, ajudou no crescimento impressionante da contratação de câmbio nos primeiros três meses do ano.

Filiais de empresas brasileiras no exterior. Vem sendo enfatizado o esforço exportador brasileiro em adotar medidas para estimular as empresas a abrir filiais no exterior, destinadas a processar matéria-prima do Brasil, segundo proposta do ministro do Desenvolvimento, Luiz Furlan, em pronunciamento na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados. “Não se pode ver isso como perda de emprego, de soberania”, disse. Como exemplo, sugeriu a criação de fábricas no exterior para industrializar a castanha-de-caju do Nordeste, como forma de vencer barreiras para entrada de mercados externos. O governo, paralelamente, incentiva os produtores brasileiros a aumentar o valor agregado das mercadorias produzidas no país, afirmou o ministro.

BNDES-Exim. Ainda no que concerne à promoção de exportações, o BNDES vai focar sua política de apoio aos setores por meio do BNDES-Exim no fortalecimento das pequenas e médias empresas, segundo o diretor de exportação do banco. No primeiro trimestre do ano, a instituição liberou R\$ 1,6 bilhão, com crescimento de 29,7% ante o mesmo período de 2002, sendo a maior fatia destinada a operações de pré-embarque – produção para exportação (das pequenas e médias empresas).

Medidas para desburocratizar exportações. O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, apresentou no fim de maio de 2003 à Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) um conjunto de medidas para desburocratizar as exportações. A proposta reúne 46 portarias em um documento e substitui a portaria Secex 2/1992, que consolida o tratamento administrativo das exportações. Com a simplificação de procedimentos, o governo acredita que um maior número de empresas, sobretudo pequenas e médias, poderá acessar o mercado externo, ampliando a base exportadora do país. O objetivo de Furlan e de sua equipe é conseguir desburocratizar a exportação no curto prazo e, a partir daí, lançar a nova plataforma tecnológica do Siscomex, programa que registra as operações do comércio exterior brasileiro.

Exportações da Mitsubishi Motors. Além de prospectar novos negócios no mercado externo, A Mitsubishi está concluindo a ampliação da sua fábrica em Catalão (GO), de 10 mil para 30 mil unidades, para colocar em produção seu novo modelo nacional. Ademais, a Mitsubishi Motors do Brasil conseguiu autorização da empresa proprietária da marca para exportar seu primeiro lote de veículos. A venda será para a Argentina e abre a perspectiva de que a fábrica exporte também para outros países que não são abastecidos pela montadora japonesa.

Regras globais para financiamento de exportações de aeronaves. Quanto às vendas externas de aeronaves, o Brasil participou pela primeira vez do restrito grupo de países que decidem as regras globais de financiamento para exportações de aeronaves. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reconheceu a Embraer como produtora central de jatos regionais e convidou o governo brasileiro a participar do encontro setorial sobre crédito à exportação de aeronaves no dia 24 de abril passado, em Paris. Ademais, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) decidiu monitorar por 60 dias os embarques de aviões para assegurar que não haja descontinuidade nas exportações de aeronaves, principalmente da Embraer. A medida recairá sobre as exportações de aviões já feitas pela modalidade de equalização e visa garantir os recursos para o custeio das equalizações. Para cada avião exportado a um valor médio de US\$ 17 milhões, é necessário US\$ 1,5 milhão em recursos para custeio da equalização. Como as equalizações são financiadas pelo Tesouro Nacional com recursos orçamentários, o monitoramento será feito até o fim de junho de 2003.

Cooperação com Eads. No que concerne aos rendimentos do setor aéreo, a Eads, maior companhia aeroespacial e de defesa da Europa, está ampliando sua cooperação tecnológica com empresas brasileiras do setor. Animada pela receita de US\$ 3,2 bilhões auferidos no Brasil, nos últimos dez anos, co-proprietária da montadora de helicópteros Helibras e acionista da Embraer, a Eads pretende investir entre US\$ 10 milhões e US\$ 15 milhões na Helibras e foi escolhida pela FAB (Força Aérea Brasileira) para fornecer aeronaves de transporte C-295 para modernizar aviões de patrulha P-3 Orion.

Exportação de ônibus. Com respeito às vendas externas de coletivos, seis empresas instaladas no Brasil acabam de fechar uma exportação de 335 ônibus articulados para a Colômbia, um negócio avaliado em US 65 milhões. Os veículos que serão embarcados até 2005 integram a segunda fase do sistema Transmilênio de Bogotá. Os fabricantes foram três duplas – Scania e Comil, Volvo e Marcopolo e Mercedes-Bens com Busscar.

Exportação de GSM. No que tange às vendas externas do setor de comunicações, a subsidiária brasileira da gigante sueca Ericson conquistou um contrato de R\$ 250 milhões com a Telecom Américas, controlada pela América Móvil, do México. A operadora de telefonia, que tem negócios em vários países da América Latina, vai implantar a primeira rede de Global Standard for Mobile (GSM) Edge em 1,8 GHz no continente.

Fornecimento de bicos injetores para os EUA. Outro fato a ser considerado é que a divisão diesel da Bosch do Brasil acaba de ganhar um ponto na estratégia global da matriz na Alemanha. A subsidiária brasileira vai substituir outras unidades do grupo na Europa e na Ásia em um dos contratos de fornecimento de bicos injetores para os Estados Unidos. A partir de meados do ano, a fábrica de Curitiba passa a exportar para a unidade da Bosch na Carolina do Sul bicos injetores que vão equipar sistemas. Será abastecida a linha de produção de sistemas voltados principalmente para picapes e caminhões que não são fabricados no Brasil.

Exportação de borracha sintética. Novas perspectivas no mercado externo são apresentadas pela Petroflex Indústria e Comércio, maior fabricante de borracha sintética da América Latina, que pretende ampliar suas exportações em 18,7%, no período de 12 meses entre agosto de 2002 e julho de 2003. A empresa planeja exportar o

equivalente a US\$ 76 milhões, enquanto entre agosto de 2001 e julho de 2002 as exportações somaram US\$ 64 milhões. A Petroflex recebeu financiamento de US\$ 4,2 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para incrementar as suas exportações.

Aeronaves de defesa e segurança. Ainda deve ser destacado que a Embraer vai montar aeronaves para o mercado de defesa e segurança nacional dos Estados Unidos, o maior do mundo. A fabricante de aviões anunciou ontem que instalará uma base industrial na Flórida, sudeste dos EUA, no Cecil Commerce Center, uma antiga base militar americana. A decisão da companhia está alinhada à sua estratégia de ampliar a participação da área de defesa na receita. A empresa pretende pelo menos dobrar os atuais 8% até 2007, segundo informação de Maurício Botelho, presidente da Embraer. Somada com aeronaves executivas e serviços, a previsão é que esses negócios atinjam 30%. Em 2002, a rubrica de defesa respondeu por 5,4% do total de R\$ 7,8 bilhões.

Renovação de frota de aviões italianos. Ademais, o diretor-geral da Alitalia no Brasil, Alessandro Innocenzi, declarou que o jato ERJ-145 que a empresa italiana recebeu recentemente da Embraer em São José dos Campos (SP), é mais um passo no projeto de renovar e unificar sua frota de aviões regionais com modelos da construtora brasileira. As aeronaves substituirão os turboélices ATR operados pela Alitalia em rotas curtas. Atualmente, a companhia já tem 12 ERJ-145.

Logística da Aracruz na Ásia. Outra empresa nacional a se expandir no exterior, a Aracruz Celulose, planeja concentrar sua operação logística na Ásia, passando a atuar na região por meio de um centro de convergência e redistribuição de cargas – *hub port*. A estratégia da empresa é reduzir custos e encurtar o prazo de entrega aos clientes asiáticos. Esses clientes já absorvem mais de 20% das vendas totais da Aracruz. Ademais, a brasileira Aracruz assumiu o posto de maior companhia mundial na produção de todos os tipos de celulose. A empresa, que já tinha a liderança global da celulose feita a partir do eucalipto, subiu um degrau importante no *ranking* mundial recentemente, ao decidir pagar US\$ 610,5 milhões pelo controle da Riocell, ativo que pertencia ao também nacional grupo Klabin. Após ajustes no balanço da Riocell, o valor da aquisição deverá ficar pouco acima de US\$ 580 milhões. Os recursos deverão ser quase integralmente utilizados para o pagamento de R\$ 600 milhões em debêntures e dívidas do grupo com bancos – um dos maiores credores é o Unibanco, que assegurou a venda junto com o banco UBS. O comprador foi assessorado pelo banco Goldman Sachs e pelo escritório de advocacia Pinheiro Neto. A venda da Riocell gerou disputa nos bastidores com lances inusitados. A Votorantim Celulose e Papel (VCP), que participa do bloco de controle da Aracruz com outros dois sócios, o grupo Safra e a família Lorentzen, não pôde participar da proposta da Aracruz, por conflito de interesse. Partiu para fazer uma outra proposta e concorreu com a Aracruz.

Índice de nacionalização da Petrobras e Embraer. O programa de promoção de exportações do BNDES-Exim, braço de apoio à exportação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pretende utilizar seus instrumentos de crédito para aumentar o índice de nacionalização na construção de plataformas da Petrobras e de aviões da Embraer. Segundo o BNDES, as plataformas da Petrobras e os aviões da Embraer serão parte do foco estratégico do BNDES-Exim, assim como as pequenas e médias empresas exportadoras. Afirmou ser necessário estimular as pe-

quenas e médias empresas a participarem do esforço de aumento das exportações. Este ano, 40% do orçamento do BNDES será destinado para exportações.

Reconstrução da infra-estrutura do Iraque. Quanto a novas empresas brasileiras no exterior, algumas se preparam para participar da reconstrução da infra-estrutura do Iraque, que deve demandar cerca de US\$ 100 bilhões. A Método, sócia no Brasil da americana Bechtel – líder na condução das obras ao lado da Halliburton –, informa que tem em estudo projetos de hospitais, escolas e saneamento básico que poderão render pelo menos US\$ 100 milhões. A Odebrecht, segundo Luís Teive, presidente da companhia nos EUA, já tem uma equipe de profissionais no país. A corrida por uma fatia de obras é grande. No *site* aberto pela Bechtel cadastraram-se 4.300 companhias, de 72 países.

Exportações da Marcopolo, Valtra e Tramontina. Cabe mencionar a operação da diretoria do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao aprovar financiamentos no valor total de US\$ 15,2 milhões para exportações de quatro empresas brasileiras: Marcopolo Trading, Valtra do Brasil e duas empresas da Tramontina. Os financiamentos, na modalidade de pós-embarque do BNDES-Exim, destinam-se ao apoio de exportações para o Peru, Bolívia e Estados Unidos. Para o grupo Tramontina serão destinados 13 milhões às empresas Tramontina Cutelaria e Tramontina Farroupilha para exportações de utensílios domésticos para os EUA. A primeira empresa receberá crédito de US\$ 7 milhões e a segunda de US\$ 6 milhões. A Marcopolo Trading – integrante do grupo Marcopolo, o maior fabricante nacional de carrocerias para ônibus – receberá do BNDES dois financiamentos para exportar seus produtos para o Peru: um deles, de até US\$ 1,4 milhão; e outro de até US\$ 395 mil. Em ambas as operações a participação do BNDES corresponderá a 100% do valor das exportações. Já a Valtra do Brasil, pertencente ao grupo finlandês Partek, terá acesso a financiamento de até US\$ 447 mil para exportações para a Bolívia. A operação será realizada no âmbito do Convênio de Crédito Recíproco (CCR) da Associação Latino-Americana de Desenvolvimento (Aladi). O financiamento do BNDES-Exim cobrirá 100% do valor da exportação.

Financiamento às exportações do Banco do Brasil. Ainda no que tange à promoção de exportações, o total de linhas de crédito de curto prazo à exportação (até um ano) e de câmbio à vista contratados no Banco do Brasil, que representa quase 30% do mercado, cresceu 46% no primeiro trimestre deste ano na comparação com o mesmo período de 2002, passando de US\$ 2,871 bilhões para US\$ 4,054 bilhões. No período o crescimento das exportações foi de 20%. Com a secura de linhas à exportação no segundo semestre do ano passado, havia uma demanda reprimida do exportador por crédito, que foi atendida em grande parte pelo Banco do Brasil. O banco aumentou sua participação no mercado – passou de 20% em 2001 e 23% em 2002. A safra agrícola recorde deste início de ano, com o preço dos *commodities* em alta, ajudou no crescimento impressionante na contratação de câmbio nos primeiros três meses do ano.

Mercado argentino. Quanto ao mercado argentino, o país vizinho mantém tendência de recuperação econômica, que já se reflete no comércio bilateral com o Brasil. No primeiro trimestre deste ano, as exportações do país ao mercado argentino tiveram expansão relevante de 85% com total de US\$ 784 milhões em mercadorias. Em igual período de 2002, os embarques de produtos brasileiros para a Argentina não

passaram de 425 milhões. Com isso, as exportações brasileiras ao principal parceiro do Mercosul vão se recuperando da brutal queda de 53% no ano passado, que fez a corrente de comércio Brasil–Argentina recuar aos tímidos níveis do início da década de 1990.

Mercado de softwares no Brasil. Quanto ao mercado de *softwares* o Massachusetts Institute of Technology (MIT), em parceria com a Sociedade para Promoção da Excelência do *Software* Brasileiro (Softex), apresentou ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) os resultados da Pesquisa “Fortalecendo a Economia do Conhecimento no Brasil, China e Índia: a trajetória de três indústrias de *softwares*”, iniciada em 2001. O Instituto constatou que o Brasil está em 7º lugar no mercado de *software* mundial, com vendas de US\$ 7,7 milhões (dados de 2001) representando 1,5% do PIB do país.

Exportações de soja. Quanto às exportações de soja, o Brasil passará este ano a primeiro exportador mundial de soja e seus derivados, superando, dessa forma, a tradicional posição de liderança dos EUA. As novas estimativas da Associação brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), divulgadas recentemente, são de uma safra de 50,9 milhões de toneladas de grão de soja em 2003/2004. Desse total, cerca de 37 milhões de toneladas em grão e derivados serão destinados à exportação. Com esse volume recorde de vendas, o Brasil projeta obter receitas cambiais de US\$ 7,9 bilhões. O Brasil assumirá este ano a liderança nas exportações do produto, superando os Estados Unidos. As receitas brasileiras com os embarques do grão, do farelo de soja e do óleo devem crescer 30% e atingir US\$ 7,9 bilhões. Os norte-americanos devem obter menos de US\$ 7 bilhões. Mesmo com os armazéns trabalhando em ritmo forte para receber a soja desta safra 2002/2003, as *tradings* e esmagadoras já começam a planejar o financiamento da temporada 2003/2004. Para isso, muitas empresas nacionais estão captando recursos no mercado externo, aproveitando o melhor humor dos investidores em relação ao Brasil. Com a expectativa de nova safra recorde e alta dos preços da soja, os valores captados são até mesmo superiores aos de 2002. Para analistas, a produção brasileira de soja pode atingir 57 milhões de toneladas em 2003/2004, 10% mais que o estimado.

Exportações de algodão. No que tange às exportações brasileiras de algodão, o aumento das exportações brasileiras do produto ao longo dos últimos dois anos contribuiu para elevar sensivelmente a participação do Brasil no mercado internacional. O país, que em 1998 era grande dependente do mercado externo, importando mais de 300 mil toneladas ano, conseguiu transformar-se em exportador e vendeu 107,5 mil toneladas em 2002. Um volume que deve crescer 40% este ano, para 150 mil toneladas.

Exportação de frutas frescas. Outro destaque refere-se às exportações brasileiras de frutas frescas, que devem somar US\$ 512,1 milhões no biênio 2003/2004, um crescimento de 1125% sobre a receita obtida pelo setor em 2002, de US\$ 241 milhões. A expectativa é de que até o fim de 2004 o volume de frutas embarcado para o mercado exterior ultrapasse 900 mil toneladas. No ano passado, o Brasil exportou 668,9 mil toneladas. O Brasil é o terceiro maior produtor de frutas com safra estimada em 38 milhões de toneladas, atrás da China, que produz anualmente 133 milhões de toneladas. E da Índia, que colhe todo ano 58 milhões de toneladas.

Exportação de aguardente. Ainda no âmbito do crescimento das exportações, o mercado livre brasileiro de cachaça artesanal vive seus melhores dias. Após mais de meio século concentrada em Minas Gerais, a produção da bebida se expandiu por todo o país. São 36 mil produtores que fabricaram 300 milhões litros de cachaça pura de alambique em 2002, gerando negócios de R\$ 900 milhões. Para este ano a meta é elevar a produção em 66,6%, para 500 milhões de litros, segundo projeções da Federação Nacional das Associações dos Produtores de Cachaça de Alambique. As exportações do segmento, que somaram 300 mil litros em 2002, devem saltar para 500 mil litros este ano.

Exportações de mel. Quanto às exportações de mel, a China, maior produtor mundial, perdeu espaço no comércio exterior para o Brasil. Barreiras sanitárias impostas ao produto chinês permitiram que as exportações brasileiras saltassem de 2,6 milhões de litros em 2001, para 12,6 milhões em 2002. O Brasil também foi beneficiado por barreiras impostas à Argentina, outro importante fornecedor no mercado mundial, em razão de altos teores de agrotóxicos e antibióticos em seu produto.

Posição do Brasil na CAF. Deve ser ressaltada a nova posição do Brasil em relação à Corporação Andina de Fomento (CAF): o país deverá aumentar sua participação no capital junto à CAF via aporte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ainda este ano o banco poderá alocar US\$ 50 milhões na CAF, elevando de 2,5% para 5% a presença do país no capital da instituição multilateral de crédito, que financia projetos públicos e privados na América Latina. Outros US\$ 100 milhões seriam aportados em uma segunda etapa, o que levaria o Brasil a ter até 10% da CAF em 2004. Ele explicou que com novos aportes o Brasil aumenta sua capacidade de alavancagem de recursos na corporação, que costuma emprestar para projetos de desenvolvimento nacional até quatro vezes o capital aportado pelo país. Para programas de integração regional, o índice de alavancagem pode chegar a até oito vezes o capital aplicado, em média.

Exportação de revestimentos cerâmicos. Ainda quanto ao incremento das exportações, deve-se mencionar que as três maiores fabricantes de revestimentos cerâmicos (Portobello, Cecrisa e Eliane) conseguiram exportar mais no primeiro trimestre. Com um “empurrão cambial”, uma vez que o real se desvalorizou em 30,7% na comparação com 2002, elas exportaram mais 1,6 milhão de m², um aumento de 25% em relação a 2002. Já as vendas internas recuaram 8%. A política das próprias produtoras de cerâmica tem sido valorizar as exportações, o que se deve ao fato de que essa é uma forma de proteger dívidas em dólar (além de ser um retorno maior), caso da Eliane e da Portobello, ambas com empréstimos do International Finance Corporation.

Importação brasileira de mercados vizinhos. O Brasil pretende incrementar as compras dos países vizinhos, considerando o forte desequilíbrio nas relações comerciais do Brasil com os países da América do Sul. Isso preocupa o governo brasileiro, que começou a adotar medidas para aumentar a importação desses países. Mesmo no período do real sobrevalorizado, o Brasil manteve robustos superávits com seus vizinhos da região. Com as seguidas desvalorizações, o saldo disparou. Sem levar em conta a Argentina, a balança com o restante dos países sul-americanos registrou superávit de US\$ 2,2 bilhões no ano passado. A decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de dar prioridade máxima à região, na sua política externa, terá implicações comerciais. O governo pretende estimular a troca de importações americanas ou européias por for-

necedores mais próximos: ajudará a organizar missões de exportadores sul-americanos ao Brasil, articulará viagens de importadores brasileiros a seis países e determinará às companhias estatais que privilegiem, na medida do possível, as empresas da região.

Exportações do setor gráfico. Ainda quanto às novas exportações do país, pela primeira vez os empresários do setor gráfico resolveram se unir para começar a exportar. Para aumentar suas vendas externas, a Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf) está formando consórcios de exportação, que dentro de um mesmo grupo colocam empresas que são rivais no mercado interno. A associação está formando quatro grupos, com 15 empresas cada, que vão capacitar-se e buscar mercado no exterior de forma conjunta. Os grupos são divididos por segmento da indústria gráfica: papelaria, promocional, embalagem e editorial.

Exportação de café. No que se refere às novas possibilidades para as exportações de café, salienta-se que três anos depois do início do malsucedido plano global de retenção de café, os principais países produtores do grão acenam com um novo programa para elevar as cotações internacionais do produto. Entre os principais mecanismos está a restrição da comercialização de grãos de baixa qualidade, que representam hoje entre 5% e 10% da produção mundial, estimada em 122 milhões de sacas de 60 quilos. Além de enxugar a oferta no mercado, que ainda amarga grandes estoques, o plano também estimularia o consumo. Cada país produtor deverá adequar sua legislação à resolução 407 da OIC, que estabelece padrões mínimos para a comercialização do café.

Exportação de serviços de construção. No que concerne às exportações de serviços de construção – envolvem desde a construção de hidrelétricas e pontes até redes de metrô, por exemplo –, estas se reduziram no ano passado. Segundo dados do Banco Central, a receita com exportações de serviços de construção foi de apenas US\$ 11,9 milhões em 2002 – inferior em relação aos US\$ 17,5 milhões registrados em 2001. Esses números correspondem à receita proveniente de ingressos de dólares do exterior no país na atividade de serviços de construção. Os dados integram as contas de balanço de pagamentos do Brasil, que segue os critérios do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Acordo global Mercosul- UE. No que concerne ao acordo entre o Mercosul e a União Européia (UE), no quadro das negociações bilaterais em curso, os países do primeiro propuseram à UE um acordo automotivo que possa reconfigurar a produção nos dois blocos. O acordo se encaixa na tendência das montadoras de fabricar mais carros populares no Mercosul e mais automóveis de luxo na União Européia, levando em conta as escalas de produção. O Mercosul propõe que a UE elimine as tarifas sobre suas exportações de carros para o mercado europeu, em vez de esperar sete anos, como consta da atual oferta de Bruxelas. Com a eliminação – tão logo o acordo global Mercosul-UE entre em vigor –, as montadoras do Brasil e da Argentina teriam tratamento similar ao dado por Bruxelas aos construtores do México. Em contrapartida, o bloco do Cone Sul pede um prazo de adaptação de dez anos para liberalizar seu mercado, levando em conta a assimetria entre as duas economias. Nesse período, oferece cota com tarifas zero (restrição quantitativa) para aumentar a importação de automóveis europeus.

3.3 Defesa da concorrência

Justiça revoga multa do Cade ao Bradesco. O juiz Charles Ranaud Frazão de Moraes, da 14ª Vara Federal do Distrito Federal, considerou que o Banco Central (BC) é o único órgão competente para a apreciação de atos de concentração no sistema financeiro, seguindo o Parecer nº 01/2001 da Advocacia Geral da União (AGU) e anulando a multa decidida pelo Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) sobre o Bradesco pela não-apresentação ao Cade da notificação de aquisição do controle acionário do banco BCN. A operação entre os bancos foi aprovada pelo BC em 1998, mas o Cade requereu a submissão da operação a sua análise, apesar do parecer técnico da AGU. No julgamento do caso Bradesco/BCN, a maioria dos conselheiros do Cade havia votado pela não-submissão do órgão ao parecer da AGU.

Prática de cartel por postos de combustível. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) condenou, por prática de cartel, 10 postos de combustíveis em atividade no município de Lages (SC), seus respectivos representantes e o Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo (Sindipetro/SC). A multa é de 15% do faturamento bruto anual obtido em 2001 com a venda de gasolina. O Sindipetro/SC terá que pagar multa de R\$ 55 mil, por ter sido comprovado seu envolvimento como “agente promotor indispensável para viabilizar o cartel”.

Medida preventiva contra empresa de helicópteros. A Secretaria de Defesa Econômica (SDE) do Ministério da Justiça adotou uma medida preventiva contra a Helibrás, obrigando-a a fornecer a seus concorrentes os manuais, as publicações técnicas e as peças de reposição necessárias para a prestação dos serviços de manutenção em helicópteros da linha Eurocopter. A Líder Signature S.A. havia feito a denúncia de que a Helibrás não lhe vende os manuais e as peças de reposição dos helicópteros Eurocopter. Caso não atenda à SDE, a Helibrás terá que pagar multa de R\$ 53 mil por dia.

3.4 Financiamento e incentivos

BNDES financia países latino-americanos. O Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) assumiu o compromisso de até US\$ 3 bilhões para financiar países latino-americanos, 62% mais do que os US\$ 1,85 bilhão liberado para financiar exportações para os países da região de 1997 a 2002.

BNDES aumentará financiamento para microempreendedores. O BNDES destinará R\$ 1 bilhão de seu orçamento para o programa de microcrédito para atender, em um ano, a um milhão de microempreendedores em todo o país, em operações médias de financiamento de R\$ 1 mil. O repasse será feito via agências de fomento, cooperativas de crédito, prefeituras, sindicatos e bancos comerciais.

BNDES passa a financiar a importação de bens de capital e a internacionalização das empresas. O BNDES criou um linha de crédito de financiamento para importação de bens de capital, destinada ao apoio de projetos de exportação, que entrará em vigor a partir do segundo semestre deste ano. A nova linha terá como *funding* os recursos captados pelo banco no mercado internacional. Também entrará na política operacional do banco, a partir de agosto, o financiamento ao processo de internacio-

nalização das empresas brasileiras. O objetivo é fazer que as empresas tomadoras dos financiamentos contribuam futuramente para diminuir o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos brasileiro, por meio da remessa de divisas (lucros e dividendos) para o país.

Investimento direto externo. As expectativas quanto ao investimento direto externo no Brasil para este ano é de que seu valor não ultrapasse os US\$ 11 bilhões, em termos líquidos, e os US\$ 12 bilhões em 2004. Isso é pouco mais de um terço do valor verificado em 2000, de US\$ 30,5 bilhões, ponto alto do processo de privatização. O fluxo global continuará bastante fraco no curto prazo, dando continuidade ao período de maior queda nos últimos 30 anos.

3.5 Infra-estrutura e regulação

Comportamento dos preços internacionais do petróleo. Ao longo do mês de abril verificou-se uma redução nas cotações internacionais dos preços do petróleo por conta do aumento do fornecimento do Iraque e da Nigéria, apesar da elevação das reservas dos Estados Unidos. Dúvidas quanto à capacidade da Opep (Organização Mundial do Petróleo) em manter o equilíbrio entre oferta e demanda colaboraram para manter o preço internacional na faixa de US\$ 26 por barril. Ao longo do mês de maio as cotações elevaram-se (faixa de US\$ 28/barril) em decorrência do atentado terrorista ocorrido na Arábia Saudita em 11 de maio e da decisão da ONU de liberar as exportações do óleo iraquiano, como forma de financiar a sua reconstrução. As cotações internacionais elevaram-se acentuadamente em junho, atingindo o pico de US\$ 31,70/barril, consequência das pilhagens nos equipamentos iraquianos, o que retardou o início das exportações. As cotações mantiveram-se nesses patamares, ao longo do mês de julho, desta feita por conta da tempestade tropical Claudete que atingiu o Golfo do México.

Petrobras tem lucro recorde. A empresa encerrou o primeiro semestre com lucro líquido de R\$ 9,372 bilhões, um resultado 223,1% superior ao do mesmo período do ano anterior. As vendas internas, de 1,6 milhão de barris/dia, foram de 5,5% abaixo do primeiro semestre do ano passado, mas a estatal compensou essa redução com alta de 87% no preço de realização dos derivados no mercado interno. Por outro lado, a Petrobras aumentou de US\$ 205 milhões para US\$ 416 milhões a provisão de prejuízo no segmento de energia (termelétricas) no exercício de 2003. Se trazido a valor presente com desconto de 12% ao ano, o prejuízo da área de energia seria de US\$ 1,74 bilhão. Mesmo assim a empresa fixou como meta de investimento para este exercício US\$ 7,2 bilhões e US\$ 34,3 bilhões para o período 2003 a 2007. Dos investimentos deste ano, US\$ 5,8 bilhões serão de recursos próprios e financiamentos convencionais; US\$ 600 milhões de *project finance* e US\$ 800 milhões de SPCs. A Petrobras anunciou, também, a construção de um oleoduto submarino e terrestre, com cerca de 750 km de extensão, que exigirá investimentos da ordem de US\$ 1,2 bilhão e transportará 40% do petróleo produzido na Bacia de Campos para São Paulo, o maior mercado brasileiro. O início das atividades do duto está previsto para 2005.

Exportação de derivados continua crescendo. A Petrobras traçou a estratégia de reduzir importações e exportar mais combustíveis onde há auto-suficiência. Este ano, as

despesas com importação de combustíveis cresceram 9%, atingindo US\$ 917 milhões, ao mesmo tempo em que as vendas externas de combustíveis saltaram (87% – US\$ 782 milhões), de acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Esses números têm dado forte contribuição ao resultado da balança comercial. As novas descobertas de óleo e gás anunciadas pela Petrobras colaboram para a efetivação dessa estratégia. No fim de abril a companhia descobriu uma reserva de 70 bilhões de metros cúbicos de gás natural, equivalente a 440 milhões de barris de óleo. A reserva fica no litoral de Santos. Em junho a empresa tornou pública a descoberta de três poços no litoral do Espírito Santo, com reservas totais de 2,1 bilhões de barris de óleo, o que representa cerca de 20% do total de reservas confirmadas do país.

Energia elétrica. A recuperação da capacidade de investimento do setor elétrico brasileiro é um desafio que tem de ser equacionado na elaboração da nova formatação que está sendo feita pelo Ministério das Minas e Energia. Essa tarefa é ainda mais espinhosa porque o fluxo de capital para o setor está em declínio. Os fabricantes de bens de capital, por exemplo, já registram queda de 20% nos pedidos. Fornecedores de equipamentos para o segmento GTD (geração, transmissão e distribuição) podem estar com uma capacidade ociosa de 60%. Várias hidroelétricas licitadas ainda continuam no papel, pois dos 7.948 MW licitados desde 2000, apenas 519 MW estão em fase de construção. Pelas regras atuais, por exemplo, as geradoras ficam inseguras se terão compradores para sua energia ao fim de cada obra, ou seja, mais um problema que tem que ser resolvido na revisão do modelo institucional do setor. Mesmo sem racionamento, o consumo no ano passado retornou aos níveis de 1998/1999, reduzindo as receitas das empresas. As empresas de distribuição, por exemplo, que, por região, detêm quase o monopólio e possuem tarifas pré-fixadas, têm seu faturamento afetado diretamente pela variação da demanda. Os balanços de 2002 também foram prejudicados pela desvalorização cambial, pois muitos investidores tomaram empréstimos em dólar para financiar suas compras nos leilões de privatização. Resultado: apesar de os aumentos de tarifas para consumidores domésticos terem superado a inflação, as distribuidoras querem aumentos maiores. Além da necessidade de alteração do valor médio das tarifas, o governo verificou a necessidade de realinhamento das classes de tarifas para reduzir subsídios cruzados. Isso significará pequeno aumento relativo no preço da eletricidade para a indústria, o que permitirá menor reajuste para os consumidores residenciais. A previsão é que a redução do subsídio cruzado será de 10% este ano e de 15% em 2004. A partir de 2005, será realizado um corte de 25% a cada ano, até que em 2007 os subsídios sejam totalmente eliminados. Não obstante o mérito social da decisão governamental, por um lado, diante do atual quadro de desemprego e de dificuldade de se retomar o crescimento econômico, essa medida que aumenta o custo de produção do setor industrial deveria ser mais bem avaliada quanto ao seu impacto. Por outro lado, os segmentos eletro-intensivos, tais como o do alumínio, o do papel e o da celulose, entre outros, historicamente privilegiados em termos tarifários, podem planejar seu crescimento investindo também na geração de energia elétrica. As cinco primeiras distribuidoras que se submeteram ao processo de revisão tarifária periódica (previsto a cada quatro ou cinco anos) receberam este ano índices de reposicionamento significativamente diferentes. Cabe destacar que nesses reajustes foram consideradas as variações do IGP-M, a cotação do dólar no mês de março e do chamado “fator X” (usado como redutor do IGP-M), que representa o ganho de produtividade da empresa. Hoje, ainda como resíduo do racionamento de

2001, existe uma sobra de energia no mercado de cerca de 7,5 mil MW, o que provocou a queda nos preços da eletricidade comercializada no Mercado Atacadista de Energia (MAE) para R\$ 4,00 por MWh e, como consequência natural, uma perda da remuneração das geradoras federais, estimada em R\$ 5 bilhões em dois anos, sobretudo em Furnas e na Eletronorte, as mais expostas ao mercado atacadista. Para agravar esse problema, além da liberação dos 25% já ocorrida no início deste ano nos contratos iniciais entre geradoras e distribuidoras, conforme noticiado no Boletim de Política Industrial anterior (nº 19), no próximo ano irão para a livre negociação de mercado mais 25% da energia gerada. Furnas e Cesp foram as mais afetadas por essa medida, pois tiveram grande dificuldade para encontrar compradores para o seu produto e, portanto, colocaram sua energia livre no MAE. O governo determinou a elevação do piso dos preços do MAE para R\$ 28,00 por MWh, para diminuir o impacto dessa redução da receita. Por causa desse cenário, o BNDES está sendo estimulado a emprestar mais recursos para o setor, inclusive dentro do programa de Recuperação Tarifária Extraordinária (RTE), e aguarda publicação de medida provisória autorizando a transferência de recursos do Tesouro Nacional para o BNDES para pagamento da Conta de Variação da Parcela A (CVA) – criada para compensar as distribuidoras pelo aumento de custos não-gerenciáveis, como a energia de Itaipu, cotada em dólar. Não obstante haver um problema geral de queda de receita, alguns casos de inadimplência têm que ser vistos com outros olhos, como, por exemplo, o da empresa americana AES, que comprou a Eletropaulo com ajuda de empréstimo do BNDES e não está honrando seus compromissos com o Banco. Para assegurar o sucesso das privatizações, o BNDES quebrou regras tradicionais e emprestou dinheiro para investidores estrangeiros, o que torna a execução judicial da dívida mais difícil. Além disso, ao que se sabe, a manutenção da concessão do serviço público também está comprometida pelo fato de os gestores da AES terem remetido dividendos para o exterior sem que a empresa tivesse tido lucro. Em resumo, enquanto não for implantado um modelo institucional para o setor elétrico, não importando se com maior ou menor característica liberal, mas que sinalize regras estáveis até mesmo no longo prazo, haverá dificuldade de se captar investidores privados no volume de recursos necessários. Desatar esse nó górdio é um verdadeiro desafio para o governo atual.

Marco regulatório. A instabilidade gerada pelos vácuos regulatórios nos diversos setores de infra-estrutura, indubitavelmente, inibe os investimentos no setor. A falta de regras claras aumenta os riscos dos investidores, que exigem prêmios mais altos, o que acaba por implicar maiores preços cobrados dos usuários. Uma questão fundamental que tem sido discutida, principalmente com o novo governo, é o papel das agências reguladoras. Os ministérios ligados à área de infra-estrutura não receberam a atenção necessária, em termos de recursos orçamentários e humanos e de amparo legal, em correspondência às responsabilidades que lhes eram atribuídas nos últimos anos. Como não ficou definida de forma clara a autoridade competente para definir as políticas públicas nesse setor, verificou-se que as agências acabaram por abraçar a responsabilidade de fazer essas políticas. É imperioso ressaltar que, de acordo com as diretrizes da Reforma do Estado, a qual teve seu marco principal na Emenda Constitucional nº 19, compete à Administração Direta do Governo Federal formular propostas de políticas públicas e definir objetivos de longo prazo, ao passo que cabe às agências reguladoras fiscalizar e regular os mercados de acordo com os

marcos regulatórios propostos pelo Poder Executivo, após estes terem sido aprovados pelo Congresso Nacional. A idéia era manter as agências reguladoras com autonomia operacional, em relação ao governo, o suficiente para que a regulação das atividades fosse exercida de acordo com os princípios de transparência e eficiência, o que lhes conferiria legitimidade e credibilidade. Essa posição neutra é que asseguraria estabilidade aos regulados e à sociedade. Qualquer medida tendente a abolir essa prerrogativa das agências parece ser um retrocesso, porque elas colocam à disposição do governo um núcleo burocrático menos susceptível a pressão e mais estável, capaz de dar continuidade às funções de Estado, independentemente das mudanças de governo. Por outro lado, mantê-las sem mecanismos de controle que garantam que as políticas de governo sejam implementadas também traz prejuízo ao processo. Algumas agências reguladoras, aliás, não têm previsão em suas leis de criação de contratos de gestão com o Poder Executivo, o que poderia vir a ser uma forma de ingerência em suas ações. Outras formas de controle, como a obrigatoriedade do comparecimento de diretores e presidentes das agências ao Congresso para responderem sobre seus atos, têm sido discutidas pela sociedade. Atualmente, a idéia do governo é garantir que investimentos em infra-estrutura ajudem o PIB a crescer acima de 3,5 % em 2004 e evitem que gargalos nos setores de energia e transportes comprometam o desenvolvimento econômico no futuro. Nesse sentido, a definição dos marcos regulatórios é fundamental para a atração da iniciativa privada, uma vez que o setor público está amarrado a metas de superávit primário e a restrições quanto ao aumento do endividamento com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Por tal razão o governo está trabalhando junto ao Fundo para que investimentos em infra-estrutura não sejam computados como despesa no cálculo do resultado primário, principalmente no tocante às empresas estatais, justificando que a natureza desses gastos é diferente das despesas correntes por gerarem retorno sobre o investimento realizado no futuro. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que pretende atuar juntamente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Corporação Andina de Fomento (CAF), apresenta uma situação inusitada: o banco tem dinheiro, mas não tem demanda da iniciativa privada – por questões de instabilidades regulatórias –, nem do setor público, por causa de restrições de acordos celebrados com o FMI. Além disso, as previsões no Orçamento Geral da União para gastos com infra-estrutura são irrisórias, o que torna a situação ainda mais complicada.

O setor de telecomunicações. No mês de junho de 2003, dois importantes decretos foram emanados pelo Poder Executivo no que tange às políticas de telecomunicações: o primeiro, do dia 10, trata de políticas públicas sobre telecomunicações; o segundo, do dia 27, trata do Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado (PGMU). O Decreto nº 4.733 de 10 de junho de 2003 orienta a renovação dos contratos das operadoras de telefonia fixa que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2006. A grande novidade apresentada por esse decreto é que as tarifas pagas pelo público e as tarifas de interconexão serão reajustadas tendo por base o fator custo, e não a indexação de acordo com a inflação passada. As tarifas de interconexão e desagregação dos elementos de rede serão determinadas por meio de um modelo de custos incrementais de longo prazo. As tarifas de público serão baseadas na definição do fator de produtividade em um método de teto de preços (*price cap*), com a definição de um índice sobre os ganhos de produtividade das operadoras, mediante a aplicação de sistema de otimização de custos a ser implementado pela Agência Nacional

de Telecomunicações (Anatel). A idéia do governo é dar transparência ao modelo computacional utilizado, de forma que se garanta a existência de regras claras com a finalidade de minimizar disputas regulatórias e, conseqüentemente, atrair investimentos. Segundo o cronograma estabelecido pela Lei Geral de Telecomunicações, as empresas teriam que dizer se aceitariam ou não a prorrogação por mais 20 anos dos contratos com 30 meses de antecedência (prazo findo em 30 de junho) em relação ao vencimento do contrato atual, marcado para 31 de dezembro de 2005. As concessionárias de telefonia fixa decidiram pela renovação sem restrições, apesar de decisões sobre diversos pontos terem sido adiadas. A atitude das concessionárias não poderia ter sido muito diferente, mesmo porque todas elas, no leilão de privatização, fizeram as contas de retorno sobre investimento por vinte e sete anos: um período de sete, que finda em dezembro de 2005, mais vinte anos, do novo contrato. As empresas também aceitaram o Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), trazido pelo Decreto nº 4.769 de 27 de junho de 2003, que acabou por não incluir a redução de exigências propostas pela Anatel. Entre outras coisas, o PGMU mantém a distância máxima permitida entre telefones públicos instalados em 300 metros e reduz de 12 meses para 30 dias o prazo que as companhias telefônicas terão para instalar o Acesso Individual por Classe Especial (Aice – telefone popular, que não prevê taxa de habilitação) sempre que o serviço for solicitado. Além disso, extinguiu o Serviço de Caixa Postal Telefônica (SCPT), prestado a assinantes, que virá a ser ofertado à população em geral, mesmo aos que não são clientes. Obviamente, as mudanças, na sua maioria, não foram bem recebidas pelas concessionárias por implicar um aumento em suas despesas. Esse decreto poderá ser contestado no judiciário, uma vez que a Lei Geral de Telecomunicações prevê que somente à Agência cabe aprovar ou incluir novas metas para as operadoras telefônicas. A flexibilização das metas propostas pela Anatel, anterior ao Decreto nº 4.769, seria contrapartida para um acordo que estava sendo proposto pelo Ministério das Comunicações com relação à não aplicação do reajuste das tarifas pelo IGP-DI. A proposta do governo era que o reajuste fosse parcelado em pelo menos duas vezes. Com a decisão da Anatel de conceder um reajuste médio de 28,75%, baseado no IGP-DI, de uma única vez (já que cabe a ela, em última instância, por lei, conceder os reajustes), cumprindo rigorosamente a letra dos contratos, a flexibilização das metas não faria mais sentido. Várias liminares foram concedidas a ações que consideraram, com base no Código de Defesa do Consumidor, o reajuste lesivo ao usuário final. A expectativa é que as concessionárias não pratiquem todo o reajuste autorizado, pelo menos com relação aos clientes corporativos, uma vez que um contingente expressivo dos clientes residenciais não gasta mais que a assinatura mensal, e suas contas acabam não cobrindo os custos de manutenção das operadoras. Todavia, há, por parte das concessionárias, preocupação com a perda de clientes (mesmo os residenciais), com a diminuição do tráfego e com a inadimplência decorrentes do aumento autorizado. Outro acontecimento importante no setor de telecomunicações foi a obrigatoriedade de as concessionárias que participam do Serviço Móvel Pessoal (SMP) repassarem ao consumidor a escolha da operadora de longa distância nas ligações interurbanas, interestaduais e internacionais, como já ocorre com a telefonia fixa desde 1999. O objetivo da Anatel é estimular a competição e, principalmente, garantir que o benefício gerado por essa competição atinja efetivamente o consumidor final. As operadoras do Serviço Móvel Celular – SMC (BCP, CTBC Celular, Telemig Celular e Amazônia Celular) – ficam de fora da mudança, pelo menos por enquanto.

Desafios do setor de transportes. Um dos principais desafios ao desenvolvimento econômico nos próximos anos é o setor de transportes. A integração entre os modais rodoviário, ferroviário e aquaviário é a meta. O objetivo do governo é aumentar o transporte de carga pelos meios ferroviário e aquaviário, de modo que viabilize efetivamente os corredores estratégicos de desenvolvimento. O Ministério dos Transportes iniciará este ano um projeto de recuperação de estradas, ferrovias e portos que exigirá R\$ 2,5 bilhões em investimentos. Parte desse dinheiro seria para quitar restos a pagar e para custear projetos e obras em recuperação, restauração e manutenção de estradas, instalação de balanças, restauração de ferrovias e dragagem de portos. Os investimentos em infra-estrutura têm sido também defendidos como mola propulsora do desenvolvimento econômico e da geração de empregos. Dentro do setor de transportes, as prioridades do governo estão centradas nos investimentos em ferrovias e rodovias. Os investimentos em hidrovias e portos e na renovação da frota de caminhões também são objetivos do governo. Em relação às ferrovias, o plano do governo é priorizar a expansão e modernização da malha, principalmente as ferrovias Norte-Sul, Transnordestina e Ferro-Norte, via Parcerias Público-Privadas (PPP), nas quais os riscos serão divididos entre as concessionárias e a União, que remunerará os investimentos realizados pelo setor privado. A União constituirá um fundo para garantir empréstimos do BNDES para as primeiras. O fundo de aval, composto, entre outras fontes, do pagamento pelo Uso do Bem Público (UBP), seria a solução para as garantias exigidas pelo BNDES. Há também a intenção de se eliminar os gargalos no acesso ao Porto de Santos, pela criação de quatro grandes corredores: a antiga malha sul da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), hoje controlada pela América Latina Logística (ALL); a Ferrovia Centro Atlântica (FCA), interligando as regiões Sudeste e Nordeste, e que passará a ser controlada pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD); a Ferronorte, que passará via Mato Grosso; e a Novoste, que passará via Mato Grosso do Sul. Esses corredores serão viabilizados pela alteração acionária dos diversos concessionários, a fim de permitir os investimentos. Um novo modelo de contorno das redes ferroviárias nas grandes cidades também será proposto. Ele consiste na construção de canaletas nos trilhos já existentes, transformando-os em linhas subterrâneas, uma vez que circundar os grandes centros urbanos é apenas um paliativo, pois as cidades crescem e os trilhos voltam a fazer parte da área urbana. Outro problema do setor ferroviário é a falta de material rodante (locomotivas e vagões), que hoje não está preparado nem para demandas esporádicas de curto prazo (como já ocorreu recentemente no transporte de aço que teve que ser feito por caminhões), nem para uma expansão mais alta de longo prazo, o que requer investimentos. No setor rodoviário, o Ministério dos Transportes também utilizará as Parcerias Público-Privadas (PPP) como forma de promover a construção, a manutenção e/ou a operação da malha não atrativa economicamente. Esse procedimento já tem sido adotado por alguns estados, como Minas Gerais, Amazonas e Mato Grosso. A nova proposta do governo consiste também na redução de exigências de algumas concessionárias e na cobrança de tarifas diferenciadas, estabelecidas pelo número de quilômetros rodados. Outra hipótese que está sendo estudada é a alteração do tempo de concessão como forma de baixar a tarifa de acordo com o fluxo de veículos: se o movimento for menor do que o previsto, o prazo será dilatado; se for maior, reduzido. O governo conta com três programas de recuperação de estradas: o Contrato de Restauração e Manutenção das Estradas (Crema), no qual a empresa contratada é responsável pela restauração e manutenção num prazo de cinco anos – programa esse que já existia; um de recupera-

ção de pequenos trechos rodoviários; e outro, que conta apenas com recursos da União, no qual a empresa é responsável pela manutenção da rodovia num prazo de dois anos. Os dois primeiros contam com financiamento parcial do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O governo também estuda a utilização de pavimento rígido (cimento), material 20% mais caro do que o asfalto, mas também com durabilidade maior. Paralelamente, há a intenção de se conseguir nos estados a isenção de ICMS, já proposta pelo governo ao Confaz, para empresas produtoras de asfalto. Os estados seriam compensados pela perda de arrecadação com a recuperação da malha rodoviária estadual por três anos, tempo de duração do programa. Os investimentos em portos serão priorizados de acordo com a capacidade de responder mais rápido ao crescimento das exportações. Para isso, o governo escolherá entre 7 ou 8 dentre os 30 principais portos para concentrar seus esforços, que serão feitos principalmente em dragagem, informatização e montagem de uma base de dados sobre portos. Há esforços concentrados também em se obter alternativas de escoamento da produção nacional além do Porto de Santos, que está operando próximo de sua capacidade máxima, de cerca de 70 milhões de toneladas/ano. O BNDES criará um programa de financiamento para renovação de caminhões com juros fixos, nos moldes do Moderfrota. O programa, chamado de Modercarga, financiará toda ou parte da compra de caminhões médios e pesados para profissionais autônomos com juros de 8,75% a 10,75% ao ano. Entretanto, uma briga entre as montadoras e os sindicatos dos trabalhadores pela unificação dos salários em todas as montadoras do país prometia pôr fim ao programa. Como parte dos recursos vem do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), os sindicatos ameaçaram barrar a liberação do dinheiro.

O presidente Luís Inácio Lula da Silva chegou a condicionar a adesão brasileira à Área de Livre Comércio das Américas (Alca) à ajuda dos Estados Unidos em obras de infra-estrutura. Além disso, o governo luta para que gastos com manutenção de infra-estrutura de transportes não sejam computados como despesas para efeito de cálculo do superávit primário no acordo firmado com o FMI. O governo buscará também verbas em organismos internacionais e na Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e vai estimular as Parcerias Público-Privadas (PPP) para ter até 2006 um modelo intermodal, a fim de atender às atuais regiões agrícolas em expansão, o que poderá crescer a taxas de 10% ao ano. Para isso o Ministro dos Transportes admite que serão necessários investimentos da ordem de US\$ 2 bilhões nos próximos seis ou sete anos.

3.6 Meio ambiente

Apelo via Protocolo de Kyoto. O Ministério do Meio Ambiente, com o apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente, lança em julho próximo o segundo edital para financiar projetos que reduzam as emissões de poluentes ou absorvam parte dos gases que contribuem para o efeito estufa lançados pelas indústrias. O total dos recursos destinados aos projetos será de R\$ 1,5 milhões. As empresas também receberão certificados referentes à queda de suas emissões, os quais poderão ser negociados no âmbito do Protocolo de Kyoto.

A medida confirma a determinação do atual governo em reforçar a efetivação internacional do protocolo. O primeiro edital foi lançado pelo governo em 2001 e teve a participação de 13 projetos que consumiram R\$ 1,3 milhões. De acordo com a Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, esse tipo de financiamento governamental é muito eficaz, apesar do valor não muito alto. Isso porque, além de despertar a sociedade para o problema, também impulsiona o alastramento do financiamento internacional para projetos que reduzam a degradação ambiental.

Uma área atraente para os países desenvolvidos são os projetos de energia à base de fontes renováveis, como o Proálcool. Nesses países, a maior parte da energia utilizada é gerada por meio de combustíveis fósseis, e a substituição por fontes renováveis ainda é muito cara, conforme aponta a secretária-executiva do Centro Nacional de Referência em Biomassa, Suani Coelho. Logo, países em desenvolvimento com capacidade de geração a partir de biomassa, como o Brasil, poderiam ser beneficiados.

Tentativa de novos recursos. O Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (MMA) está buscando participação nos recursos oriundos da Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico (Cide), que recai sobre a comercialização e importação de petróleo, gasolina, gás e álcool etílico combustível. O Ministério da Fazenda e o MMA já teriam iniciado as negociações sobre o percentual a ser vinculado ao desenvolvimento sustentável, o qual, segundo estudos preliminares, tende a ficar entre 5% e 2% do total arrecadado com a Cide.

Programa para o Aquífero Guarani. Os governos do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai lançaram oficialmente o Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema. O aquífero, localizado em território dos quatro países, representa uma das maiores reservas de água subterrânea do mundo, constituindo uma área de 1,2 milhão de quilômetros quadrados. O projeto prevê a realização de estudos até 2007 sobre as características e a utilização atual da reserva, além da elaboração de um plano de manejo sustentável.

Já em 1999, havia sido realizado o primeiro acordo entre os países do Mercosul envolvendo a reserva, quando foi iniciado um levantamento inicial sobre o aquífero. A nova fase do projeto compreende a elaboração de um plano estratégico de uso sustentável, a implantação de uma rede de monitoramento e de um sistema de informações, o diagnóstico do volume de água em cada país, o mapeamento dos locais de uso da reserva e ações de conscientização sobre a utilização da água em comunidades. O custo do projeto até 2007 é de US\$ 26,7 milhões, dos quais US\$ 13,4 milhões serão doados pelo Banco Mundial.

Licitações para exploração de florestas públicas. O atual governo planeja realizar licitações para concessão de florestas públicas para produção. O projeto visa ampliar a superfície plantada de 4,9 milhões de hectares para 10 milhões de hectares, promovendo a produção sustentável de madeira, resinas, óleos, frutas e sementes e, ao mesmo tempo, favorecendo a conservação do meio ambiente. A meta do programa é constituir áreas públicas manejáveis de produção florestal de 25 milhões de hectares até 2010. Entretanto, o governo ainda precisará enviar um projeto de lei sobre concessão de florestas no país para ser aprovado no Congresso

Os projetos-modelo devem ter início nas áreas de Janari (Rondônia), Humaitá (Amazonas), Caxiuanan (Pará) e na Floresta Estadual do Mogno (Acre). Serão desen-

volvidos modelos específicos de concessão em que o custo não será subsidiado, para não desestimular as áreas privadas. As licitações excluirão as áreas que constituem reservas biológicas e o resultado da concessão terá como base o melhor manejo da floresta. As concorrências públicas estarão abertas a grupos comunitários, pequenas, médias ou grandes empresas. Em princípio, não estaria excluída a participação de empresas estrangeiras nas licitações, mas existe a preocupação do governo em evitar a participação de empresas que já desmataram florestas na Malásia, China e Indonésia.

O governo lançará em agosto as regras para o assentamento em florestas. Os novos assentamentos teriam entre 100 e 800 hectares, superando o tamanho dos atuais, que varia entre 30 e 100 hectares. O governo também criará o Conselho Gestor de Programa Nacional de Florestas, que será formado por representantes do governo e da sociedade civil. As novas regras modificarão o modelo de reforma agrária, substituindo assentamentos destinados à produção agrícola por outros que visem ao desenvolvimento de florestas. Ao invés de desmatamento, os assentamentos promoveriam a conservação das florestas.

Exportação de bens ambientais. Os Estados Unidos (EUA) propuseram aos países membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) a eliminação de tarifas de importação de bens ambientais até 2010, como parte das negociações da Rodada de Doha. O objetivo da proposta é contemplar tecnologias limpas de alto valor agregado, utilizadas na correção e prevenção da poluição, produzidas por países industrializados.

Diante da proposta, o Brasil, maior produtor mundial de etanol (álcool etílico), vislumbra uma perspectiva positiva de ampliação das exportações do produto. Existem grandes chances de o etanol entrar em uma futura lista de preferências ambientais, sobretudo pela necessidade de cumprimento das exigências do Protocolo de Kyoto de reduzir emissões dos gases que provocam o efeito estufa.

As barreiras atuais à exportação do etanol brasileiro são consideráveis. Nos EUA o produto é taxado em 2,5% pelo imposto de importação e em US\$ 0,54 por galão de etanol pelo imposto especial (*excise duty*), o que representa uma carga tributária de 50% sobre o preço do etanol importado. Por outro lado, o produtor americano não paga o imposto especial, como forma de subsídio ao uso de combustíveis oxigenados no país. Na União Européia, a tarifa consolidada para o álcool etílico é de 192 euros por metro cúbico.

O Brasil representa o maior produtor mundial de álcool etílico com uma produção anual, a partir da cana-de-açúcar, de 12,6 bilhões de litros. Os EUA estão em segundo lugar, produzindo 8 bilhões de litros anuais, a partir do milho. Segundo especialistas, haveria amplo apoio dos países para a classificação do etanol como bem ambiental em razão da própria necessidade de importação do produto. Isso porque, em muitos países, o aditivo da gasolina MTBE, que possui sérias restrições ambientais, tem sido banido e substituído pelo álcool.

Recusos alemães para o meio ambiente. Encontro entre a ministra do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (MMA), Marina Silva, e a ministra de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha, Heidemarie Wieczorek-Zeul, oficializou o repasse de 35 milhões de euros para o Programa de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7). Do total dos recursos, 50% serão destinados a projetos

ambientais na Mata Atlântica, enquanto a outra metade será usada na demarcação de 18 milhões de hectares na Amazônia, dentro do Projeto Arpa. Este último foi criado no ano passado com o objetivo de manter, por meio de Unidades de Conservação, um mínimo de 10% das florestas naturais da região. Atualmente, a Alemanha é o maior doador do PPG-7.

Durante o encontro, sustentou-se que o consenso entre as posições brasileiras e alemãs nas questões ambientais serve de exemplo no contexto atual de desacordos mundiais e que o governo alemão estaria disposto a continuar colaborando com o Brasil. Também foi enfatizada a necessidade de uma discussão global sobre o aumento da participação de energias renováveis na matriz energética global, conforme o proposto pelo Brasil na Conferência Rio+10, realizada no ano passado em Johannesburgo. Em 2004, a Alemanha realizará uma conferência internacional para discutir a proposta, que sofre oposição dos Estados Unidos e dos países produtores de Petróleo. O Brasil, por sua vez, sediará uma conferência preparatória com países da América Latina e Caribe.

Liderança brasileira em reciclagem. O Brasil confirmou sua posição de maior reciclador mundial de alumínio. A confirmação ocorreu após a divulgação do índice oficial de reciclagem japonês para latas de alumínio em 2002, que foi de 83,1%. De acordo com os dados da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), o índice nacional para o mesmo ano foi de 87%, correspondendo a cerca de 121,1 mil toneladas de latas. O reaproveitamento das latas constitui 47% do total da reciclagem de alumínio no país.

Especialistas apontam que a utilização de alumínio secundário, proveniente da reciclagem, deve crescer no Brasil, uma vez que, no processo de reciclagem, há uma economia de energia elétrica da ordem de 95% que reduz o custo relativo do alumínio secundário sobre o primário, tornando o produto reciclado mais competitivo no mercado. Outro fator que deve sustentar a liderança brasileira na reciclagem desse material é o fato de que a atividade confere rendimentos adicionais a uma parcela significativa da população. O preço pago pela tonelada de latas estaria em torno de R\$ 3 mil, variando conforme as regiões do país.

Programa nacional para recolher embalagens. O Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (Inpev) investirá US\$ 25 milhões até 2006 na criação de postos de recolhimento e distribuição de embalagens de defensivos agrícolas em todo o país. O aumento das centrais de recolhimento seria determinante para a melhora na retirada dos estoques de embalagens vazias de agrotóxicos das áreas rurais ao reduzir o custo de lavagem, armazenamento e transporte dos produtores rurais. Por causa dos altos custos, muitos produtores são obrigados a estocar os resíduos, apesar de a lei prever a lavagem e destinação final correta para o material.

A lei federal nº 9.974, em vigor há um ano, define critérios e obrigações para indústrias, produtores e revendedores, e determina a tríplice lavagem das embalagens vazias antes da destinação final, visando controlar os riscos de contaminação ambiental e humana. Criado em março de 2002, o Inpev encerrou o primeiro ano de funcionamento com quase 4 mil toneladas de embalagens recolhidas e tem como meta para 2003 a retirada do campo de 10 mil toneladas. Para tanto, o instituto tem desenvolvido com cooperativas e produtores um trabalho que inclui a coleta por caminhão em regiões onde não existem unidades de recebimento.

O sistema de coleta também tem dado ênfase especial aos novos projetos de destinação final da matéria-prima reciclada. Tais programas protegem os mananciais e impulsionam os negócios no mercado brasileiro de reciclagem. No mês de maio, os procedimentos de licenciamento ambiental para os centros de recolhimento e os critérios de adequação dos órgãos ambientais competentes foram estabelecidos na resolução nº 334 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) para regulamentar e acelerar a logística do recolhimento das embalagens.

Escassez de água. Recente estudo desenvolvido pelo Instituto Internacional de Ecologia (IIE), de São Carlos (SP), sobre a questão da água no agronegócio paranaense, concluiu que a demanda de água no setor é excessiva para a escala de produção do Paraná. O objetivo do trabalho era analisar quanto era gasto de água para movimentar a atividade econômica na região e os impactos ambientais provocados, além de buscar descobrir como se pode minimizar os custos e remediar os passivos ambientais.

Segundo o presidente do IIE, o aumento do preço do metro cúbico de água levaria o agronegócio paranaense e de todo Brasil a rever os processos de produção em escala, constituindo a medida mais eficaz para educar as empresas quanto à importância da gestão do recurso. Ele defende a implantação da cobrança pelo uso da água e a instituição do princípio poluidor/pagador, conceitos já adotados em algumas áreas do país consideradas críticas pela Agência Nacional de Águas (ANA), como no caso das bacias dos rios Paraíba do Sul, Piracicaba, Capivari e Jundiá. A cobrança imporia maior racionalidade no gasto de água, mas teria impacto importante na formação de preços. Um exemplo é o caso do feijão irrigado, em que os custos de produção cresceriam 4,5% com a cobrança de US\$ 0,50 por metro cúbico de água e se elevariam em 18,1% se preço por metro cúbico alcançasse US\$ 2.

O crescimento da agricultura brasileira sofreu forte impulso com o avanço das áreas de plantio irrigado, atividade que extrai 70% da água disponível no país. Pesquisas apontam que a lavoura brasileira poderia alcançar os mesmos níveis de competitividade com a utilização de 30% a 70% menos de água, dependendo da cultura, por meio de tecnologias já disponíveis no mercado. Nesse cenário, destaca-se a importância da cobrança pelo uso da água em contribuir para um choque tecnológico que promova o uso de tecnologias mais eficientes na agricultura. O Brasil possui atualmente 2,87 milhões de hectares irrigados e deverá chegar a 3 milhões em 2010, demandando uma vazão de 928,3 metros cúbicos por segundo. Essa crescente demanda por irrigação tornaria a oferta de água insuficiente no futuro.

Existem ainda outros problemas graves relativos à escassez de água, como o avanço da erosão nas regiões Sul e Sudeste e a salinização de áreas no Nordeste do país. A perda de solo por hectare no Sul e Sudeste é estimada em 20 toneladas por ano, podendo comprometer os rios por meio do assoreamento. Por sua vez, a salinização já atinge cerca de 30% das áreas do Nordeste em virtude de projetos públicos regionais de irrigação.

4 TÓPICOS ESPECIAIS

A Cooperação Brasil- Alemanha: o KFW

Leonardo Vieira Arruda*
Sérvulo Vicente Moreira**

1 Antecedentes Históricos do KFW

O Instituto de Crédito para Reconstrução (Kreditanstalt für Wiederaufbau – KFW) foi criado em 18 de novembro de 1948, pouco depois da instituição do marco alemão e meses antes da criação da República Federal Alemã (RFA). Diante da situação em que se encontrava a Alemanha – totalmente destruída após a II Guerra Mundial – os países aliados perceberam a necessidade de reconstruir-se o Estado alemão, porquanto tal objetivo seria alcançado mediante a completa reestruturação de seu sistema financeiro.

Visando tal reconstrução da economia alemã, as forças de ocupação inglesas e norte-americanas instalaram uma zona dual alemã de administração econômica. Esta, posteriormente transformada em uma zona tripla com a adesão da França, foi a responsável imediata pela reforma do setor bancário alemão e da conseqüente criação do KFW. Outrossim, esse banco teve sua estrutura baseada no já existente Reconstruction Finance Corporation de Washington, uma instituição de crédito federativa estabelecida por lei federal em 1932.

A partir de 1950, não obstante, o KFW passou a contar com recursos do Plano Marshall em decorrência, principalmente, dos dois objetivos dos países aliados: o bloqueio da cidade de Berlim, ante o período bipolar entre os EUA e a ex-URSS; e o fomento da extração de minas de carvão, para o financiamento rápido da reconstrução alemã.

Em seus primeiros anos de atuação, o banco para a reconstrução alemã financiou as empresas médias, denominadas *Mittelstand*, principalmente nas áreas de geração de energia elétrica: a indústria de carvão mineral e a indústria de aço. Houve, ademais, financiamentos para a distribuição de alimentos à população, para a atualização da agricultura e a construção de moradias para a população nacional e imigrante, enfatizando-se a construção de moradias para os mineiros e refugiados soviéticos. No que tange aos financiamentos para as indústrias, foi dada prevalência às de bens básicos e empresas de exportação intensiva sem produtos químicos e cimento. Além desses setores, o KFW auxiliou a reconstrução do sistema de infra-estrutura alemão, mas somente em parte, no que se destacavam os financiamentos à indústria naval.

Os financiamentos de longo-termo desse banco são uma de suas linhas mais antigas, os quais tiveram seu início quando do começo das atividades do KFW. Em seu início os créditos para as exportações alemãs foram pequenos, em razão da própria escassez de recursos. Calcados nesses financiamentos, os exportadores alemães conseguiram dobrar o volume de suas vendas externas já em 1951. Estas tiveram que se

* Analista de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC.

** Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea.

direcionar para a Europa Ocidental e outras nações, inclusive para as novas ex-colônias independentes na África e na Ásia.

A partir da segunda metade da década de 1950, o KFW evoluiu de um banco de reconstrução voltado para a indústria de produtos básicos para a atuação de forma intensa também na promoção das *Mittelstand*. De 1958 em diante, o banco iniciou sua atuação nos países do terceiro mundo. Inicialmente, essa inserção teve cunho político, iniciando-se na Índia uma operação de reestruturação de débito daquele país. Posteriormente seguiu-se a disponibilização de créditos para Guiné, Sudão e Chile, visando possibilitar o pagamento de gêneros importados por alemães e créditos para a estabilização de moedas na Turquia e na Argentina. Havia, concomitantemente, o financiamento de projetos comerciais com o objetivo de salvaguardar o suprimento de energia e matérias-primas para o mercado alemão.

Na década de 1960 o KFW passa a ser responsável pelas ajudas financeiras do governo alemão aos Países em Vias de Desenvolvimento (PVDs), as quais eram sempre utilizadas de acordo com os interesses do Estado alemão. Dentro dessa assistência financeira, o Banco para Reconstrução Alemã destacou-se no auxílio à implementação de projetos, o que lhe proporcionava melhor acompanhamento dos mesmos, assim como monitorar o início dos projetos nos países receptores. Ademais, no mesmo período esse banco passou a realizar empréstimos a bancos de desenvolvimento, especialmente em sua parceria com o Banco Mundial, e manteve sua política de empréstimos para a importação que os países menos desenvolvidos realizavam da Alemanha. Além dessas características, o KFW mudou sua política de financiamento às exportações dos produtores alemães – *supplier loan* – para financiar diretamente os importadores – *buyer loan* – dos países subdesenvolvidos, beneficiando, dessa forma, os exportadores alemães; e também manteve sua política de procura de centros fornecedores de matérias-primas para o mercado germânico.

Já no ano de 1961 o KFW iniciou seu programa de financiamento à construção de navios. O banco não limitara suas atividades, em seu programa de assistência, apenas à parte administrativa e extensão dos recursos federais. Os países em desenvolvimento apresentavam-se como grandes compradores de navios alemães, porquanto eram financiados mediante créditos do banco alemão e por meio de transações financeiras mistas em termos de ajuda ao desenvolvimento de tais países.

No tocante às relações teuto-brasileiras, o início do relacionamento da cooperação Alemanha/Brasil ocorreu por meio de um acordo internacional, firmado em 1961, entre o KFW e o governo brasileiro. No entanto, a primeira assinatura de contrato de financiamento foi em julho de 1965. Vale destacar que, dentro da cooperação financeira prestada ao Brasil, os recursos alocados ao longo dos anos foram, e são atualmente, concedidos a título de doação.

Verificou-se, ademais, a atuação do KFW, em colaboração com os governos da Alemanha, Reino Unido, França e Espanha, para o desenvolvimento do primeiro Airbus 300, assim como um jumbo destinado à aviação civil. Essa cooperação entre as quatro nações deve-se à necessidade de a Europa auferir maior competitividade no mercado de aviação civil, amplamente dominado pela empresa norte-americana Boeing. Baseado na experiência adquirida no financiamento de navios, o KFW incorporou a esse novo projeto o ideal de financiamento para a exportação das aeronaves.

ves. Com esse intuito, o primeiro contrato para a exportação foi celebrado em 1978, firmando-se um acordo com as Aerolíneas Orientais, pelo qual foram encomendados quinze Airbus 300, tendo o banco alemão participado com DM 94,5 milhões.

De 1972 em diante o KFW, em virtude da crise do petróleo, foi levado a imprimir uma mudança em seu viés de atuação em relação aos financiamentos às empresas alemãs, haja vista a súbita elevação das taxas de juros do mercado. Nesse sentido, o banco adotou o *M-Programme* – programa para as pequenas e médias empresas, que permitiu a obtenção de crédito para as empresas em condições mais favoráveis. Houve maior engajamento do KFW nos financiamentos às exportações, pelo que o banco passou a conceder créditos para as indústrias aérea e naval.

Em virtude das crises mais acentuadas nos países pobres, o KFW recrudescceu sua atuação nesses países, concentrando-se no auxílio às camadas mais carentes de suas populações, como parte de sua política de promoção ao desenvolvimento de outros povos. Ávido por fomentar tal política, entre os anos 1970 e 1990 o KFW imprimiu uma mudança em sua conduta, não mais disponibilizando créditos para programas de ajuda financeira, passando desde então a atuar por meio da cooperação financeira. Nesse período o Banco Alemão para Reconstrução passou a monitorar mais intensamente os projetos implementados nos PVDs, bem como evoluiu para a prestação de assistência técnica àqueles.

Em junho de 1975 foi assinado o acordo nuclear entre Brasil e Alemanha, no montante de DM 12 bilhões, celebrado até então como a maior transação externa já realizada pela RFA (República Federal da Alemanha), na qual seriam entregues oito estações de energia nuclear. Em julho de 1976 foi concluído um contrato financeiro de exportação avaliado em DM 1,85 bilhão para a construção das duas primeiras plantas em Angra dos Reis. Esse megaprojeto, porém, não foi concluído em razão de dois problemas. O primeiro dizia respeito à ameaça de afundar na areia da praia de Angra, e o segundo devia-se à insolvência brasileira em 1982, causada pelos errôneos empréstimos contraídos pelo governo militar, diante dos problemas da dívida externa.

O início da década de 1990 representou um grande desafio para o banco alemão, tanto interna quanto externamente. No âmbito interno, com a reunificação da Alemanha, foram liberados financiamentos para a reconstrução e modernização habitacional, para a conservação ambiental e para a reorganização das pequenas e médias empresas da parte oriental da Alemanha (além de ter sido fomentado o aumento de competitividade das mesmas, tendo em vista sua concorrência com empresas do lado oeste alemão e por estarem em processo de transição do modelo centralizado para a economia de mercado). No plano internacional os anos 1990 foram marcados pela maior abrangência do KFW, atuando em mais países subdesenvolvidos, além do aumento de suas exigências para liberação de empréstimos, tais como respeito aos direitos humanos, economia de mercado e maior proteção ambiental. Com relação à conservação do meio ambiente, esta se tornou mais intensa e a partir dessa década procurou aliar o desenvolvimento sustentável à prerrogativa da conservação ambiental.

Por fim, os projetos desenvolvidos em parceria com o governo brasileiro englobam diversas áreas, tais como apoio a pequenas e médias empresas, saneamento básico e proteção ao meio ambiente, entre outros.

2 Operacionalização do KFW

Atualmente, o KFW capta recursos do orçamento do governo alemão e levanta dividendos para realizar empréstimos nos mercados de capital doméstico e internacional. O banco atua por meio da concessão de doações, empréstimos, financiamentos, concessões de créditos, bem como investimentos. Pode-se apresentar sua atuação como segue.

2.1 Tipos de financiamentos e assistência

Financiamentos de projetos: conjunto de ações do ponto de vista funcional, econômico, de lugar e de tempo, com efeitos que podem ser pré-estabelecidos.

Financiamentos de programas: são séries de projetos de áreas afins – tais como sistemas de água potável – ou coordenados entre si e com interdependência funcional em determinados setores ou regiões, como, por exemplo, os programas de desenvolvimento rural e os programas setoriais, nos quais pode-se financiar serviços voltados à manutenção ou melhoria do grau de aproveitamento da capacidade de um setor.

Financiamentos de bancos de desenvolvimento, cooperativas de crédito ou similares: são créditos financeiros oferecidos às pequenas e médias empresas agrícolas e industriais.

Financiamentos de estudos: destinam-se à implantação de planos de desenvolvimento complexos e em longo prazo, pois necessitam de projetos e programas bem preparados. Este financiamento de estudos não vincula o KFW ao financiamento do projeto preparado após o estudo, no entanto, este financiamento pode ser solicitado.

Financiamentos de serviços de consultoria: são empréstimos ou aportes de recursos não-reembolsáveis, ligados à elaboração da licitação, avaliação das ofertas e auxílios nas obras.

Financiamentos de serviços de assistência técnica de curto prazo: destacam-se para o financiamento de análises complementares sobre aspectos específicos, sem custo para o país receptor.

Financiamentos de serviços de formação e capacitação: visam à formação e capacitação das pessoas envolvidas nos projetos sendo, geralmente, não-reembolsáveis.

Financiamentos de assistência setorial ou estrutural: caracterizam-se pela implementação de ajustes estruturais e reformas econômicas em países em desenvolvimento, apoiando setores específicos (ajuste setorial), ou a economia nacional (ajuste estrutural). Procura-se por meio desta assistência melhorar as condições gerais nas áreas econômica e institucional dos PVDs, além de fomentar o uso eficiente dos recursos internos e externos.

Assistência em mercadorias: estão incluídas nessa forma de ajuda as matérias-primas e insumos, manufaturados, acessórios, marcas e patentes. O objetivo desta assistência baseia-se em manter e aumentar o grau de aproveitamento da capacidade produtiva dos países menos desenvolvidos. Tal como a assistência estrutural, esta serve para financiar as importações de bens e serviços de extrema necessidade. Não obstante, programas e projetos não podem ser financiados sob a forma de assistência em

mercadoria. Este tipo de ajuda, diferentemente da assistência para ajustes estruturais e para projetos, não necessita de avaliação por parte do KFW.

O KFW atua ainda como financiador de bens de importação e serviços relacionados aos programas.

2.2 Forma de obtenção dos recursos para os financiamentos

O KFW obtém os recursos necessários para sua operacionalização pelos meios descritos abaixo.

Emissão de títulos: emitem-se títulos de médio prazo e outros com prazos variados, cobrindo-se dessa maneira todos os prazos exigidos pelo mercado. Esses títulos, cotados em euro, são utilizados para captação de recursos junto ao público.

Obtenção de empréstimos nos mercados de capitais: *a priori*, é realizado no mercado interno ou externo, por meio da emissão de um certificado de débito/dívida com prazos diversificados.

Contratação de empréstimos com a federação/Fundo Especial – ERP: caracteriza-se pela captação de recursos com destinação específica, sendo o KFW responsável pela execução de projetos financiados com esses empréstimos. A cooperação financeira com os PVDs é suprida com estes recursos.

2.3 Formas da cooperação financeira oficial com os PVDs

As formas pelas quais são oferecidos os recursos para a cooperação financeira com os PVDs são:

A. **Doações:** são destinadas para “países de menor desenvolvimento relativo” ou para projetos de combate à pobreza por meio da proteção ambiental, mutirões, infraestrutura e fundos de garantia para as pequenas e médias empresas em todos os países em desenvolvimento.

B. Empréstimos

B.1. Empréstimos com juro de 0,75% a.a., com prazo de 40 anos, incluídos 10 anos de carência, destinados a países com Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* inferior a US\$ 1.465.

B.2. Empréstimos com juro de 2% a.a., com prazo de 30 anos, inclusos 10 anos de carência, para todos os demais países em desenvolvimento.

C. Financiamentos

C.1. **Mistos:** possuem garantia oficial Hermes (Hermes Kreditversicherungs – AG), empresa de seguros alemã, para os recursos de mercado do KFW, e são relacionados a fornecimentos originários da Alemanha. A taxa Hermes constitui o custo a ser pago pela cobertura da manufatura, a garantia da exportação e o seguro de crédito da RFA, que são usualmente levados em consideração pelo exportador no cálculo do preço oferecido.

C.2. **Conjugados:** possuem garantia especial do governo para os recursos de mercado do KFW e são atados ou não a fornecimentos provenientes do território alemão.

C.3. **Combinados:** neste tipo de financiamento o risco é assumido pelo próprio KFW, atados ou não a fornecimentos advindos da Alemanha. O objetivo de tais financiamentos é a disposição de capital adicional para os PVDs mais avançados, mantendo-se a observação dos regulamentos da política de cooperação para o desenvolvimento.

D. **Créditos mediante recursos do mercado:** são não-relacionados a fornecimentos alemães e destinados a projetos de desenvolvimento justificados, como por exemplo, projetos de infra-estrutura. Têm como finalidade precípua o complemento da oferta de produtos da Cooperação Financeira no escopo da missão de fomento público.

As vantajosas condições de refinanciamento obtidas pelo KFW, baseadas em seu *rating* AAA/Aaa, são transferidas ao receptor do crédito.

As condições para liberação dos créditos são:

- Valor do crédito: segundo a necessidade
- Prazo: de acordo com a imperatividade
- Juro: variável ou fixo e
- Moedas: euro, dolar ou outra, por consulta

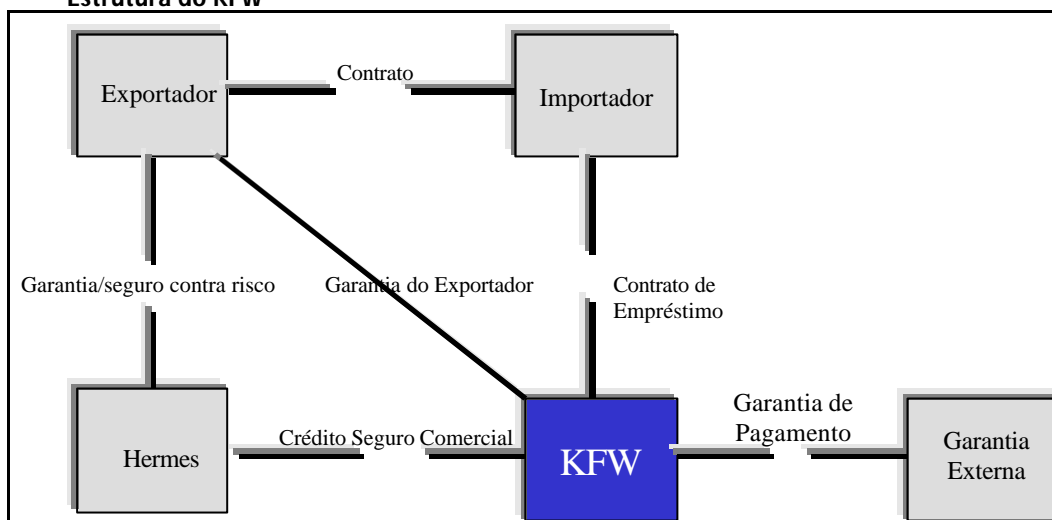
São concedidos sob risco do próprio KFW, sendo, pois, essencial para sua liberação:

- Concessão da situação econômico-financeira da instituição responsável pela execução do projeto ou do banco
- Garantias normais habituais no banco, tais como hipotecas ou garantias do Tesouro do país receptor
- Consideração sobre o risco-país

Internamente, o KFW fomenta o crescimento da economia alemã atuando por meio da concessão de créditos para investimentos, que são destinados a empresas industriais, ao setor de serviços e às entidades públicas, com prazos e taxas de juros fixados em longo prazo. Ademais, o KFW faz-se valer dos créditos à exportação de empresas alemãs, pelos quais são concedidos financiamentos em longo prazo ao importador ou a uma instituição de crédito no país do comprador, a taxas de juros fixas ou variáveis. Outrossim, há ainda o financiamento dessas empresas mediante o programa KFW/ERP, em consonância com os interesses do governo alemão.

No financiamento do KFW a empresas em outros países, esse banco exige a imperatividade de se aliar o investimento no desenvolvimento das empresas à proteção do meio ambiente. Sendo atendida essa prerrogativa, o KFW financia esses desenvolvimentos com fundos do programa ambiental do banco alemão. Esses empréstimos podem ser destinados para investimentos mundiais empresariais com relevância ambiental. A figura a seguir ilustra a atuação do KFW como banco promotor das exportações alemãs, assim como para seus investimentos no exterior.

FIGURA 1

Estrutura do KFW

Fonte: Moreira, 2001, p. 32.¹

O organograma acima apresenta a forma como o KFW atua no mercado internacional. Primeiramente o exportador e o importador fazem o contrato de comércio; posteriormente o exportador entrará em contato com o banco alemão, para que este sirva de garantia para aquele. O importador também entrará em contato com o KFW, para que possam celebrar o contrato de empréstimo, mediante o qual o importador poderá subsidiar suas compras do exportador. Depois de decorridas as negociações entre o vendedor, comprador e o KFW, este celebrará um acordo para garantia de pagamento, normalmente firmado junto a um banco estrangeiro. Concomitantemente, o Banco Alemão para Reconstrução contará com o seguro comercial prestado pela Hermes Versicherungs, empresa de seguros alemã, a qual ficará incumbida de liquidar as dívidas dos contratantes junto ao KFW, caso aqueles não possam pagá-las. Ao mesmo tempo, a Hermes promoverá garantia/seguro contra risco para o exportador, caso o importador venha a ser insolvente.

3 Atuação no Brasil: principais projetos e características

A cooperação financeira entre o KFW e o Brasil tem aumentado tanto em quantidade de recursos como também em importância. Houve o aporte de financiamentos e doações para diversos projetos brasileiros, tais como os de saneamento básico, de transportes, de saúde, de apoio às pequenas e médias empresas, de abastecimento e energia elétrica e, ainda, os ambientais, sendo estes últimos os de maior importância no que tange à cooperação Alemanha-Brasil. O projeto ambiental teve sua relevância recrudescida na década de 1990, em virtude da maior conscientização em relação à destruição imposta pelo ser humano ao longo dos últimos anos e, conseqüentemente, em razão da ênfase dada às discussões sobre o meio ambiente na Rio-92. Os principais projetos do KFW em parceria com o governo brasileiro, bem como suas caracterizações, são descritos a seguir.

1. Ver: MOREIRA, Sérvulo Vicente. **Políticas Públicas de Exportação e seus Impactos nas Exportações: o caso do Proex**. Brasília: UCB, 2001.

3.1 Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais – PP/G7

Com o objetivo de conservar as florestas tropicais brasileiras, os sete países mais ricos do mundo (G7) implementaram, em 1990, um programa de ajuda internacional abrangente. Esse projeto, denominado PP/G7, é administrado pelo Banco Mundial, conta com apoio da Comissão da União Européia e se iniciou no fim de 1992.

Esse Programa Piloto respeita formalmente os interesses brasileiros, que se referem, *a priori*, à promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia – no entanto, não engloba apenas a floresta tropical amazônica, mas também a mata atlântica brasileira.

O PP/G7 visa:

- aliar objetivos ecológicos e econômicos por meio da proteção e do aproveitamento racional das florestas tropicais;
- reduzir continuamente os desmatamentos;
- solucionar um problema de cunho internacional mediante a cooperação internacional;
- preservar a diversidade biológica;
- promover o desenvolvimento sustentável nas florestas tropicais; e
- reduzir emissão de gases que provocam o efeito estufa.

O PP/G7 representa a maior cooperação alemã e preenche os interesses do Ministério para Cooperação Econômica e Desenvolvimento Alemão.

Para o programa principal há a ajuda das sete nações mais industrializadas, sendo que a União Européia e o Brasil têm uma participação em volume de aproximadamente US\$ 330 milhões. Desse volume, US\$ 62,5 milhões são administrados pelo fundo do Banco Mundial. Do total alocado entre UE e Brasil, este participa com uma soma de 8% do valor; a Alemanha, maior financiadora, predispõe o correspondente a 45% do total dos recursos.

No âmbito desse programa, a maioria dos países financia-o mediante projetos bilaterais, haja vista a maior facilidade de se atingir um acordo satisfatório para ambas as partes. Participando dessa assistência bilateral, a parte alemã contribuiu, inicialmente, com € 261,7 milhões. Desse valor, a ajuda de capitais alemã tem o volume de € 200,3 milhões, a cooperação técnica é responsável por um montante de € 45,0 milhões e os € 16,4 milhões restantes são direcionados para o fundo fiduciário alemão.

Tem-se a seguir um balanço dos principais projetos no âmbito do PP/G7 e seus respectivos volumes financeiros. Pode-se analisar, a partir do gráfico, o volume de recursos – em milhões de euro – destinados aos principais subprogramas do PP/G7.

TABELA 1

Co-financiamento dos Projetos do PP/G7

Projetos	Recursos (milhões euro)
Demarcação de Terras Indígenas	15,4
Projetos Demonstrativos	35,8
Programa de Políticas de Recursos Naturais	20,5
Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas	13,3

Fonte: KFW, 1999, p. 15.²

2. Ver: KFW. **Das Tropenwaldschutzprogramm in Brasilien: PP/G7.** Frankfurt am Main: KFW, 1999.

No que concerne ao seu objetivo principal, o PP/G7 procura empreender mudanças políticas e sociais no tocante à floresta tropical. Esse programa busca incrementar as condições políticas contextuais, mediante assessoramento político-institucional, além de fomentar o diálogo entre o governo brasileiro e a sociedade, por um lado, e a comunidade internacional de doadores, por outro, debatendo metas, concepção e caminhos para a conservação da floresta tropical.

3.2 Programa de Saúde

Os projetos de saúde atuam nos seguintes estados brasileiros: Ceará, Piauí e Espírito Santo. No Estado do Ceará o programa é denominado “Ações Básicas de Saúde”, tendo seu início no ano de 1998. Contando com uma soma de recursos no total de aproximadamente US\$ 12.400 milhões, ele tem como objetivo a melhoria do atendimento de saúde às populações rurais do interior do estado. Esse projeto, em desenvolvimento, tem suas ações calcadas na construção, recuperação, ampliação e equipamento de trinta unidades sanitárias de diferentes níveis de atendimento nas regiões de Sobral e Itapioca, assim como o fortalecimento da capacidade de operação e manutenção da Entidade Executora do programa.

Concernente ao Estado do Piauí, o programa de saúde, denominado “Saúde Básica”, atua em conjunto com o programa de saneamento básico para aquela região e procura, por meio da melhoria do sistema básico de saneamento, atingir uma maior qualidade na área da saúde, evitando-se, dessa forma, a disseminação de várias doenças infecciosas. Esse programa teve seu início em 1999, e conta com um volume de US\$ 15.700 milhões.

O projeto de saúde aplicado no Estado do Espírito Santo é denominado “Melhoria do Setor de Saúde no Espírito Santo” e iniciou-se no ano de 1980, sendo concluído em 1998. Nesse programa procurou-se alavancar a prestação de serviços relacionada à saúde para populações com menos condições, para o que contou com um orçamento de US\$ 13.330 milhões.

Dada a imperatividade de se melhorar o setor de saúde no território brasileiro, verifica-se a importância de tal programa do KFW, aliado aos objetivos estratégicos do Brasil e calcado na melhoria da condição e da qualidade de vida dos brasileiros.

3.3 Programa de Saneamento Básico

Os projetos de saneamento básico estão distribuídos nos seguintes estados: Bahia, Ceará e Pernambuco. No Estado da Bahia, tem-se o “Saneamento Básico II”, projeto iniciado no ano de 1997 e finalizado em 2001. Este segue o já finalizado “Saneamento Básico Oeste da Bahia I” e almeja melhorar o abastecimento de água potável em áreas rurais, assim como a eliminação de dejetos e esgotos sanitários na região Noroeste do Estado da Bahia. O programa conta com US\$ 13.700 milhões, cabendo ao KFW a disposição de US\$ 9.000 milhões.

O programa desenvolvido no Ceará tem duas fases. A primeira, já concluída, tendo perdurado entre 1990 e 1998, foi denominado “Saneamento Básico no Ceará”

e contou com recursos de US\$ 14.400 milhões, sendo que desse valor, US\$ 11.700 milhões eram empréstimos contraídos junto ao KFW.

Há, ademais, o “Programa de Saneamento Básico Rural do Estado do Ceará – Fase II”, ainda em fase de execução, dispondo de US\$ 17.030 milhões, como o equivalente a US\$ 8.500 milhões em empréstimos. Essa segunda fase representa a continuação da primeira e abarca as regiões do Baixo e Médio Jaguaribe e Banabuiú. O governo brasileiro procura incrementar o abastecimento de água e a eliminação de esgotos, ainda bem deficientes na região. Estão previstas a reabilitação e a ampliação de até treze sistemas já existentes, no escopo do “Programa Ações de Saneamento no Estado do Ceará I”. No tocante à capacitação e ao treinamento, será criada uma Segunda Associação Regional de Grupos de Usuários (Sisar) na nova região do projeto.

O programa desenvolvido no Estado de Pernambuco teve seu início em 1995, tendo como data prevista para sua conclusão o ano de 2003. O intitulado “Programa de Melhoramento do Saneamento Básico no Estado de Pernambuco I” dispõe de US\$ 14.700 milhões no total e, como empréstimo do KFW, tem a soma de US\$ 10.000 milhões.

Por fim, aliada aos programas de saúde, tem-se a importância das atividades pertinentes à melhoria do saneamento básico em regiões pouco desenvolvidas do Brasil, como forma de prover as populações com uma melhor infra-estrutura básica.

3.4 Projeto Corredor Rio de Janeiro–São Paulo–Campinas

A iniciativa do governo brasileiro, por meio do Ministério dos Transportes e o KFW, referente à melhoria da infra-estrutura de transporte no corredor entre os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, iniciou-se no ano de 1996 e foi finalizada em 1999. O projeto teve à disposição um volume de recursos de US\$ 8.700 milhões, sendo que a instituição alemã foi responsável por US\$ 8.000 milhões do total.

As entidades responsáveis procuraram incrementar a logística de infra-estrutura para o escoamento das produções entre ambas as regiões, promovendo-se um ganho de escala nas receitas cambiadas entre os estados.

Diante da necessidade de melhoria no sistema de transporte entre os estados, esse empreendimento conjunto faz-se valer pela necessidade de aprimoramento e melhoramento da malha rodoviária, como forma de promover o melhor escoamento da produção, bem como o incremento dos ganhos das empresas geradoras de receitas para as respectivas regiões.

4 Conclusão

A cooperação teuto-brasileira prestada pelo KFW em seu início, em 1961, incrementou-se de forma significativa no Brasil – desde a diversidade de projetos até a elevação dos recursos oferecidos.

Foram celebrados vários acordos para beneficiar diversas áreas estratégicas no Brasil, como saúde, transporte, saneamento básico e ambiental.

O interesse da cooperação alemã é verificado ao investir no Brasil, tornando-se o maior investidor estrangeiro no território brasileiro, tendo como baluarte a ação e a instalação do Grupo Especial de Contato sobre a Infra-estrutura e energia, que permitirá às empresas germânicas de energia, transporte, gerenciamento de águas e telecomunicações a oportunidade de se aprofundarem no conhecimento de projetos e se prepararem melhor para licitações no Brasil.

Considerando o bom desempenho do KfW, vale ressaltar que o BNDES está seguindo algumas linhas adotadas pela instituição alemã, como apoio às exportações, aos empresários brasileiros em outros países e linhas de crédito para países latino-americanos.

5 ANEXO ESTATÍSTICO

TABELA V.1

Produção física na indústria de transformação

(Variação em relação ao mesmo período do ano anterior – em %)

Setores	III/2001	IV/2001	I/2002	II/2002	III/2002	IV/2002	I/2003	II/2003
Transf. de prod. de minerais não met.	-2,9	-3,2	-4,8	-0,1	-0,5	3,2	-1,5	-8,0
Metalúrgico	-2,3	-4,0	-4,5	-0,1	6,1	11,7	8,3	4,6
Mecânico	5,1	-3,2	0,0	5,5	10,4	18,7	11,6	9,2
Material elétrico e de comunicação	2,1	-7,2	-14,3	-11,0	-12,3	-8,9	-1,8	-11,6
Material de transporte	-0,5	-9,3	-5,5	-5,4	3,0	15,8	6,0	-4,8
Madeira	1,2	2,1	-3,2	-1,5	-2,8	-0,6	8,0	-0,2
Mobiliário	-3,0	-1,5	3,5	1,6	0,1	-1,7	-6,6	-10,6
Papel e papelão	-0,9	-1,7	0,3	1,1	1,8	4,7	4,0	3,2
Borracha	-7,4	-7,1	-6,2	0,1	2,6	17,2	5,7	4,2
Couros e peles	-11,1	-6,6	-10,8	-7,7	0,3	3,4	7,9	5,2
Químico	0,9	-3,0	-2,4	2,4	1,1	3,7	0,8	-0,4
Farmacêutico	-1,5	4,4	17,6	3,8	-2,8	-7,5	-16,0	-15,9
Perfumaria, sabões e velas	-1,9	-11,6	-5,4	-2,3	2,4	15,2	-0,5	-1,3
Produtos de matérias plásticas	-9,5	-8,0	-4,5	-2,7	-2,9	4,3	-7,9	-16,7
Têxtil	-8,8	-5,9	-5,0	0,5	1,4	-0,2	-5,0	-11,4
Vest., calçados e artefatos de tecidos	-8,1	-7,9	-6,0	2,9	1,0	-3,3	-11,0	-17,2
Produtos alimentares	7,9	1,9	-0,2	8,2	6,1	4,4	0,8	-1,6
Bebidas	0,0	-3,2	-5,2	-1,8	4,0	5,2	0,5	-9,2
Fumo	-29,0	20,4	26,0	21,2	29,3	8,8	6,1	-8,9
Indústria de transformação	0,0	-3,4	-3,5	0,8	2,4	6,0	2,2	-2,2

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal/PIF.

Obs.: Os valores acima estão alterados em relação aos publicados no número anterior em virtude de mudanças nos índices antes apenas estimados. Esses valores foram calculados da seguinte forma: a média aritmética do período considerado em relação à média aritmética do mesmo período do ano anterior.

TABELA V.2

Índice do investimento trimestral na indústria¹

(Base: I.1997 = 1)

Ano/Trim.	I Trim.	II Trim.	III Trim.	IV Trim.
1998	1,35	1,18	1,34	1,09
1999	1,27	1,16	1,11	0,92
2000	1,77	1,11	0,91	1,00
2001	1,59	1,29	1,21	0,96
2002	1,31	1,38	1,17	1,01
2003	1,45			

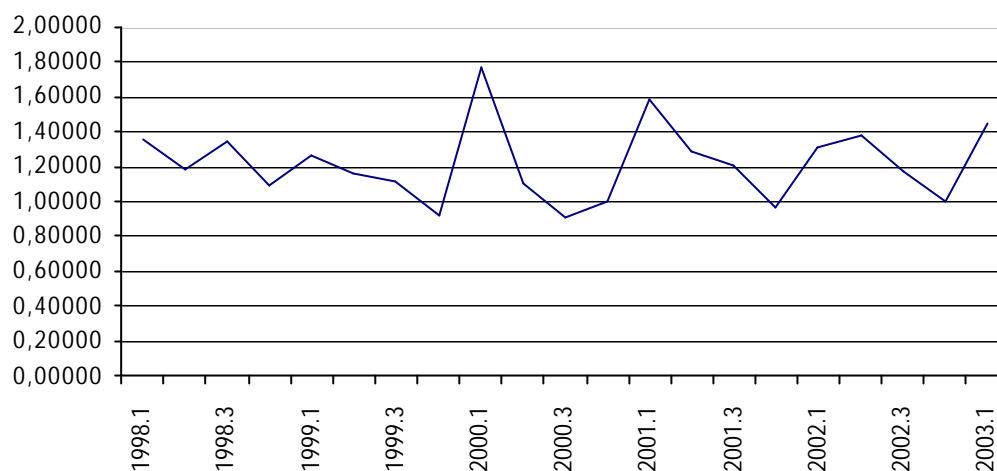
Fonte: IBGE, Secex/MDIC. Elaboração: Ipea/Diset.

Nota: ¹ Consumo aparente de Bens de Capital Tipicamente Industriais em US\$ de 1997. Ver Nota Metodológica no nº 13 deste periódico, p. 27.

GRÁFICO V.1

Índice de investimento na indústria (consumo aparente de BK-TI)

(Base: I.1997 = 1)



Elaboração: Ipea/Diset.

TABELA V.3

Distribuição setorial do investimento direto estrangeiro no Brasil (1995/2000)

(Em US\$ bilhões e %)

Setores	12/1995 ¹		1996		1997		1998		1999 ²		2000 ²		Acum. (1996/2000)	
	Estoque	(%)	Fluxo	(%)	Fluxo	(%)	Fluxo	(%)	Fluxo	(%)	Fluxo	(%)	Fluxo	(%)
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	0,69	1,6	0,11	1,4	0,46	3,0	0,14	0,6	0,42	1,5	0,65	2,2	1,78	1,7
Agricult., pecuária e servs. relacs.	0,21	30,1	0,04	34,3	-	0,0	-	0,0	0,02	4,7	-	0,0	0,06	3,3
Silvicult., expl. florestal e servs.relacs.	0,03	4,4	-	0,0	0,11	23,8	0,05	34,9	-	0,0	-	0,0	0,16	8,9
Pesca, aquicultura e servs. relacs.	0,01	1,1	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0
Extração petróleo e servs. relacs.	0,07	10,5	0,05	42,4	0,01	2,2	0,03	19,0	0,30	70,2	0,48	74,0	0,86	48,4
Extração de minerais metálicos	0,33	48,0	0,03	23,3	0,34	74,0	0,05	35,5	0,05	11,8	0,13	20,5	0,60	33,5
Extração de minerais não metálicos	0,04	5,9	-	0,0	-	0,0	0,02	10,6	0,06	13,2	0,04	5,4	0,11	6,0
Indústria	23,40	55,0	1,74	22,7	2,04	13,3	2,77	11,9	7,00	25,4	5,09	17,0	18,63	18,0
Fabr. de produtos alimentis. e bebidas	2,33	10,0	0,19	10,7	0,32	15,9	0,13	4,8	1,24	17,7	0,98	19,2	2,86	15,3
Fabr. de produtos do fumo	0,72	3,1	0,25	14,4	-	0,0	-	0,0	0,17	2,4	-	0,0	0,42	2,2
Fabr. de produtos têxteis	0,53	2,3	0,07	4,2	0,05	2,5	0,02	0,8	0,09	1,3	0,04	0,7	0,27	1,5
Conf. de arts. vestuário e acessórios	0,08	0,3	-	0,0	0,01	0,5	0,02	0,9	-	0,0	0,01	0,3	0,05	0,3
Prep. couros, fabr. artefs. e calçados	0,43	1,8	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0
Fabr. de produtos de madeira	0,03	0,1	-	0,0	0,09	4,3	0,02	0,6	0,02	0,3	0,03	0,6	0,16	0,9
Fabr. celul., papel e produtos papel	1,40	6,0	0,02	1,3	-	0,0	-	0,0	0,01	0,2	0,01	0,2	0,04	0,2
Edição, impressão, repr. gravações	0,12	0,5	-	0,0	0,01	0,6	0,01	0,4	0,08	1,1	0,02	0,3	0,12	0,6
Fabr. coque, petrol., combs. nucls., álcool	-	0,0	-	0,0	0,01	0,5	0,01	0,4	0,01	0,2	-	0,0	0,03	0,2
Fabr. de produtos quimicos	4,75	20,3	0,22	12,7	0,37	18,1	0,35	12,8	1,27	18,2	1,12	22,0	3,33	17,9
Fabr. artigos de borracha e plástico	1,32	5,6	0,03	1,7	0,14	6,8	0,16	5,7	0,21	3,0	0,06	1,1	0,59	3,2
Fabr. produtos minerais não metáls.	0,82	3,5	0,19	11,2	0,21	10,2	0,08	3,1	0,29	4,1	0,07	1,3	0,84	4,5
Metalurgia básica	2,57	11,0	0,03	1,7	-	0,0	0,12	4,3	0,11	1,6	0,25	4,8	0,51	2,7
Fabr. de produtos de metal	0,57	2,4	0,06	3,7	-	0,0	0,04	1,5	0,04	0,6	0,03	0,5	0,17	0,9
Fabr. máquinas e equipamentos	2,07	8,9	0,18	10,3	0,21	10,1	0,17	6,3	0,09	1,2	0,58	11,4	1,23	6,6
Fabr. máquinas escrit. e eqsps. inform.	0,44	1,9	0,01	0,6	0,02	1,0	0,05	1,8	0,63	9,0	0,02	0,5	0,73	3,9
Fabr. máquinas, apars. e mats. elétricos	1,10	4,7	0,03	1,7	0,14	6,8	0,11	4,0	0,34	4,9	0,07	1,3	0,69	3,7
Fabr. mat. electrón. e eqsps. de comunic.	0,59	2,5	0,06	3,6	0,19	9,1	0,26	9,5	0,52	7,4	0,66	12,9	1,69	9,0
Fabr. eqsps. méds, ótics, automação, relógs.	0,17	0,7	0,06	3,3	0,01	0,5	-	0,0	-	0,0	0,02	0,4	0,09	0,5
Fabr. mont. veics. automs., rebs. carros.	2,85	12,2	0,29	16,4	0,22	10,9	1,06	38,3	1,83	26,1	0,96	18,9	4,36	23,4
Fabr. outros eqsps. transporte	0,22	1,0	-	0,0	-	0,0	0,09	3,3	0,05	0,7	0,19	3,7	0,33	1,8
Fabr. móveis e indústrias diversas	0,29	1,3	0,04	2,5	0,04	2,1	0,04	1,6	-	0,0	-	0,0	0,13	0,7
Reciclagem	0,01	0,1	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0
Serviços	18,44	43,4	5,81	75,9	12,82	83,7	20,36	87,5	20,14	73,1	24,14	80,8	83,27	80,3
Eletricidade, gás e água quente	0,00	0,0	1,63	28,0	3,55	27,7	2,20	10,8	2,97	14,7	2,97	12,3	13,32	16,0
Captação, tratam. e distribuição de água	0,00	0,0	-	0,0	-	0,0	0,09	0,4	-	0,0	0,07	0,3	0,16	0,2
Construção	0,20	1,1	-	0,0	0,05	0,4	0,17	0,8	0,29	1,5	0,01	0,0	0,53	0,6

(continua)

(continua)

Setores	12/1995 ¹		1996		1997		1998		1999 ²		2000 ²		Acum. (1996/2000)	
	Estoque	(%)	Fluxo	(%)	Fluxo	(%)	Fluxo	(%)	Fluxo	(%)	Fluxo	(%)	Fluxo	(%)
Comérc. e repar. veic. comérc. combusts.	0,08	0,5	0,02	0,3	0,18	1,4	-	0,0	0,26	1,3	0,09	0,4	0,54	0,7
Comérc. atacado e interms. comércio	2,10	11,4	0,21	3,6	0,69	5,4	1,09	5,3	1,55	7,7	0,89	3,7	4,42	5,3
Comérc. varej. e repar. de objetos	0,67	3,6	0,41	7,0	0,08	0,7	1,11	5,4	1,11	5,5	0,66	2,7	3,37	4,1
Alojamento e alimentação	0,36	2,0	0,04	0,6	-	0,0	0,02	0,1	0,03	0,1	-	0,0	0,08	0,1
Transporte terrestre	0,01	0,0	0,21	3,6	-	0,0	-	0,0	0,08	0,4	0,04	0,2	0,34	0,4
Transporte aquaviário	0,09	0,5	-	0,0	-	0,0	0,06	0,3	-	0,0	-	0,0	0,06	0,1
Transporte aéreo	0,02	0,1	-	0,0	-	0,0	-	0,0	0,01	0,1	-	0,0	0,01	0,0
Ativs. auxil. transp. e agências de viagem	0,07	0,4	-	0,0	-	0,0	0,02	0,1	0,03	0,1	0,04	0,2	0,09	0,1
Correio e telecomunicações	0,20	1,1	0,61	10,5	0,83	6,5	2,56	12,6	7,80	38,7	10,90	45,1	22,70	27,3
Intermediação financeira	1,25	6,8	0,38	6,5	1,60	12,5	5,92	29,1	1,68	8,3	6,35	26,3	15,92	19,1
Seguros e previdência privada	0,15	0,8	0,15	2,6	0,19	1,5	0,05	0,2	0,06	0,3	0,01	0,1	0,46	0,6
Ativs. auxil. da intern. financeira	0,11	0,6	0,04	0,6	0,06	0,5	0,48	2,3	0,53	2,7	0,03	0,1	1,14	1,4
Atividades imobiliárias	1,06	5,7	0,08	1,4	0,04	0,3	0,03	0,1	0,08	0,4	0,02	0,1	0,25	0,3
Aluguel veic. máqs. eqips. e objetos	0,36	2,0	0,02	0,3	0,04	0,3	-	0,0	-	0,0	-	0,0	0,05	0,1
Ativs. de informática e conexas	0,12	0,6	-	0,0	0,12	1,0	0,35	1,7	0,09	0,4	1,12	4,6	1,69	2,0
Pesquisa e desenvolvimento	0,01	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0
Serviços prestados a empresas	11,45	62,1	2,02	34,7	5,35	41,7	6,22	30,5	3,33	16,5	0,81	3,4	17,73	21,3
Educação	0,00	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0
Saúde e serviços sociais	0,02	0,1	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0
Limp. urbana e esgoto e ativs. conexas	0,00	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	0,03	0,1	0,03	0,0
Atividades associativas	0,05	0,3	0,01	0,2	-	0,0	-	0,0	-	0,0	0,02	0,1	0,04	0,0
Ativs. recreat. culturais e desportivas	0,01	0,1	-	0,0	0,03	0,2	-	0,0	0,23	1,2	0,05	0,2	0,32	0,4
Serviços pessoais	0,02	0,1	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0
Organismos internacionais	0,00	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0
Total	42,53	100	7,67	100	15,31	100	23,27	100	27,56	100	29,88	100	103,69	100
Ingressos abaixo de US\$ 10 milhões por empresa receptora/ano			1,98		2,57		3,08		3,67		3,45		14,75	
Total geral dos ingressos			9,64		17,88		26,35		31,24		33,33		118,43	

Fonte: Banco Central do Brasil.

Nota: ¹Dados do Censo de Capitais Estrangeiros, realizado em 1996.

²Inclui conversões para investimentos diretos.

Obs.: ¹No período 1996/2000, foram considerados os recursos destinados a empresas que totalizaram mais de US\$ 10 milhões ao ano.

²Conversões em dólares às paridades históricas.

Elaboração: Diset/Ipea.

TABELA V.4

Distribuição setorial do investimento direto estrangeiro no Brasil (2001/2003)

(Em US\$ milhões e em %)

Setores	2001		2002		2003 (jan.-mai.)	
	Fluxo	(%)	Fluxo	(%)	Fluxo	(%)
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	1.494	7,1	638	3,4	260	6,5
Extração de petróleo e serviços relacionados	1.360	6,5	508	2,7	153	3,8
Demais	134	0,6	129	0,7	107	2,7
Indústria	7.000	33,3	7.620	40,7	1.412	36,4
Produtos alimentícios e bebidas	563	2,7	1.873	10,0	90	2,3
Produtos químicos	1.546	7,3	1.573	8,4	238	6,0
Fabr. e mont. de veículos automotores ¹	1.550	7,4	1.819	9,7	281	7,1
Máquinas e equipamentos	344	1,6	391	2,1	80	2,0
Máquinas, aparelhos e mat. elétricos	327	1,6	372	2,0	10	3,4
Artigos de borracha e plástico	176	0,8	183	1,0	134	1,0
Metalurgia básica ²	431	2,0	139	0,7	325	8,2
Produtos têxteis	56	0,3	98	0,5	12	0,3
Material eletrônico e eqips. de comunicação	1.166	5,5	544	2,9	81	2,0
Máquinas p/ escritório e equip. de informática	23	0,1	95	0,5	3	0,1
Produtos de metal	108	0,5	91	0,5	31	0,8
Produtos minerais não metálicos	130	0,6	124	0,7	32	0,8
Edição, impressão e reprodução de gravações	140	0,7	44	0,2	22	0,6
Produtos de madeira	71	0,3	16	0,1	10	0,2
Celulose, papel e produtos do papel	150	0,7	11	0,1	10	0,3
Outras indústrias	219	1,0	247	1,3	52	1,3

(continua)

(continuação)

Setores	2001		2002		2003 (jan.-mai.)	
	Fluxo	(%)	Fluxo	(%)	Fluxo	(%)
Serviços	12.547	59,6	10.529	59,9	2.277	57,2
Correio e telecomunicações	4.130	19,6	4.166	22,2	819	20,6
Eletricidade, gás e água quente	1.442	6,9	1.534	8,2	351	8,8
Intermediação financeira	2.123	10,1	1.206	6,4	190	4,8
Comércio	1.634	7,8	1.504	8,0	307	7,7
Serviços prestados a empresas	697	3,3	791	4,2	249	6,3
Seguros e previdência privada	628	3,0	216	1,1	66	1,7
Atividades de informática e conexas ³	720	3,4	255	1,2	62	1,6
Atividades imobiliárias	187	0,9	197	1,0	45	1,1
Construção ⁴	264	1,3	148	0,8	14	0,3
Transporte	146	0,7	124	0,7	45	1,1
Captação, tratamento e distrib. de água	28	0,1	94	0,5	1	0,0
Alojamento e alimentação	275	1,3	126	0,7	96	2,4
Outros serviços	273	1,3	168	0,9	32	0,8
Total	21.042	100,0	18.753	100,0	3.949	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil – Nota para a imprensa de janeiro de 2003.

Notas: ¹Inclui indústria de peças automotivas.

²Inclui siderurgia.

³Inclui Internet.

⁴Inclui obras de infra-estrutura relacionadas aos setores energético e de telecomunicações.

Elaboração: Diset/lpea.

TABELA V.5

Desembolsos da Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame)

(Em US\$ milhares)

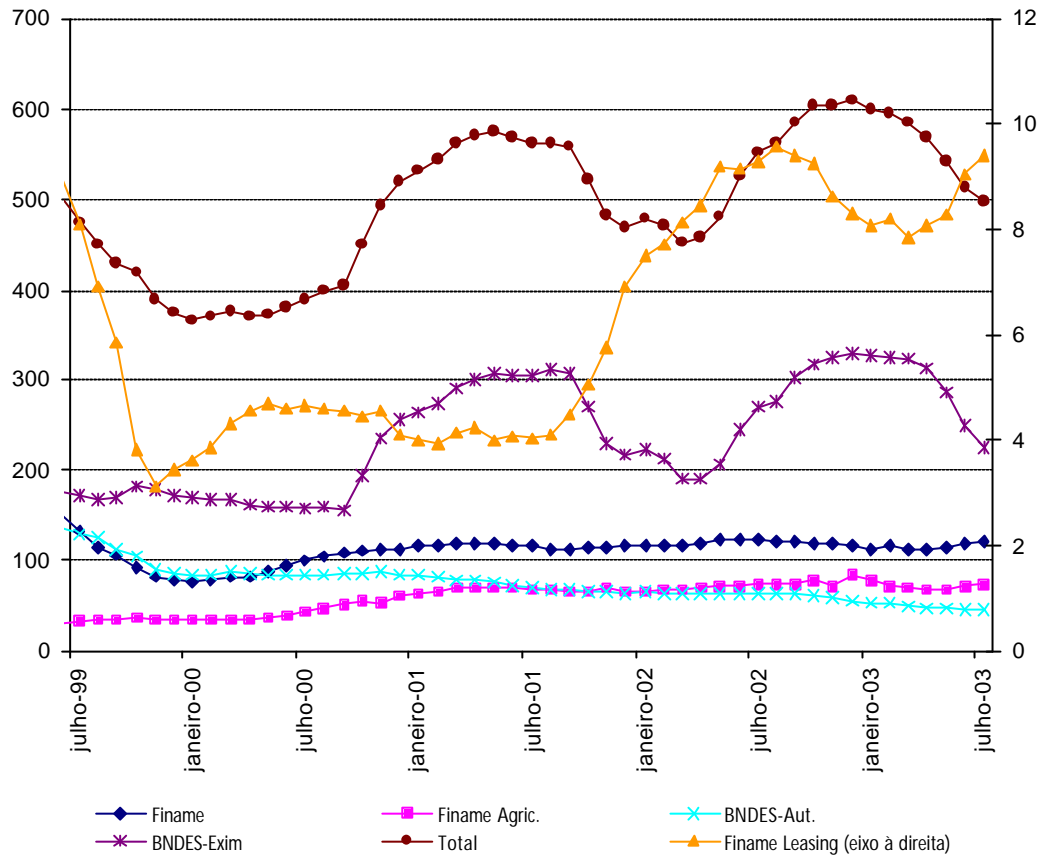
Mês	Finame	Agrícola	Leasing	BNDES-Aut.	BNDES-Exim	Total
Ago. 2002	123.761	88.404	7.487	51.405	333.559	612.579
Set. 2002	99.260	66.869	5.801	52.725	415.976	643.766
Out. 2002	120.542	115.664	8.593	41.190	445.420	739.853
Nov. 2002	99.873	2.791	5.315	42.028	250.109	413.173
Dez. 2002	122.730	224.718	12.401	38.705	311.127	723.973
Jan. 2003	93.948	2.677	6.726	48.645	257.612	436.160
Fev. 2003	111.921	17.687	7.462	43.386	110.723	310.624
Mar. 2003	98.712	47.922	9.783	34.393	119.072	328.547
Abr. 2003	115.760	52.969	11.997	30.656	66.896	295.414
Mai. 2003	167.886	62.068	13.068	50.934	97.638	420.621
Jun. 2003	153.006	93.681	14.102	53.170	187.687	556.162
Jul. 2003	152.706	112.264	9.926	53.676	100.709	485.064
Total	1.460.105	887.714	112.661	540.913	2.696.528	5.965.937

Fonte: BNDES.

GRÁFICO V.2

Liberações da Finame

(Média móvel de 12 meses, em US\$ milhões)



Fonte: BNDES.

TABELA V.6

Desembolsos setoriais da Finame

(Posição de janeiro a julho de 2003 – em US\$ milhares correntes)

Programa	Finame	Finame Agrícola	Finame Leasing	BNDES-Exim	BNDES-Autom.	Total	
Sector Comprador	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	(%)
(A B) Agropecuária	16.527	389.268	709	14.571	259.654	680.729	24,03
(C) Mineração	12.923	0	1.144	3.756	409	18.232	0,64
(D) Indústria de transformação	272.153	0	12.111	448.087	104.398	836.749	29,54
D15. Alimento e bebida	89.171	0	5.229	114.421	19.355	228.176	8,06
D16. Fumo	804	0	0	3.420	733	4.957	0,17
D17. Têxteis	8.209	0	258	31.024	7.244	46.735	1,65
D18. Confeção, vestuário e acessórios	1.364	0	84	7.805	3.052	12.305	0,43
D19. Couro, artefatos e calçados	2.564	0	0	52.297	2.391	57.252	2,02
D20. Madeira	18.889	0	659	8.079	2.345	29.972	1,06
D21. Celulose e papel	9.342	0	14	21.911	2.407	33.674	1,19
D22. Editorial e gráfica	3.155	0	100	0	1.019	4.274	0,15
D23. Coque, refino petrol., prep. combustíveis	1.447	0	110	0	3.331	4.888	0,17
D24. Química	11.059	0	550	22.984	18.492	53.085	1,87

(continua)

(continuação)

Programa	Finame	Finame Agrícola	Finame Leasing	BNDES-Exim	BNDES-Autom.	Total	
D25. Borracha e plástico	28.920	0	1.788	1.878	6.625	39.211	1,38
D26. Minerais não metálicos	14.118	0	848	7.524	3.048	25.538	0,90
D27. Metalurgia básica	24.106	0	825	18.325	6.262	49.518	1,75
D28. Produtos de metal (exclusive máquinas)	18.641	0	480	280	5.672	25.073	0,89
D29. Máquinas e equipamentos	19.576	0	157	9.555	8.002	37.290	1,32
D30. Máquinas de escritório e Informática	60	0	0	0	0	60	0,00
D31. Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	949	0	13	2.170	381	3.513	0,12
D32. Mat. eletrônico e equip. de comunicação	555	0	23	0	246	824	0,03
D33. Equip. médicos, prec., aut. industrial	666	0	0	1.180	541	2.387	0,08
D34. Veículos, reboques e carrocerias	8.898	0	514	140.429	5.183	155.024	5,47
D35. Outros equipamentos de transporte	643	0	39	0	799	1.481	0,05
D36. Móveis e indústrias diversas	7.984	0	286	4.805	5.885	18.960	0,67
D37. Reciclagem	1.033	0	134	0	1.385	2.552	0,09
(E-Q) Comércio e serviços	592.336	0	59.100	15.522	171.524	838.482	29,60
E 40. Eletricidade, gás e água quente	18.007	0	0	0	683	18.690	0,66
E 41. Captação, trat. e dist. de água	705	0	0	0	1.581	2.286	0,08
F 45. Construção	43.336	0	3.363	0	2.678	49.377	1,74
G 50. Com., rep. veic. e motos e combustíveis	127.970	0	14.389	15.312	73.318	230.989	8,15
H 55. Alojamento e alimentação	671	0	73	0	7.913	8.657	0,31
I 60. Transporte terrestre passageiro	113.577	0	19.198	0	1.899	134.674	4,75
I 60. Transporte terrestre cargas	226.333	0	19.979	0	3.456	249.768	8,82
I 60. Transporte terrestre outros	0	0	0	0	2.639	2.639	0,09
I 61. Transporte aquaviário	1.339	0	0	0	0	1.339	0,05
I 62. Transporte aéreo	79	0	26	0	86	191	0,01
I 63. Ativ. auxiliares do transp. e agências	7.624	0	348	0	7.996	15.968	0,56
I 64. Correio e telecomunicações	81	0	19	0	3.032	3.132	0,11
J 65. Intermediação financeira	7.584	0	0	0	6.500	14.084	0,50
K 70. Atividades imobiliárias	25.306	0	622	210	5.609	31.747	1,12
L 75. Adm. públ., defesa e seguridade social	3.858	0	0	0	56	3.914	0,14
M 80. Educação	1.984	0	106	0	25.767	27.857	0,98
N 85. Saúde e serviços sociais	3.318	0	421	0	18.816	22.555	0,80
O. Outros serv. coletivos, sociais e pessoais	10.564	0	556	0	9.495	20.615	0,73
Setor Externo	0	0	0	458.401	0	458.401	16,18
Total	893.939	389.268	73.064	940.337	535.985	2.832.593	100,00

Fonte: BNDES.

TABELA V.7

Balança comercial por seções da Nomenclatura Comum do Mercosul

(Em US\$ milhões FOB)

Seção da NCM	Jan./Jun. 2003			Jan./Jun. 2002		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
I Animais vivos e produtos do reino animal	1.843,0	228,5	1.614,5	1.427,7	347,2	1.080,5
II Produtos do reino vegetal	3.220,7	1.083,7	2.137,0	1.722,5	902,3	820,2
III Gorduras, óleos e ceras animais e vegetais	560,7	81,6	479,1	215,1	84,9	130,2
IV Produtos alimentícios, bebidas e fumo	3.640,9	334,4	3.306,5	2.898,4	295,1	2.603,3
V Produtos minerais	3.691,0	3.808,8	-117,8	2.423,5	3.272,9	-849,3
VI Produtos das indústrias químicas e conexas	1.693,7	3.991,9	-2.298,2	1.337,7	3.756,9	-2.419,2
VII Plásticos e borracha e suas obras	990,4	1.353,5	-363,1	740,6	1.318,5	-577,9
VIII Peles, couros, peleteria e suas obras	564,2	82,6	481,6	490,4	85,9	404,6
IX Madeira, cortiça e suas obras	910,9	26,9	883,9	785,0	22,2	762,8
X Pastas de madeira, papel e suas obras	1.398,8	293,9	1.104,9	874,4	368,4	506,0

(continua)

(continuação)

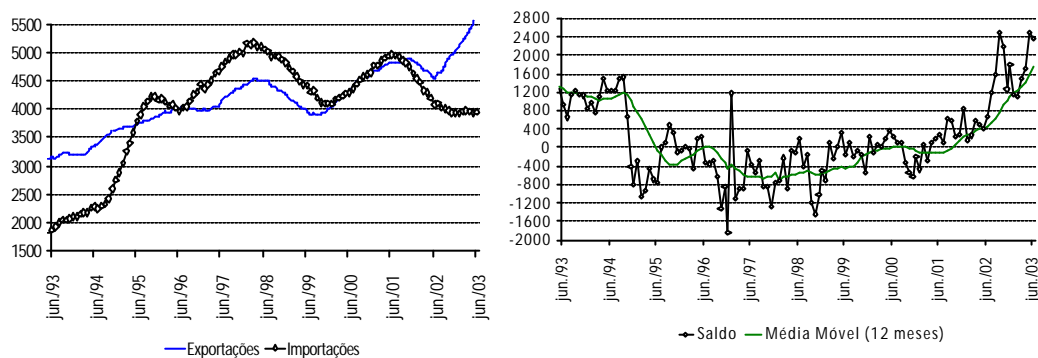
Seção da NCM	Jan./Jun. 2003			Jan./Jun. 2002		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
XI Matérias têxteis e suas obras	718,4	538,0	180,4	550,5	542,0	8,5
XII Calçados, chapéus	772,8	29,7	743,1	743,2	31,2	712,0
XIII Obras de pedra, cerâmica, vidros	478,0	174,7	303,3	389,4	155,4	234,0
XIV Pérolas naturais, pedras preciosas	267,5	70,6	196,9	277,9	84,5	193,4
XV Metais comuns e suas obras	3.499,8	1.134,7	2.365,1	2.435,7	1.037,9	1.397,8
XVI Máquinas e aparelhos, material elétrico	4.019,8	6.810,6	-2.790,8	3.329,4	7.253,2	-3.923,8
XVII Material de transporte	3.504,3	1.565,9	1.938,4	3.349,6	1.814,1	1.535,4
XVIII Instrumentos e aparelhos científicos	165,9	878,0	-712,2	197,3	949,1	-751,8
XIX Armas e munições	47,7	2,1	45,7	65,7	4,1	61,6
XX Mercadorias e produtos diversos	365,5	114,1	251,5	316,5	133,8	182,7
XXI Objetos de arte, de coleção e antiguidades	2,2	1,3	0,9	0,9	5,1	-4,2
Transações especiais	646,1	0,0	646,1	480,5	0,0	480,5
Total	33.002,3	22.605,5	10.396,8	25.051,9	22.464,6	2.587,3

Fonte: Secex/MDIC. Elaboração: Ipea/Diset.

GRÁFICO V.3

Balança comercial brasileira

(Média móvel de 12 meses, em US\$ milhões)



Fonte: Secex/MDIC. Elaboração: Ipea/Diset.

TABELA V.8

Exportações brasileiras por grupo de produtos

	Acumulado Jan./Jun.					Junho					Preço médio (US\$/t.)		
	(US\$ milhões)					(US\$ milhões)							
	2003	Part.	2002	Part.	A/B	2003	Part.	2002	Part.	C/D	2003	2002	E/F
(A)	(%)	(B)	(%)		(C)	(%)	(D)	(%)		(E)	(F)		
Açúcar	722,1	2,2	670,2	2,7	7,7	200,8	3,4	186,9	4,6	7,4	171,4	151,4	13,2
Cacau	105,7	0,3	43,1	0,2	145,3	21,1	0,4	9,7	0,2	117,2	2963,1	1997,6	48,3
Café	697,1	2,1	508,1	2,0	37,2	99,2	1,7	67,6	1,7	46,8	1022,1	962,0	6,3
Calçados e couro	1335,3	4,1	1232,6	4,9	8,3	226,5	3,9	204,6	5,0	10,7	7600,6	7587,5	0,2
Carne	1762,8	5,3	1365,2	5,5	29,1	312,2	5,3	210,3	5,2	48,5	1129,1	1176,6	-4,0
Derivados de petróleo	2375,1	7,2	1463,9	5,8	62,2	279,3	4,8	278,2	6,8	0,4	171,0	177,7	-3,8
Fumo e cigarros	550,2	1,7	490,7	2,0	12,1	164,4	2,8	146,9	3,6	12,0	2683,8	2129,3	26,0
Madeiras e suas manufaturas	910,1	2,8	784,4	3,1	16,0	149,0	2,5	139,4	3,4	6,9	362,7	342,2	6,0
Máq., apar. e instrum. mecân.	1698,7	5,2	1296,2	5,2	31,1	307,7	5,2	190,4	4,7	61,7	4678,5	4455,1	5,0

(continua)

(continuação)

	Acumulado Jan./Jun.					Junho							
	(US\$ milhões)					(US\$ milhões)				Preço médio (US\$/t.)			
	2003	Part.	2002	Part.	A/B	2003	Part.	2002	Part.	2003	2002	E/F	
(A)	(%)	(B)	(%)		(C)	(%)	(D)	(%)	C/D	(E)	(F)		
Material de transporte	4718,3	14,3	3873,1	15,5	21,8	902,4	15,4	664,5	16,3	35,8	5441,5	6050,3	-10,1
Mat. elétricos e eletrônicos	1355,8	4,1	1366,6	5,5	-0,8	239,8	4,1	269,5	6,6	-11,0	8391,4	13325,7	-37,0
Minérios metalúrgicos	1720,9	5,2	1248,2	5,0	37,9	240,2	4,1	72,9	1,8	229,3	18,9	16,4	15,0
Papel e celulose	1380,9	4,2	860,7	3,4	60,4	197,7	3,4	92,9	2,3	112,8	482,2	576,1	-16,3
Produtos químicos	2234,8	6,8	1727,2	6,9	29,4	382,0	6,5	267,7	6,6	42,7	673,6	839,7	-19,8
Produtos metalúrgicos	3332,9	10,1	2300,1	9,2	44,9	573,9	9,8	315,8	7,7	81,7	439,0	571,3	-23,2
Produtos têxteis	718,3	2,2	550,5	2,2	30,5	116,8	2,0	89,4	2,2	30,7	3200,9	3559,2	-10,1
Soja	3754,6	11,4	1731,0	6,9	116,9	887,4	15,1	390,7	9,6	127,1	214,2	179,1	19,6
Suco de laranja congelado	397,4	1,2	392,2	1,6	1,3	30,0	0,5	56,9	1,4	-47,4	821,8	857,3	-4,1
Metais, pedras prec. e joalh.	267,5	0,8	277,9	1,1	-3,8	36,7	0,6	37,1	0,9	-1,2	19240,6	16809,1	14,5
Ferramentas	102,0	0,3	81,6	0,3	25,1	16,9	0,3	13,6	0,3	24,5	6575,0	7489,2	-12,2
Produtos cerâmicos	167,6	0,5	136,5	0,5	22,8	29,8	0,5	23,7	0,6	25,6	280,1	277,1	1,1
Frutas	202,4	0,6	147,5	0,6	37,3	30,6	0,5	23,1	0,6	32,3	712,1	579,1	23,0
Pescados	186,2	0,6	151,7	0,6	22,8	37,6	0,6	30,8	0,8	22,3	4603,6	4470,8	3,0
Móveis e mobiliário	305,3	0,9	251,8	1,0	21,2	55,2	0,9	43,6	1,1	26,6	1564,7	1650,7	-5,2
Instrum. de óptica e precisão	162,1	0,5	194,7	0,8	-16,7	27,4	0,5	31,3	0,8	-12,4	25128,3	27548,0	-8,8
Vidro e suas obras	112,5	0,3	84,9	0,3	32,6	19,5	0,3	14,2	0,4	37,0	606,2	655,9	-7,6
Bebidas (cerveja e refrig.)	10,9	0,0	10,3	0,0	5,6	1,8	0,0	1,1	0,0	64,6	368,8	306,5	20,3
Prod. de confeitaria, sem cacau	56,1	0,2	48,9	0,2	14,7	12,1	0,2	9,0	0,2	34,6	1065,8	1163,1	-8,4
Alcool etílico não desnaturado	52,6	0,2	68,9	0,3	-23,7	2,6	0,0	5,9	0,1	-55,9	211,7	287,9	-26,5
Obras de pedras e semelhantes	197,9	0,6	168,0	0,7	17,8	37,3	0,6	25,0	0,6	48,9	601,0	616,2	-2,5
Chocolate e suas preparações	37,1	0,1	27,6	0,1	34,4	8,3	0,1	3,3	0,1	152,6	1705,5	1235,9	38,0
Brinq., jogos e art. de diversão	8,6	0,0	10,2	0,0	-16,0	1,5	0,0	0,9	0,0	64,8	4564,5	5504,5	-17,1
Vinho	0,3	0,0	0,7	0,0	-61,1	0,1	0,0	0,0	0,0	97,9	586,6	493,6	18,8
Demais produtos	1259,9	3,8	1050,1	4,2	20,0	201,3	3,4	149,7	3,7	34,4	317,0	423,1	-25,1
Outras operações especiais	102,4	0,3	436,5	1,7	-76,6	25,6	0,4	11,7	0,3	118,1	7514,3	6832,2	10,0
Total	33002,3	100,0	25051,9	100,0	31,7	5874,6	100,0	4078,6	100,0	44,0	-	-	-

Fonte: Secex/MDIC. Elaboração: Ipea/Diset.

TABELA V.9

Taxa de câmbio efetiva real das exportações

(Média trimestral. Base: média 1995 = 100)

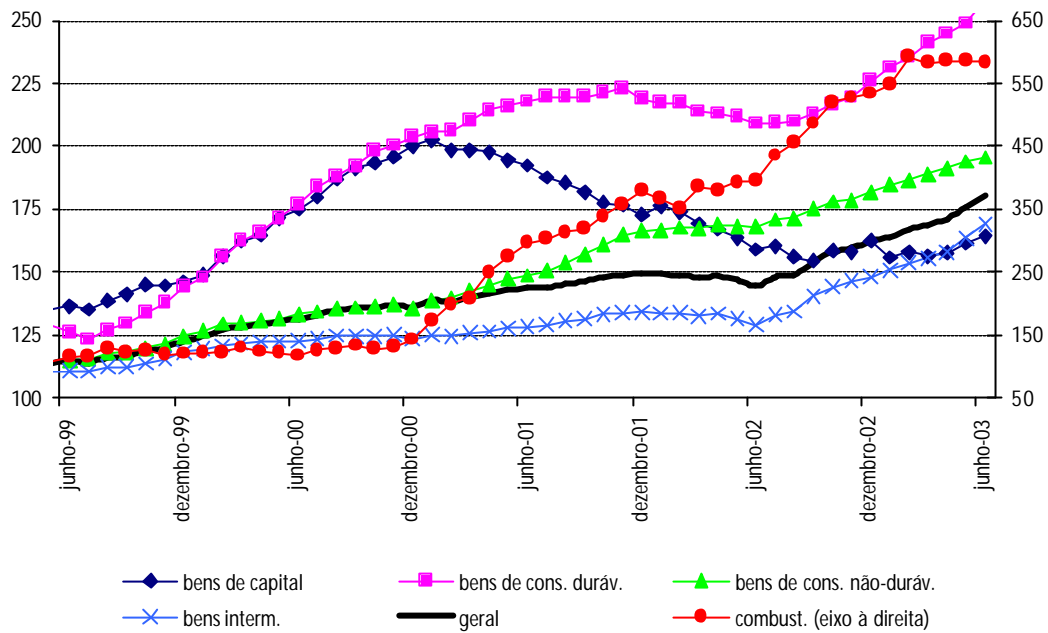
Período	III/01	IV/01	I/02	II/02	III/02	IV/02	I/03	II/03
Prod. manufaturados	181,6	176,1	151,2	150,8	175,9	182,9	164,0	149,5
Geral	172,7	167,2	146,8	149,1	172,1	174,9	158,5	143,4

Fonte: Ipea.

GRÁFICO V.4

Quantum exportado por categorias de uso

(Média móvel últimos 12 meses – média 1996 = 100)

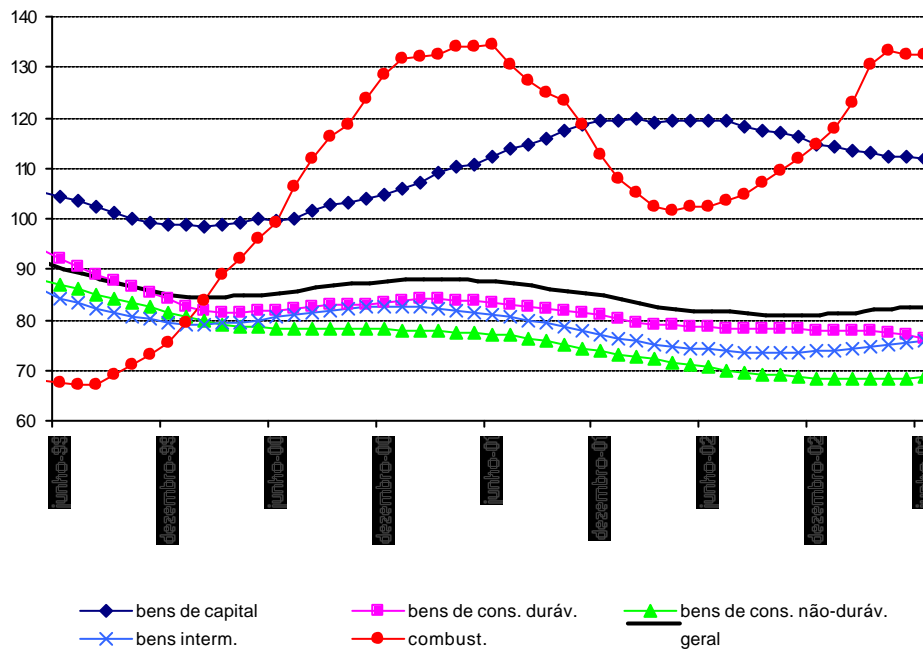


Fonte: Funcex/Ipea. Elaboração: Ipea/Diset.

GRÁFICO V.5

Índice de preços das exportações por categorias de uso

(Média móvel últimos 12 meses – média 1996 = 100)

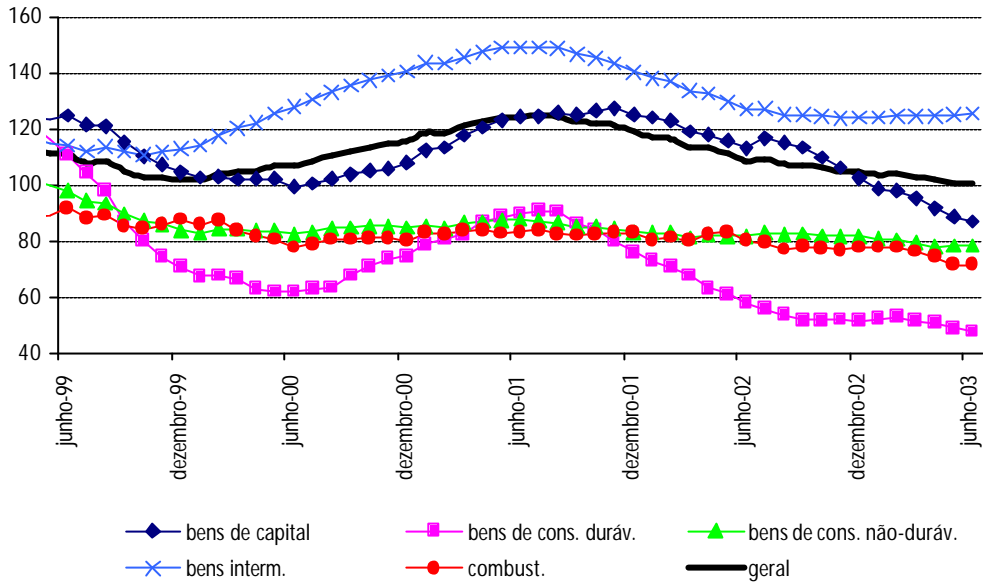


Fonte: Funcex/Ipea. Elaboração: Ipea/Diset.

GRÁFICO V.6

Quantum importado por categorias de uso

(Média móvel últimos 12 meses – média 1996 = 100)

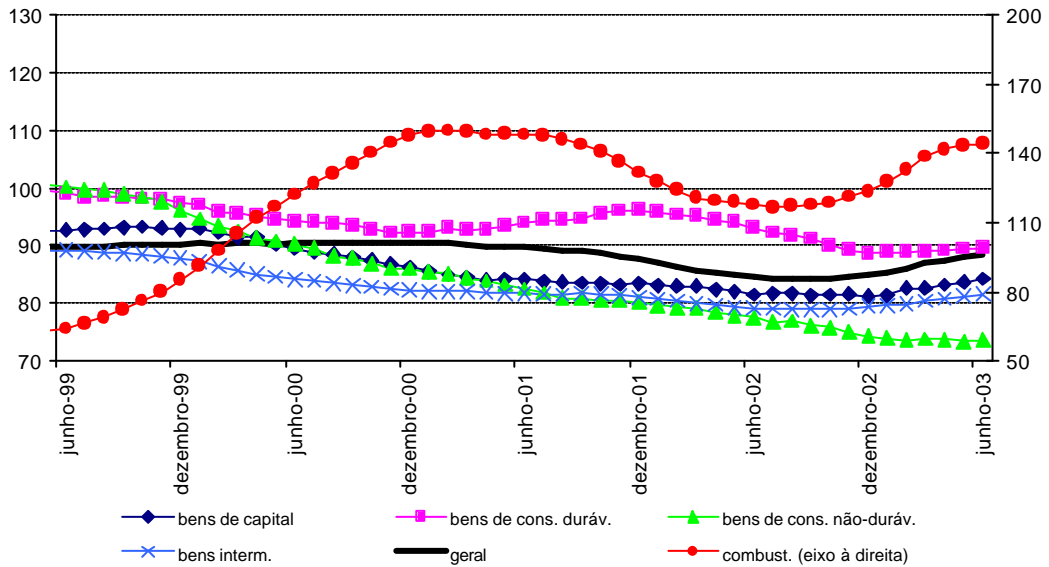


Fonte: Funcex/Ipea. Elaboração: Ipea/Diset.

GRÁFICO V.7

Índice de preços das importações por categorias de uso

(Média móvel últimos 12 meses – média 1996 = 100)



Fonte: Funcex/Ipea. Elaboração: Ipea/Diset.

TABELA V.10

Índice de rentabilidade das exportações

(Base: agosto 1994 = 100)

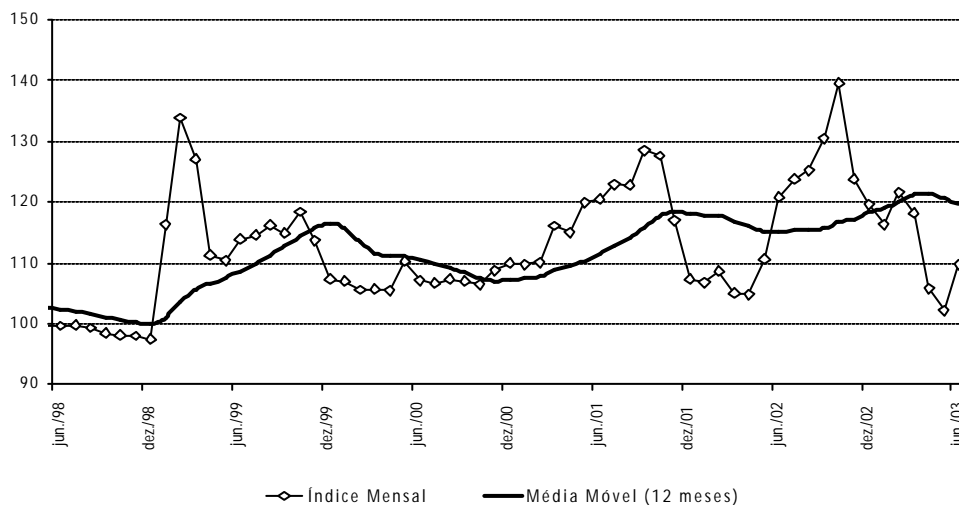
Setores	III.01	IV.01	I.02	II.02	III.02	IV.02	I.03	II.03
Agropecuária	95,0	91,0	85,7	87,6	108,2	113,2	100,92	89,67
Extrativa mineral	131,2	124,9	115,3	116,2	133,1	140,4	123,22	106,2
Minerais não metálicos	122,7	112,5	101,0	101,3	116,5	117,6	106,59	92,01
Siderurgia	111,2	105,1	95,0	98,4	121,8	134,0	116,68	107,6
Metalurgia não ferrosos	128,0	120,6	115,6	120,9	130,4	133,0	128,82	120,2
Outros prod. metalúrgicos	132,4	128,3	114,7	118,5	137,8	139,7	128,12	113,2
Máquinas e tratores	129,5	121,5	112,4	118,2	135,1	136,7	116,74	103,9
Material elétrico	136,8	127,0	117,8	116,5	139,9	141,3	122,48	109,3
Equipamentos eletrônicos	157,0	152,0	142,5	137,6	147,2	137,8	135,24	138,8
Veículos automotores	136,0	129,9	117,5	122,7	141,3	144,0	127,81	116,5
Peças e outros veículos	192,0	181,2	168,4	177,1	196,3	196,9	183,44	162,6
Madeira e mobiliário	116,8	111,5	101,8	105,7	126,8	126,6	112,04	95,99
Celulose, papel e gráfica	103,1	103,9	93,7	95,7	115,6	118,0	109,53	102,9
Borracha	113,4	107,9	100,3	101,3	114,7	114,5	102,95	92,62
Elementos químicos	126,4	117,7	100,0	107,5	118,0	113,3	102,63	93,51
Refino de petróleo	127,5	114,2	96,9	122,5	142,6	143,5	140,11	125,9
Químicos diversos	119,6	109,7	111,8	113,9	114,3	124,9	115,85	100,1
Têxtil	123,5	116,8	105,2	107,8	123,1	121,9	112,00	101,5
Calçados	130,0	117,9	105,7	116,7	140,3	138,8	119,84	109,9
Café	52,7	46,7	44,1	47,2	46,1	47,7	48,37	43
Benefic. prod. vegetais	106,1	103,2	103,6	111,1	123,2	121,2	107,57	101,3
Abate de animais	93,5	87,3	79,5	79,3	82,3	81,2	73,60	66,71
Açúcar	89,3	77,8	70,4	62,1	67,3	66,4	71,09	60,42
Óleos vegetais	155,1	154,7	144,0	129,0	139,3	146,2	147,89	130
Outros prod. alimentares	119,6	104,2	97,5	101,9	109,5	104,6	96,24	87,54
Indústrias diversas	123,6	121,3	98,8	102,9	138,4	127,6	112,87	97,37
Total das exportações	124,8	117,3	106,8	112,1	126,5	127,7	118,7	105,9

Fonte: Funcex.

GRÁFICO V.8

Índice de rentabilidade das exportações

(Base: agosto 1994 = 100)



Fonte: Funcex. Elaboração: Ipea/Diset.

Ações antidumping, compensatórias e de salvaguarda atualmente em vigor

Produto	País	Medida ¹	Direito Aplicado
Ímãs permanentes de ferrite em forma de anel	China	O prazo de aplicação do direito vence em 8 de junho de 2003. Em 5/6/2003 foi aberta investigação de revisão, ficando mantido em vigor o direito enquanto perdurar a revisão. Resolução Camex nº 14 – DOU 6/6/2003.	43%
Carbonato de bário	China	Aplicação de direito antidumping definitivo – Portaria Interministerial nº 14 – DOU 6/7/1998.	92%
Sacos de juta	Bangladesh e Índia	Aplicação de direito antidumping definitivo – Port. Interminist. nº 16, 24/9/1998.	64,5% e 38,9%, respect.
Tubos para coleta de sangue, de todos os tipos	EUA, exceto Bd-USA	Aplicação de direito antidumping definitivo – Port. Interminist. nº 22, 16/10/1998.	64,27%-91,80%
Ferro-Cromo alto carbono	África do Sul, Casaquistão e Rússia	Aplicação de direito antidumping definitivo – Portaria nº 9, 21/10/1998.	7,47%-22,47%, 10,38% e 6,57%, respect.
Ferro-Cromo alto carbono	África do Sul, empresa - CMI	Aplicação de direito antidumping definitivo – Portaria nº 20, 21/10/1998.	8,39%
Policloreto de vinila – PVC	EUA e México	Aplicação de direito antidumping definitivo – Portaria nº 25, 22/12/1998.	16% e 18%, respect.
Unidades de bombeio mecânico	Romênia	Aplicação de direito antidumping definitivo – Portaria nº 26, 24/12/1998.	57,7%
Brocas Helicoidais	China	Aplicação de direito antidumping definitivo – Portaria nº 27, 24/12/1998.	135,11%
Garrafa térmica	China	Aplicação de direito antidumping definitivo – Portaria nº 7, 21/7/1999.	47%
Ampola de vidro para garrafa térmica	China	Aplicação de direito antidumping definitivo – Portaria nº 7, 21/7/1999.	45,8%
Resinas de policarbonato	Alemanha e EUA	Aplicação de direito antidumping definitivo – Portaria nº 11, 26/7/1999.	9% e 19%, respect.
Tubos de Aço sem Costura	Romênia	Aplicação de direito antidumping definitivo – Portaria nº 13, 20/10/1999.	32,2%
Brinquedos (R) ¹	–	Prorrogação da medida de salvaguarda definitiva, a partir de 1/1/2000, por meio de adicional à TEC – Port. Interminist. nº 19, de 22/12/1999. DOU 29/12/1999.	Adicional ao imposto de importação vigente (20%) de + 11% até 12/2003
Hidroxiethylcelulose (HEC)	EUA e Países Baixos	Aplicação de direito antidumping definitivo – Port. Interminist. nº 22, 17/4/2000. DOU 19/4/2000.	19,8% e 25,7%, resp.
Produtos planos de aço Inoxidável laminados a frio	África do Sul, Espanha, França, Japão, México	Aplicação de direito antidumping definitivo – Port. Interminist. nº 34, de 24/5/2000. DOU 26/5/2000.	6% - 16,4% 78,2% 30,9% 48,7% 44,4% resp.
Cimento	México, Venezuela	Aplicação de direito antidumping definitivo – Port. Interminist. nº 46, 12/7/2000 – DOU 27/7/2000.	22,5% 19,4% resp.
Leite em pó	União Européia Nova Zelândia Argentina Uruguai Austrália	Aplicação de direito antidumping definitivo para a União Européia – exceto para a Arla Foods Ingredients Amba da Dinamarca, que homologou compromisso de preços. Aplicação de direito antidumping definitivo para a Nova Zelândia. Compromisso de preços para a Argentina e para o Uruguai. Sem aplicação de medidas – Circular Secex nº 9 – DOU 23/2/2001 e Resolução Camex nº 1 – DOU 23/2/2001 e Resolução Camex nº 10 – DOU 4/4/2001.	14,8% Comp. de Preços 3,9% Comp. de Preços Comp. de Preços
Medicamentos contendo insulina	Dinamarca, França e EUA	Aplicação de direito antidumping definitivo para a Dinamarca. Compromisso de preços para a França e os EUA – Circular SECEX nº 5, 12/2/2001, e Resolução Camex nº 2, 6/3/2001.	76,1% Comp. de Preços Comp. de Preços
Metacrilato de metila (MMA)	Alemanha, Espanha, França e Reino Unido	Aplicação de direito antidumping definitivo – Circular Secex nº 13, 14/3/2001, e Resolução Camex nº 2, 23/3/2001.	8,1%; 11,5%; 4,9% e 5%; 8,8% e 12,3%

(continua)

(continuação)

Produto	País	Medida ¹	Direito Aplicado
Fios de náilon	Coreia	Aplicação de direito antidumping definitivo – Resolução Camex nº 19, DOU de 28/6/2001.	5,2% (Taekwang) 52,2% (demais empresas).
Ventiladores de Mesa	China	Aplicação de direito antidumping definitivo – Resolução Camex nº 25, 7/8/2001.	45,24%
Papel cartão	Chile	Homologação de compromisso de Preços com a suspensão da investigação de dumping – Resolução Camex nº 34, 31/10/2001.	Compromisso de Preços
Cadeados	China	Aplicação de direito antidumping definitivo – Resolução Camex nº 38 – DOU de 4/12/2001.	60,3%
Alhos	China	Aplicação de direito antidumping definitivo específico – Resolução Camex nº 41 – DOU de 21/12/2001.	US\$ 0,48/kg
Conservas de pêssego	Grécia	Aplicação de direito antidumping definitivo – Resolução Camex nº 5 – DOU de 26/4/2002. Direito antidumping suspenso – Resolução Camex nº 11 – DOU 24/5/2002.	16,4% a 26,4% (em função da empresa)
Tripolifosfato de sódio de grau alimentício (R)	Reino Unido	O prazo de aplicação do direito vence em 5 de agosto de 2002. Em 30/7/2002 foi aberta investigação de revisão, ficando mantido em vigor o direito enquanto perdurar a revisão. Resolução Camex nº 16 – DOU 31/7/2002.	39,82%
Coco ralado ²	---	Medida de salvaguarda na forma de restrição quantitativa, aplicada a partir de 1/9/2002 – Resolução Camex no 19, de 30/7/2002 – DOU 31/7/2002.	Restrição quantitativa
Fenol	EUA União Européia	Aplicação de direito antidumping definitivo – Resolução Camex nº 24, de 15/10/2002 – DOU de 16/10/2002.	41,4%-68,2% 92,3%-103,5%
Nitrato de amônio	Rússia Ucrânia	Aplicação de direito antidumping definitivo - Resolução Camex nº 29, de 18/11/2002 DOU de 21/11/2002.	32,1% 19%
Pneumáticos novos de borracha para bicicleta (R)	Índia China Tailândia Taipe Chinês	O prazo de aplicação do direito vence em 2 de janeiro de 2003. Em 19/12/2002 foi aberta investigação de revisão, ficando mantido em vigor o direito enquanto perdurar a revisão. Resolução Camex nº 36 – DOU de 20/12/2002.	31,83%-119,53% 66,57% 37,59%-58,49% 4,78%-94,64%
Cogumelos (R)	China	O prazo de aplicação do direito vence em 2 de janeiro de 2003. Em 19/12/2002 foi aberta investigação de revisão, ficando mantido em vigor o direito enquanto perdurar a revisão. Resolução Camex nº 37 – DOU de 20/12/2002.	US\$1,37/kg
Lápis de mina de grafite e de cor	China	Aplicação do direito antidumping definitivo – Resolução Camex nº 6, de 7/2/2003 – DOU de 12/2/03.	201,4% 202,3%
Glifosato	China	Aplicação do direito antidumping definitivo – Resolução Camex nº 5, de 7/2/2003 – DOU de 12/2/2003.	35,8 %

Fonte: MDIC/SECEX, posição em junho de 2003.

Notas: ¹Data de publicação no Diário Oficial da União (DOU).

²Conforme Portaria Interministerial MDIC/MF nº 19, de 29/12/1999, estão excluídos da medida de salvaguarda os seguintes países em desenvolvimento: Antigua Barbuda, Bangladesh, Bolívia, Chile, Cingapura, Colômbia, Coreia do Sul, Equador, Filipinas, Guatemala, Índia, Macau, Malásia, México, Panamá, Paquistão, Paraguai, Senegal, Sri Lanka, Uruguai e Venezuela.

³Conforme Resolução Camex nº 19, de 30/7/2002 e Resolução Camex nº 3, de 7/2/2003 estão isentos da aplicação da medida de salvaguarda, as importações originárias de: Angola, Antigua Barbuda, Bahrein, Bangladesh, Barbados, Belize, Benin, Bolívia, Botsuana, Brunei Darussalam, Burkina Faso, Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Chile, China, Colômbia, Congo, Costa Rica, Cuba, Chipre, República Democrática do Congo, Djibuti, Dominica, Equador, Egito, El Salvador, Fiji, Gabão, Gâmbia, Granada, Guatemala, Guiné, Guiné Bissau, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, Jordânia, Quênia, Koweit, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maldivas, Mali, Malta, Mauritânia, Maurício, Moldova, Mongólia, Marrocos, Moçambique, Myanmar, Namíbia, Nicarágua, Níger, Nigéria, Omã, Paquistão, Panamá, Papua Nova Guiné, Peru, Filipinas, Qatar, Ruanda, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Grenadinas, Senegal, Territórios de Taiwan, Penghu, Kinmen e Matsu, Serra Leoa, Ilhas Salomão, África do Sul, Suriname, Suazilândia, Tanzânia, Tailândia, Togo, Trindade e Tobago, Tunísia, Turquia, Uganda, Emirados Árabes Unidos, Venezuela, Zâmbia e Zimbábue, bem como os Estados-Parte do Mercosul: Argentina, Paraguai e Uruguai.

Obs.: (R) Revisão.

Investigações em curso no Departamento de Defesa Comercial (MDIC)

Produto	País	Situação Atual	Data de Abertura
Compostos de estruturas contendo ciclos de benzotiazol	Bélgica EUA	Elaboração do parecer de encerramento da investigação.	19/2/2002
Sacos de juta (R)	Índia	Elaboração do parecer de encerramento da investigação.	19/7/2002
Bicarbonato de sódio	China	Elaboração do parecer para o encerramento da investigação.	23/7/2002
Tripolifosfato de sódio de grau alimentício (R)	Reino Unido	Reunião do GTDC dia 1º de julho de 2003.	30/07/2002
Acrilonitrila	EUA	Aguardando manifestação a respeito da Nota Técnica discutida na Audiência Final realizada no dia 23/6/2003.	19/8/2002
Lâminas para corte de pedras – LCP	Itália	Elaboração da Nota Técnica para Audiência Final a ser realizada no dia 8/7/2003.	23/10/2002
Cravo para ferradura	Finlândia Índia	Elaboração do Relatório da verificação in loco realizada na indústria doméstica.	10/12/2002
Cogumelos (Revisão)	China	Análise das respostas dos questionários e informações complementares.	19/12/2002
Pneus de borracha para bicicletas (Revisão)	China Índia Tailândia Taipe Chinês	Análise das respostas dos questionários e reunião técnica com a indústria doméstica.	19/12/2002
Barras de aço inoxidável (Subsídios)	Índia	Aguardando respostas dos questionários.	8/4/2003
Magnésio em pó	China	Aguardando respostas dos questionários.	29/4/2003
Magnésio metálico	China	Aguardando respostas dos questionários.	29/4/2003
Imãs de ferrite	China	Aguardando respostas dos questionários.	5/6/2003

Fonte: Decom/MDIC/Secex, posição em junho de 2003.

Ações de defesa comercial promovidas pelo Brasil na OMC

País	Assunto	Características do Processo
Estados Unidos WT/DS4	Gasolina	Implementação do relatório adotado. Os EUA anunciaram a implementação da recomendação do DSB como determinado em 19/8/1997. Panel encerrado. Pedido de consulta feito em 10/4/1995 (conforme o Artigos XXII:1 do Gatt de 1994, 4 do Understanding on Rules and Procedures Governing the Settlement of Disputes (DSU) e 14:1 do Agreement on Technical Barriers to Trade), referente à aplicação discriminatória para a gasolina brasileira segundo o "Regulation of Fuels and Fuel Additives: Standards for Reformulated and Conventional Gasoline" publicada pela Agência de Proteção Ambiental dos EUA em 16/2/1994. Em 19/5/1995, o Brasil pediu o estabelecimento de panel alegando que a regulação da gasolina é inconsistente com os artigos I e III do Gatt e artigo 2 do "Agreement on Technical Barriers to Trade". Em 31/5/1995 o DSB estabeleceu panel.
União Européia WT/DS69	Produtos derivados do frango	Fase de implementação do relatório adotado. A UE e o Brasil anunciaram, no encontro do DSB, em 21/10/1998, que ambos chegaram a um acordo mútuo para a implementação. Os países concordaram em assumir mutuamente as responsabilidades da implementação das recomendações por certo período de tempo. Caso completo. Pedido datado em 24/2/1997, diz respeito ao regime de importação de produtos derivados do frango e à implementação, pela UE, de quotas tarifárias sobre a importação desses produtos. O Brasil condena as medidas do UE, pois são inconsistentes com os artigos X e XXVII do GATT 1994, e com os artigos 1 e 3 do Acordo de Importação para Produtos Licenciados. Em 12/6/1997, o Brasil requisitou o estabelecimento do panel. O panel considerou que o Brasil não tinha demonstrado o fato de a UE ter falhado ao implementar e ao administrar Tariff Rate Quota em linha com as suas obrigações sob os acordos citados. Em 29/4/1998, o Brasil notificou suas intenções em apelar. O Comitê de Apelação concluiu que a UE tinha agido de forma inconsistente com o artigo 5.1(b) do Acordo de Agricultura. O Comitê de Apelação concluiu que UE tinha agido inconsistentemente com o artigo 5.5 do Acordo de Agricultura. Em seu encontro, em 23/7/1998, o DSB adotou o relatório do Comitê de Apelação, já modificado pelo relatório do Comitê de Apelação. Conforme o Artigo 21.3(b) do "Understanding on Rules and Procedures Governing the Settlement of Disputes" (DSU), a UE e o Brasil chegaram a um acordo para que as recomendações e decisões do DSB relativas ao caso fossem efetivadas.

(continua)

(continuação)

País	Assunto	Características do Processo
Canadá WT/DS70	Medidas que afetam as exportações de aeronaves	Fase de implementação do relatório adotado (p. 87). Na reunião do Dispute Settlement Body (DSB), em 19/11/1999, o Canadá anunciou que tinha retirado, no período de 90 dias, as medidas sujeitas a controvérsias, conforme determinado pelo DSB. Em 23/11/1999, o Brasil pediu o estabelecimento de panel, sobre o artigo 21.5, por julgar que o Canadá não estava cumprindo o regulamentado pelo DSB. Brasil e Canadá concordaram que o procedimento a ser aplicado estava consoantes os artigos 21 e 22 do DSU e o artigo 4 do Acordo Subsídio. No encontro de 9/12/1999, o DSB decidiu que a situação se relaciona ao artigo 21.5 do DSU. Austrália, União Européia e EUA reservaram-se o direito à terceira parte. A situação foi reportada para os membros em 9/5/2000. O panel concluiu que as medidas implementadas pelo Canadá não foram suficientes para garantir transações futuras com o Canada Account, e tampouco assegurariam os subsídios às exportações. Em 22/5/2000, o Brasil notificou a intenção de apelar de certas interpretações do panel. O comitê concluiu que o Brasil falhou ao demonstrar que o TPC revisado era inconsistente com o artigo 3.1(a) do Acordo de Subsídios, e ao demonstrar que o Canadá não implementou as decisões do DSB. O DSB adotou o relatório do Comitê de Apelação e o relatório do panel tal como modificado pelo Comitê de Apelação na sua reunião de 4/8/2000. O Canadá demonstrou a intenção de implementar as recomendações do DSB com respeito ao programa Canada Account. Caso completo. Pedido, feito em 10/3/1997, relativo ao subsídio do Canadá ou das suas províncias para suportar a exportação de aeronaves. A solicitação é feita de acordo com o artigo 4 do Acordo de Subsídio. O Brasil condena essas medidas, pois seriam inconsistentes com o artigo 3 do Acordo de Subsídio. Em 10/8/1998, o Brasil solicitou o estabelecimento do panel. O USA reservou-se o direito de terceira parte na disputa. O panel decidiu que as medidas do Canadá são inconsistentes com os artigos 3.1(a) e 3.2 do Acordo de Subsídio, mas rejeitou a reclamação do Brasil de que assistência do EDC à indústria regional canadense constitui subsídio à exportação. Em 3/5/1999, o Canadá notificou sua intenção de apelar para certas questões de lei e de interpretações legais desenvolvidas pelo panel. O relatório do Comitê de Apelação circulou em 2/8/1999 entre os seus membros. O DSB adotou o relatório do Comitê de Apelação em 20/8/1999. Em 6/9/1999, o Canadá comunica a intenção de respeitar as regras do DSB. Em 23/11/1999, o Brasil divulga recurso argumentando que as recomendações do DSB não foram implementadas conforme os termos do artigo 21.5. Em 9/12/1999 é constituído novo panel para averiguação do recurso encaminhado pelo Brasil. Em 21/7/2000 o Relatório do Panel conclui que o Brasil falhou em afirmar que o Canadá não tenha implementado as recomendações e regras do DSB. O relatório foi adotado pelo DSB em 4/8/2000.
Canadá WT/DS71	Aeronaves	Consulta Pendente. Pedido feito em 10/3/1997, com o mesmo teor da ação WT/DS70. Mas aqui o Brasil argumenta que as medidas de subsídios adotadas pelo Canadá causam efeitos adversos, de acordo com o artigo 5 do Acordo de Subsídios.
Peru WT/DS 112/1	Ônibus	Consulta Pendente. Esse pedido, feito em 23/12/1997, diz respeito à investigação sobre a imposição de alíquotas de importação iniciadas pelo Peru contra as importações de ônibus do Brasil. O Brasil afirma que os procedimentos seguidos pelas autoridades peruanas para iniciar essa investigação são inconsistentes com os artigos 11 e 13.1 do Acordo de Subsídios.
União Européia WT/DS154 WT/DS209	Café	Consulta Pendente. Disputa iniciada em 7/12/1998. Relativo ao tratamento especial que o Sistema Geral de Preferência da União Européia aplica a países da Comunidade Andina e do Mercado Comum da América Central. No caso do café solúvel, esse tratamento especial, contido no Regulamento do Conselho (União Européia) nº 1256/96, garante tarifa zero. O Brasil afirma que esse tratamento especial afeta suas exportações de café solúvel para a União Européia, e alega que tal tratamento é inconsistente com a Enabling Clause e com o artigo I do Gatt 1994. Em 16/12/98, a Colômbia, Peru, Costa Rica e Bolívia notificam o interesse em integrar a consulta em 16, 17, 18 e 21 de dezembro de 1998. Em 30/10/2000, o Equador integra a consulta.
Argentina WT/DS190	Têxteis	Caso completo (grupo especial inativo). Requerimento feito em 11/2/2000, com respeito às medidas tomadas pela Argentina, em 31/7/1999, para proteger o seu mercado da importação de produtos têxteis brasileiros. Na visão do Brasil, a Argentina não cumpriu suas obrigações com relação aos artigos 2.4, 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.7, 6.8, 6.11, 8.9 e 8.10 do Acordo de Têxteis e Vestuários. Em 24/2/2000, o Brasil solicitou o estabelecimento do panel, o que foi ao encontro do estabelecido pelo panel do DSB em 20/3/2000. UE, Paquistão, Paraguai e EUA reservaram-se o direito da terceira parte. Em junho de 2000, as partes suspenderam a disputa. O Brasil retém o direito de retomar os procedimentos na composição do panel do ponto em que foi firmado o acordo.
Turquia WT/DS208	Antidumping em aço e utensílios de tudo de ferro	Consulta pendente. Este pedido data de 9/10/2000, e diz respeito ao antidumping em aço e em utensílios de tubo de ferro imposto, contra o Brasil, pelo comunicado nº 2 000/3 (publicado no Diário Oficial da Turquia em 26/4/2000). O Brasil assegura que a Turquia falhou ao considerar notificações próprias neste caso, que o estabelecimento dos fatos não era próprio, e que a evolução desses fatos está particularmente relacionada: (1) à iniciação da investigação; (2) à conduta da investigação, incluindo-se aí a evolução, à descoberta e a determinação dos danos do dumping; (3) à evolução, à descoberta e a determinação do elo entre o dumping e os seus danos; (4) à imposição do antidumping. O Brasil considera que a Turquia tem sido inconsistente com as seguintes provisões: artigo VI do Gatt 1994; artigos 2 (inclusive os parágrafos 2.1, 2.2, 2.4 e 2.6), 3 (inclusive os parágrafos 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, 3.6 e 3.7), 5 (inclusive os parágrafos 5.2, 5.3, 5.5, 5.7 e 5.8), 6 (inclusive os parágrafos 6.1, 6.2, 6.4, 6.6, 6.9, 6.10), 12 (inclusive os parágrafos 12.1, 12.2) e 15 do Acordo de Antidumping.
México WT/DS216	Antidumping – Transformadores elétricos	Consulta pendente. Este processo, datado de 20/10/2000, refere-se a medidas de antidumping relativas à importação de transformadores elétricos, cuja capacidade seja superior a 10.000 kVA, classificados sob o código 8 504 23 21 da NCM do Brasil. O Brasil considera as medidas tomadas inconsistentes com as obrigações do México com base no Acordo AD do Gatt 1994, em particular com os artigos 5.2, 5.3 e 5.8, 6.8 (Anexo II) e 7.1(i), 7.1(ii). Nos dias 12/1/2001 e 15/1/2001, respectivamente, UE e EUA notificam ao DSB que desejam fazer parte da consulta feita pelo Brasil.

(continua)

(continuação)

País	Assunto	Características do Processo
Estados Unidos WT/DS217	Continued Dumping and Subsidy Offset Act of 2000 – (CDSOA)	Consulta pendente. Em 21/12/2000, Brasil, Austrália, Chile, UE, Índia, Indonésia, Japão, Coreia e Tailândia fazem pedido de consulta conforme artigo 4 do "Understanding on Rules and Procedures Governing the Settlement of Disputes" (DSU), artigo XXII:1 do Gatt 1994, artigos 17.2 e 17.3 do "Agreement on implementation of Article VI of the General Agreement on Tariffs and Trade 1994" (ADA) e artigos 7.1 e 30 do "Agreement on Subsidies and Countervailing Measures" (SCM Agreement), referente à emenda do Tariff Act de 1930 assinado em 28/10/2000 com o título "Continued Dumping and Subsidy Offset Act of 2000" (the Act). Segundo os apelantes, há inconsistência com as obrigações dos EUA referentes ao artigo 18.1 do ADA, em conjunto com os artigos VI:2 do Gatt e 1 do ADA; artigo 32.1 do SCM Agreement, em conjunto com os artigos VI.3 do Gatt, 4.10, 7.9 e 10 do SCM Agreement; artigo X (3)(a) do Gatt; artigos 5.4 do ADA e 11.4 do SCM Agreement; artigos 8 do ADA e 18 do SCM Agreement; e artigos XVI.4 do Acordo de Marrakech, 18.4 do ADA e 32.5 do SCM Agreement. Argentina, Canadá e México notificam o interesse em integrar a consulta. Em 12/7/2001 os apelantes requerem ao DSB estabelecimento de panel. Nos encontros de 23/8/2001 e 10/9/2001 o DSB estabeleceu panel. Em 18/10/2002 os EUA pedem revisão ao Comitê de Apelação. Em 27/1/2003, o DSB adota o relatório do Comitê de Apelação e o Relatório do panel. No dia 2/04/2003, foi designado o árbitro. A decisão do juiz é divulgada às partes em 13/6/2003.
Estados Unidos WT/DS218	Medida compensatória – aço	Consulta pendente. Esse processo, datado de 21/12/2000, diz respeito a aspectos da aplicação de medidas compensatórias sobre certos produtos brasileiros de aço de carbono. O Brasil questiona a aplicação de medidas compensatórias para as empresas privatizadas baseadas em subsídios existentes antes do processo de privatização. O Brasil considera que três companhias foram beneficiadas pelo subsídio dado anteriormente às privatizações, com base nos artigos 1.1(b), 10, 14, 19 e 21 do Acordo SCM, e considera também que a decisão não termina com a investigação baseada no artigo 11.9 do Acordo SCM. O Brasil nota que o Departamento do Comércio fez a mesma análise de subsídio, considerado inconsistente com as obrigações do WTO, pelo Comitê de Apelação do caso número WT/DS138 que envolvia empresas do Reino Unido. Em 18/1/2001, a UE notifica o interesse em integrar a consulta feita pelo Brasil.
União Européia WT/DS219	Antidumping – tubos maleáveis de aço fundido e de tubos de encaixe	Panel Ativo. Essa ação, datada de 21/12/2000, diz respeito à medida de antidumping adotada pela UE no Regulamento do Conselho (UE) nº 1784/2000, que diz respeito à importação de tubos maleáveis de aço fundido e de tubos de encaixe produzidos no Brasil. O Brasil considera os fatos estabelecidos pela UE não apropriados, e a avaliação dos fatos viesada e não objetiva, tanto nos estágios provisórios quanto nos definitivos. O Brasil considera que a UE tem infringido o artigo VI do Gatt, de 1994, e os artigos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 11, 12 e 15 do Acordo de Antidumping. No encontro de 24/7/2001, o Brasil pediu o estabelecimento do panel. Chile, Japão, EUA e México reservaram-se o direito à terceira parte. O panel foi composto em 5/9/2001. O Panel acatou o pedido de Brasil e UE e suspendeu seu trabalho de 15 janeiro a 5 de abril de 2002. Em 10/12/2002, o panel submeteu o relatório final às partes e em 7/3/2003 o relatório final foi disponibilizado de forma irrestrita. O relatório final conclui que a UE não agiu conforme os artigos 2.4.2, 12.2 e 12.2.2 do Acordo de Antidumping, e cumpriu suas obrigações segundo os artigos 15 do Acordo de Antidumping; 1 ou 11.1 ou 11.2 do Acordo de Antidumping ou VI:2 do Gatt de 1994; 2.2 ou 2.2.2 do Acordo de Antidumping; 2.4 do Acordo de Antidumping ou VI (em particular, os parágrafos 2 e 4) do Gatt de 1994; 2.4.1, 3.1 ou 3.3 ou 3.4 ou 3.5, 6.2 ou 6.4, do Acordo de Antidumping. Em 20/4/2003 o Brasil solicita revisão das conclusões do Relatório do Panel referentes aos parágrafos: 7.46-7.47, 7.106-7.108, 7.138-7.139, 7.234-7.236 e 7.348-7.349. Em 22/7/2003 o Comitê de Apelação mantém as indagações do relatório final, com exceção dos parágrafos 7.348-7.349, que são alterados de modo a alegar o comportamento inconsistente da UE referente aos artigos 6.2 e 6.4 do Acordo de Antidumping.
Canadá WT/DS222	Créditos de Exportação e Garantia de Empréstimos para a Produção de Aeronaves regionais	Panel Ativo. Ação de 22/1/2001. De acordo com o Brasil, o Canadá tem concedido créditos de exportações, com o significado do item (k) do Anexo I do Acordo SCM, à sua indústria de aviões regionais, por meio da Export Development Corporation (EDC) e da Canada Account. O Brasil também enfatiza que garantias de empréstimos com o significado do item (j) do Anexo I do acordo SCM tem sido concedidas pela EDC, pela Canada Industry e pela Província de Quebec, para incentivar a exportação da indústria de aviões regionais. O Brasil, acredita que os casos mencionados são subsídios no significado do artigo I do Acordo SCM, uma vez que são contribuições financeiras que conferem um benefício. De acordo com o Brasil, isso constitui violação do artigo 3 do Acordo SCM. Em 1/3/2001 o Brasil requisitou o estabelecimento do panel. Na reunião de 12/3/2001, a DSB estabeleceu o panel. Austrália, UE, Índia e EUA reservaram-se o direito de terceiras partes. Em 7/5/2001 o Brasil pediu ao diretor-geral a determinação da composição do panel. Em 11/5/2001 o panel foi composto. Em 9/8/2001 o panel informou ao DSB que não seria possível completar seu trabalho em menos de três meses. Com base no artigo 3.1 (a) do Agreement on Subsidies and Countervailing Measures (SCM Agreement), o relatório rejeitou: - o argumento de que o financiamento da EDC Corporate Account para ASA, ACA, Kendall Air Nostrum e Comair constitua em subsídios de exportação proibidos; - a existência de subsídios de exportação proibidos diante as garantias de patrimônio líquido da IQ para ACA, Air Littoral, Midway, Mesa Air group, Air Nostrum and Air Wisconsin e as garantias de empréstimo à Mesa Air Group and Air Wisconsin. O relatório aceitou: - a existência de subsídios de exportação proibidos pelo financiamento da EDC Canadá Account à Air Wisconsin, Air Nostrum e Comair. Em 3/6/2002 o Brasil requere ao DSB autorização para tomar contramedidas no valor de US\$ 3.36 bilhões. Em 21/6/2002 o Canadá entra com recurso e pede a redução de 50% no valor das contramedidas. Em 17/2/2003 o árbitro estabelece a redução em 20% do valor das contramedidas aplicadas pelo Brasil.

(continua)

(continuação)

País	Assunto	Características do Processo
Estados Unidos WT/DS224	Código de Patentes	Consulta pendente. Este pedido data de 31/1/2001 e está relacionado ao United States Patents Code, em particular com o capítulo 18 (38). O Brasil detecta muitos atos discriminatórios no código de patentes americanos, incluindo-se aí, mas não se limitando a eles, os seguintes exemplos: (1) estipula que nenhuma empresa de pequeno porte ou organização não-lucrativa que conceda título para qualquer invenção tenha o direito exclusivo de uso ou de venda da idéia ou da invenção nos EUA, a não ser que o mesmo concorde que o produto relacionado com a invenção será produzido em sua maior parte nos EUA; (2) as restrições que limitam o direito de uso ou da venda de qualquer invenção americana somente no caso de ela ter sido produzida substancialmente nos EUA. O Brasil requer consulta com os EUA para tratar deste e de outros assuntos relacionados a US Patents Code para "entender como os EUA justificam a consistência dessas medidas em relação às obrigações do Acordo Trips, especialmente aos artigos 27 e 28; do Acordo Trims, artigo 2 em particular; artigo III e XI do GATT 1994". Em 16/2/2001, a Índia notifica o interesse em integrar a consulta.
Estados Unidos WT/DS239	Antidumping em metais de silício	Consulta pendente. Em 17/9/2001, o Brasil requisitou consulta com os EUA. O pedido diz respeito: (1) aos deveres do Antidumping imposto pelos EUA na importação de metais silícios; (2) à Seção 351.106(c) do Departamento de Regulação do Comércio dos EUA, que estabeleceu uma taxa marginal mínima de 0,5% aplicada na revisão administrativa; (3) à metodologia "zeroing" adotada pelos EUA, a qual estabelece, marginalmente, um dumping refletido no cap. 6 do Manual do Departamento de Antidumping e nas seções 771(35), bem como na Tariff Act de 1930. Em 28/9/2001, a Tailândia requisitou fazer parte dessa consulta por ter interesse substancial no comércio dessa matéria. Em 19/11/2001 a Comunidade Européia requereu direitos de terceira parte.
Argentina WT/DS241	Antidumping sobre produtos de frango	Em 7/11/2001 o Brasil requereu consulta à Argentina em relação à medida de antidumping imposta pela Argentina sobre as exportações brasileiras de frango classificadas nas linhas tarifárias 0207.11.00 e 0207.12.00 da NCM. O Brasil considera que a medida de antidumping e a investigação conduzida pelas autoridades argentinas podem ter sido falhas e, portanto, estão inconsistentes com as obrigações argentinas relativas ao Acordo de Antidumping do Gatt 1994 e do Acordo de Valoração em Aduana. O encontro do DSB estabeleceu o Panel em 17/4/2002. O panel foi composto em 27/7/2002. Em 18/10/2002 o panel informou ao DSB que não seria possível completar seu trabalho em seis meses. O relatório do panel conclui que a Argentina agiu de maneira inconsistente com suas obrigações conforme os artigos 2.4, 2.4.2, 3.1, 3.2, 3.4, 3.5, 5.3, 5.8, 6.1.1, 6.1.3, 6.8, 6.10 do Acordo Antidumping. O relatório conclui também que a Argentina não agiu de maneira inconsistente com suas obrigações conforme os artigos 5.7, 6.1.2, 6.8, 6.9, 2.4, 9.2, 9.3, 4.1 do Acordo Antidumping.
Estados Unidos WT/DS250	"Equalizing Excise Tax" imposto pela Flórida sobre produtos processados de laranja e uva	Consulta pendente. Em 20 março 2002, Brasil pediu consultas aos Estados Unidos a respeito do "Equalizing Excise Tax" imposto pelo estado da Flórida nos produtos processados da laranja e uva (Section 601.155 Florida Statutes). Na visão do Brasil o imposto incidente constitui uma violação aos dos Artigos II:1(a), III.1 and III:2 of Gatt 1994. Em 16/8/2002, o Brasil fez pedido para estabelecimento de panel ao DSB.
Estados Unidos WT/DS259	Medidas definitivas de salvaguarda em importações de determinados produtos de aço	Em 23/5/2002, Brasil (WT/DS259) pediu consulta aos Estados Unidos no que diz respeito às mesmas medidas definitivas de salvaguarda impostas pelos EUA em importações de determinados produtos de aço. Em 18/7/2002 o Brasil requisitou o estabelecimento de panel e reivindicou que as medidas dos EUA violam os artigos 2.1, 2.2, 3.1, 4 e 5 do acordo de Salvaguardas e dos artigos I.1, o X:3 e o XIX:1 do Gatt 1994. Em 29/7/2002 foi estabelecido panel.
União Européia WT/DS266	Subsídios de exportação para o açúcar	Panel Ativo. Em 27/9/2002, o Brasil fez pedido de consulta de acordo com o artigo 4 do "Understanding on Rules and Procedures Governing the Settlement of Disputes" (DSU), artigo XXII:1 do Gatt 1994, artigo 19 do Agreement on Agriculture, e artigos 4.1 e 30 do Agreement on Subsidies and Countervailing Measures (SCM Agreement) que se referem aos subsídios de exportação promovidos pela UE. De acordo com o Regulamento do Conselho (UE) nº 1260/2001 de 19/6/2001, a UE provê subsídios de exportação ao açúcar e à produtos que contêm açúcar acima dos níveis estabelecidos na seção II da parte IV de seu Quadro de Concessões. O Brasil atesta que a intervenção da UE no sistema de preços está promovendo subsídios de exportação para o açúcar que excedem os níveis estabelecidos, sendo inconsistente com os requerimentos dos artigos 3.3, 8, 9.1 (a) e (c) e 10.1 do Agreement on Agriculture, artigos 3.1 (a) e 3.2 do SCM Agreement e artigos III:4 e XVI do Gatt 1994. Austrália, Barbados, Belize, Canadá, Colômbia, Congo, Costa do Marfim, Fiji, Guiana, Índia, Jamaica, Quênia, Madagascar, Malauí, Maurício, São Cristóvão e Névis, Suazilândia e Zimbábue reservaram-se o direito às terceira partes. Em 11/7/2003 o Brasil requer estabelecimento de panel.
Estados Unidos WT/DS267	Subsídios ao algodão	Consulta pendente. Em 27/9/2002, o Brasil fez pedido de consulta de acordo com os artigos 4.1, 7.1 e 30 do Agreement on Subsidies and Countervailing Measures (SCM Agreement), artigo 19 do Agreement on Agriculture, artigo XXII do Gatt 94 e artigo 4 do "Understanding on Rules and Procedures Governing the Settlement of Disputes" (DSU). As consultas foram feitas nos dias 3, 4 e 19 de dezembro de 2002 e dia 17 de Janeiro de 2003, porém estas consultas não resultaram em solução satisfatória. O Brasil considera que as medidas de subsídio ao algodão são incompatíveis com as obrigações dos Estados Unidos segundo os artigos 3.1 (a) (incluindo-se o item (j) da Lista Ilustrativa de Subsídios de Exportação no anexo I) e (b), 3.2, 5 (a) e (c) e 6.3 (b), (c) e (d), artigos 3.3, 7.1, 8, 9.1 e 10.1 do Agreement on Agriculture e artigos III:4, XVI.1 e XVI.3 do Gatt 1994. Zimbábue, Índia, Argentina e Canadá reservaram-se o direito às terceira partes. Em 6/2/2003 o Brasil requisitou o estabelecimento de Panel de acordo com os artigos 6 do DSU, artigo XXIII:2 do Gatt 1994, artigo 19 do Agreement on Agriculture e artigos 4.4, 7.4 e 30 do SCM Agreement. O panel foi estabelecido em 18/3/2003. Em carta de 19/3/2003, os EUA alegam que só poderão consentir com suas obrigações conforme o parágrafo 1 do Anexo V somente caso o Brasil especifique quais são terceiros mercados de países mencionados. Em comunicado de 20/3/2003, o Brasil alega que os mercados terciários relevantes são: Argentina, Bangladesh, Colômbia, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Portugal, Filipinas, Eslovênia, África do Sul, Coreia do Sul, Suíça, Tailândia e Turquia.

(continua)

(continuação)

Pais	Assunto	Características do Processo
União Européia WT/DS269	Classificação de cortes de galinha congelada sem osso	Consulta pendente. Em 11/10/2002, o Brasil fez pedido de consulta de acordo com os artigos 4 do "Understanding on Rules and Procedures Governing the Settlement of Disputes" (DSU) e artigo XXII do GATT 1994. O pedido em questão refere-se ao Regulamento do Conselho (UE) nº 1223/2002, de 8/7/2002, que estabelece nova descrição para o produto conforme a Combined Nomenclature (CN) código 0207.14.10. Esta nova descrição inclui o sal ao produto, o que não ocorria anteriormente, e sujeita a importação destes produtos a tarifas mais elevadas que aquelas aplicadas a carne salgada (CN código 0210) no Quadro da UE conforme o Gatt 1994. Com as novas descrições, o Brasil considera que seu comércio tenha recebido tratamento menos favorável e que tal medida contravém as obrigações da UE segundo os artigos II e XXVIII do Gatt 1994. Além disso, a aplicação desta medida pela UE anula e prejudica, dentro do artigo XXIII:1 do Gatt, benefícios que provêm diretamente ou indiretamente para o Brasil segundo o Gatt 1994. Em 25/10/2002 os EUA notificam o interesse em integrar a consulta.

Fonte: Organização Mundial do Comércio, julho de 2003.

QUADRO V.4

Ações de defesa comercial promovidas contra o Brasil na OMC

Pais Reclamante	Assunto	Características do Processo
Filipinas WT/DS22	Medidas afetando a exportação do coco seco	Fase de implementação do relatório adotado. Nenhuma implementação foi publicada em vista do resultado. Caso completo. Filipinas reclama que a taxa imposta, pelo Brasil, de medidas compensatórias na exportação de coco seco, é inconsistente com as regras do Gatt e do WTO. Em 16/12/1996, as Filipinas notificaram sua intenção de apelar novamente. O Comitê de Apelação manteve a sua decisão. O relatório do Comitê de Apelação e o relatório do panel, modificado pelo Comitê de Apelação, foi adotado pelo DSB em 20/3/1997. Na reunião do dia 20/3/1997, o DSB manteve a decisão de adotar o relatório do Comitê de Apelação e do panel.
Sri Lanka WT/DS30	Coco	Consulta pendente. Nessa ação, datada de 23/2/1996, Sri Lanka reclama da imposição brasileira de medidas compensatórias, de coco seco de Sri Lanka e do leite de coco é inconsistente com os artigos I, II e VI, do Gatt, e o artigo 13(a) do Acordo de Agricultura (ver WT/DS22).
Canadá WT/DS46	Programa de financiamento de exportação para aeronaves	Fase de implementação do relatório adotado. No encontro do Dispute Settlement Body (DSB), em 19/11/1999, o Brasil anunciou a retirada, no período de 90 dias, das medidas sujeitas a controvérsias, conforme decisão do DSB. Em 23/11/1999, pediu o estabelecimento do panel, com base no artigo 21.5. Canadá e Brasil concordaram em aplicar os procedimentos dos artigos 21 e 22 do DSU e os do artigo 4 do Acordo de Subsídios. No encontro de 9/12/1999, o DSB reuniu o panel original conforme o artigo 21.5 do DSU. O panel circulou entre os seus membros em 9/5/2001. Em 10/5/2000, o Canadá pediu uma autorização do DSB para suspender a aplicação das concessões para o Brasil ou outras obrigações relacionadas no Gatt, no Acordo Têxtil e no Acordo de Licença para Importação, conforme o artigo 4 do Acordo de Subsídio e o artigo 22.2 do DSU, no valor de \$700 milhões por ano. Em 22/5/2000, o Brasil notificou a intenção de apelar, e invocou o artigo 22.6 do DSU e o artigo 4.11 do Acordo de Subsídio para determinar se as medidas compensatórias do Canadá eram ou não adequadas. O relatório do Comitê de Apelação circulou no dia 9/5/2000. Concluiu-se que o Brasil tinha falhado na implementação das recomendações do DSB e determinou-se a modificação do, Proex era proibida pelo artigo 3 do Acordo de Subsídio e não justificada com item (k) da lista ilustrativa do Acordo de Subsídios. O panel decidiu que as medidas adotadas pelo Brasil para seguir as recomendações do DSB ou não existem ou foram inconsistentes com o Acordo sobre Subsídios. Com essa conclusão, o panel rejeitou a defesa do Brasil de que o Proex era permitido de acordo com o item (k) do Anexo I do Acordo de Subsídio. O DSB adaptou o relatório do Comitê de Apelação no encontro do dia 4/8/2000. O Brasil declarou suas intenções de no futuro adotar as recomendações do DSB relativas ao Proex. Os árbitros acham que talvez do Canadá possa requisitar autorização do DSB para suspender tarifas de concessões ou outras obrigações sob o Gatt 1994, no Acordo Têxtil e no Acordo de Licença para Importação. No encontro do DSB em 12/12/2000, o Canadá recebeu, de acordo com os artigos 22.7 do DSU e o Artigo 4.10 do Acordo SCM, autorização do DSB para suspender a aplicação de concessões tarifárias ao Brasil ou outras obrigações do Gatt 1994, do Acordo de Têxteis e do Acordo de Licença para Importação no valor máximo de C\$ 344.2 milhões por ano. Em 12/12/2000, o Brasil notificou ao DSB o fato de ter promovido alterações no Proex de acordo com as obrigações do país em relação ao Acordo SCM. Segundo o Canadá, já um desacordo entre os dois países a respeito das medidas tomadas, pelo Brasil, no período de 22/8/1999 e 4/8/2000, no acatamento das recomendações da DSB. Em 22/1/2001, o Canadá recorreu novamente ao DSB, com base no artigo 21.5 da DSU. No encontro de 16/2/2001, o DSB referenciou-se nos temas originais do panel. Austrália, UE e Coreia reservaram-se o direito às terceira partes. Em 26/7/2001 o panel circulou. No encontro de 23/8/2001, o DSB adotou o relatório segundo o artigo 21.5 do DSU.
Japão WT/DS51	Setor automotivo	Consulta pendente. Pedido de 30/7/1996, violação do artigo 2 do Acordo Trims; artigos I:1, III:4 e XI:1 e artigos 3, 27.2 e 27.4 do Acordo de Subsídios, e pedido de não violação com base no artigo XXIII: 1(b) do Gatt. Em 7/8/1996, Coreia e UE notificam ao DSB que desejam fazer parte da consulta. Em 8/8/1996 e 12/8/1996, EUA e Canadá, respectivamente, fazem pedido para integrar a consulta. Em 12/8/96 o Brasil comunica ao DSB que aceita o pedido da Coreia e da UE. Em 13/8/1996 o Brasil comunica que aceita a entrada do Canadá na consulta.
Estados Unidos WT/DS52	Setor automotivo	Consulta pendente. Pedido datado de 9/8/1996, violação do Artigo 2 do Acordo Trims; artigos I:1, III:4 e artigos 3 e 27.4 do Acordo de Subsídios. Pedido de não violação com base no artigo XXIII: 1(b) do Gatt 1994. Em 12/8/1996, 13/8/1996, 22/08/96 e 23/8/1996, Canadá, Japão, Coreia e UE, respectivamente, notificam ao DSB que desejam fazer parte da consulta. Em 13/8/1996 o Brasil comunica ao DSB que aceita o pedido da Coreia e da EU.
Estados Unidos WT/DS65	Setor automotivo	Consulta pendente (p. 23). Pedido feito em 10/1/1997, com aproximadamente o mesmo teor da ação anterior. No entanto, tal pedido inclui ainda questionamento sobre medidas adotadas pelo Brasil, as quais beneficiam certas companhias localizadas no Japão, na Coreia e União Européia. Os EUA alegam violação aos artigos I:1, III:4 e XXIII:1(b) do Gatt, ao artigo 2 do Acordo Trims e artigos 3 e 27.4 do Acordo de Subsídios. Os Estados Unidos reivindicaram os benefícios do artigo XXIII: 1 (b) do Gatt 1994. Em comunicado de 20/1/1997, o Brasil aceita o pedido de consulta e ressalta os parágrafos 7 e 10 do DSU. O Brasil atesta que estar de acordo com a consulta não implica em aceitação automática das alegações feitas pelos EUA.

(continua)

(continuação)

Pais Reclamante	Assunto	Características do Processo
União Européia WT/DS81	Setor automotivo	Consulta pendente (p. 23). Requerimento feito em 7/5/1997 a respeito de certas medidas de comércio e de investimento implementadas pelo Brasil, incluindo-se aí particularmente as Leis nº 9.440 e nº 9.449 de 14/3/1997 e o Decreto nº 1.987 de 20/8/1996. A União Européia argumenta que essas medidas do Brasil violam os artigos I:1 e III:4 do Gatt 1994, artigos 3, 5 e 27.4 do Acordo de Subsídios, e o artigo 2 do Acordo Trims. Os Estados Unidos fizeram uma reivindicação dos benefícios sob o Gatt 1994 e o Acordo dos Subsídios. Ver também DS51, 52 e 65.
União Européia WT/DS116	Regras para pagamento das importações	Consulta pendente (p. 21). Esse pedido, de 8/1/1998, refere-se às medidas que afetam os termos de pagamento das importações introduzidas pelo Banco Central do Brasil. A União Européia alega violação dos artigos 3 e 5 do Agreement on Import Licensing Procedures e dos artigos II, X, XI e/ou XV do Gatt. Suíça, em 22/1/1998, Japão e Austrália, em 23/1/1998, EUA, em 30/1/1998, e Coreia, em 9/2/1998, notificam ao DSB que desejam fazer parte da consulta.
União Européia WT/DS183	Licença de importação e preço mínimo de importação,	Consulta pendente (p. 13). Requerimento de 14/10/1999 sobre o número de medidas tomadas pelo Brasil no sistema de licença não automática e na prática de preço mínimo. A União Européia argumenta que o Brasil violou os artigos II, VIII, X e XI do Gatt 1994; o artigo 4.2 do Acordo de Agricultura; os artigos 1, 3,5 e 8 do Acordo de Licença para a Importação de Produtos; e os artigos 1 a 7 do Acordo da implementação do artigo VII do Gatt 1994. EUA, em 27/10/99, notifica o desejo de integrar a consulta.
Estados Unidos WT/DS197	Medidas de preço mínimo para importação	Consulta pendente (p. 12). Essa questão data de 30/5/2000, o Brasil usa preços mínimos de importação para produtos variados. Para verificar o que foi estabelecido pelo sistema na declaração dos valores das mercadorias a importar, a medida a ser utilizada será o Decreto nº 2.498/1998 e o relatório de status e de regulamentações. Os EUA consideram as medidas brasileiras inconsistentes com as suas obrigações de acordo com os artigos 1 a 7, e o 12, do CVA; as notas principais, 1, 2 e 4 no anexo 1 do CVA; os artigos 2 e 11 do Gatt 1994; os artigos 1 e 3 AILP; os artigos 2 e 7 do ATC; e o artigo 4.2 do Acordo de Agricultura. UE, em 15/06/2000, notifica o desejo de integrar a consulta.
Estados Unidos WT/DS199	Efeitos da medida de proteção de patentes	Caso inativo (p. 101). Esta questão data de 30/5/2000, e diz respeito às provisões do Brasil, em 1996, sobre a Lei da Propriedade Industrial (Lei nº 9.279 de 14/5/1997) e a outra medida relatada, estabelece um "local de trabalho" e requer um uso exclusivo de patente. Mais especificamente, os EUA destacam que o requerimento do "local de trabalho brasileiro" estipula que a patente seria objeto de licenciamento compulsório se o objeto de matéria das patentes não for produzido em território brasileiro. Os EUA consideram o requerimento inconsistente com os artigos 27 e 28 do Acordo Trips e com o artigo 3 do Gatt 1994. Em 8/1/2001, os EUA requisitaram o estabelecimento do panel. No encontro de 21/2/2001, foi estabelecido pelo DSB. Cuba, República Dominicana, Honduras, Índia e Japão reservaram-se o direito à terceira parte. Em 5/7/2001, as partes na disputa notificaram ao DSB a solução da matéria.
Índia WT/DS229	Antidumping Duties nos Sacos de Juta	Consulta pendente. Em 9/4/2001, a Índia requisitou consulta ao Brasil relativa a: determinação do governo brasileiro de continuar a imposição do antidumping nos sacos de juta, baseando-se na alegação de um documento forjado a respeito do dumping; sua recusa em considerar a decisão continuar deveres de antidumping em produtos da Índia apesar do fato da não existência dessa companhia ter sido trazido à observação as autoridades; prática geral do Brasil a respeito da imposição de antidumping e das leis brasileiras de antidumping e de seus regulamentos, incluindo, mas não se limitando ao artigo 58 do Decreto nº 1.602 de 1995. De acordo com a Índia, as provisões determinadas legalmente estão inconsistentes, mas não se limitam aos artigos VI e X do Gatt 1994, artigo 1, 2, 3, 5, 6 (especialmente 6.6, 6.7, 6.8 e Anexo II, 6.9, 6.10), 11, 12, 17.6(i), 18.4 e artigo XVI do Acordo WTO. E mais: a determinação alegada para a continuação do antidumping anula e danifica os benefícios que resultam a Índia abaixo, ou impede de outra maneira a realização dos objetivos, de acordo com o que já foi citado.

Fonte: Organização Mundial do Comércio, julho de 2003.

EDITORIAL

Gerente

Silvânia de Araujo Carvalho

Revisão

Luciana Soares Sargio

Sarah Ribeiro Pontes

Constança de Almeida Lazzarin (estagiária)

Fábio Marques Rezende (estagiário)

Editoração

Iranilde Rego

Aeromilson Mesquita

Elidiane Bezerra Borges

Roberto Astorino

Reprodução Gráfica

Antônio Lucena de Oliveira

Edilson Cedro Santos

Apoio Administrativo

Tânia Oliveira de Freitas

Wagner da Silva Oliveira

Divulgação

Edinaldo dos Santos

Geraldo Nogueira Luiz

José Carlos Tofetti

Luiz Gonçalves Bezerra

Mauro Ferreira

Orcilei de Fátima da Silva

Brasília

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

10º andar – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 315-5336

Fax: (61) 315-5314

Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Rio de Janeiro

Av. Presidente Antônio Carlos, 51,

14º andar – 20020-010 – Rio de Janeiro – RJ

Fone: (21) 3804-8118

Fax: (21) 2220-5533

Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

URL: <http://www.ipea.gov.br>